

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO**

SHEILA FABIANA DE QUADROS

**INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: O ACOLHIMENTO E A
EDUCAÇÃO PERMANENTE DE IDOSOS**

**PONTA GROSSA
2019**

SHEILA FABIANA DE QUADROS

**INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: O ACOLHIMENTO E A EDUCAÇÃO
PERMANENTE DE IDOSOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), na Linha de História e Políticas Educacionais como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientação: Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira.

**PONTA GROSSA
2019**

Q1 Quadros, Sheila Fabiana de
Instituições de longa permanência: o acolhimento e a educação
permanente de idosos/ Sheila Fabiana de Quadros. Ponta Grossa,
2019.
179 f.

Tese (Doutorado em Educação – Área de Concentração –
Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira

1. Idoso. 2. Institucionalização. 3. Educação. 4. Processo. I.
Oliveira, Rita de Cássia da Silva. II Universidade Estadual de Ponta
Grossa- Doutorado em Educação. III. T.

CDD : 374

TERMO DE APROVAÇÃO

SHEILA FABIANA DE QUADROS

INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: O ACOLHIMENTO E A EDUCAÇÃO PERMANENTE DE IDOSOS

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



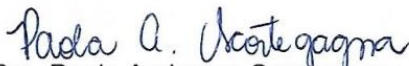
Orientador (a) Prof. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira - UEPG



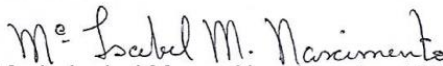
Prof. Dra. Sofia Cristina Iost Pavarini - UFSCAR



Prof. Dra. Ana Claudia wanderbroocke - UTP



Prof. Dra. Paola Andressa Scortegagna - UEPG



Prof. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento - UEPG

Ponta Grossa, 04 de abril de 2019.

RESUMO

A sociedade contemporânea vem apresentando várias mudanças no que tange aos diferentes aspectos que a estruturam, perpassando as esferas sociais, políticas, econômicas, educacionais, dentre outras. Nesse sentido, o presente trabalho de tese teve como objetivo geral discutir as interferências do processo educacional quanto ao acolhimento de idosos em Instituições de Longa Permanência, tendo o viés educacional como fio condutor de toda a pesquisa. Em relação à metodologia e seu percurso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e revisão de literatura como componentes essenciais para constituição histórica do objeto a ser estudado, valendo-se da concepção teórica e metodológica pautada no Materialismo Histórico e Dialético, partindo de uma abordagem qualitativa. Como instrumentos para coleta de dados foram utilizados a observação direta e grupos interativos junto aos sujeitos (idosos) pesquisados nas instituições de acolhimento, além da aplicação de questionários aos profissionais que atuam nas equipes técnicas das referidas instituições. Como delimitação da pesquisa, foram selecionadas três instituições localizadas em municípios da região sudeste do Estado do Paraná. Têm-se como referencial teórico a perspectiva marxista (Marx, Engels, Cury, Netto), trazendo a dialética em toda a discussão teórica e análise dos dados coletados. A pesquisa discute sobre o idoso na sociedade contemporânea junto aos conceitos de velhice e envelhecimento, buscando ater-se a contextualizar historicamente o objeto de estudo, que é o idoso institucionalizado. Assim, constata-se que a tese é confirmada a partir de seu objetivo principal, pois a educação interfere no processo de institucionalização de idosos, sendo fator determinante nessa conjuntura, a qual inclusive é relacionada não apenas a questões educacionais, mas também políticas e econômicas, permitindo relacionar as categorias contradição e totalidade.

Palavras-chave: Idoso. Institucionalização. Educação. Processo.

ABSTRACT

Contemporary society has been presenting several changes regarding the different aspects that structure it, spanning the social, political, economic and educational spheres, among others. In this sense, the present thesis aimed to discuss the interferences of the educational process regarding the reception of the elderly in Long Stay Institutions, having the educational bias as the guiding thread of all research. In relation to the methodology and its course, bibliographical research and literature review were used as essential components for the historical constitution of the object to be studied, using the theoretical and methodological conception based on Historical and Dialectical Materialism, starting from a qualitative approach. As instruments for data collection, direct observation and interactive groups were used with the subjects (elderly) surveyed in the host institutions, as well as the application of questionnaires to the professionals who work in the technical teams of these institutions. As a delimitation of the research, we selected three institutions located in municipalities in the southeast region of the State of Paraná. The Marxist perspective (Marx, Engels, Cury, Netto) has as theoretical reference, bringing the dialectic throughout the theoretical discussion and analysis of the collected data. The research discusses the elderly in contemporary society along with the concepts of old age and aging, seeking to contextualize historically the object of study, which is the institutionalized elderly. Thus, it is verified that the thesis is confirmed from its main objective, since education interferes in the process of institutionalization of the elderly, being a determining factor in this conjuncture, which is related not only to educational, but also political and economic issues, allowing to relate the contradiction and totality categories.

Keywords: Elderly. Institutionalization. Education. Process.

RESUMEN

La sociedad contemporánea viene presentando varios cambios en lo que se refiere a los diferentes aspectos que la estructuran, pasando por las esferas sociales, políticas, económicas, educativas, entre otras. En este sentido, el presente trabajo de tesis tuvo como objetivo general discutir las interferencias del proceso educativo en cuanto a la acogida de ancianos en Instituciones de Larga Permanencia, teniendo el sesgo educativo como hilo conductor de toda la investigación. En relación a la metodología y su recorrido, se utilizó la investigación bibliográfica y revisión de literatura como componentes esenciales para la constitución histórica del objeto a ser estudiado, valiéndose de la concepción teórica y metodológica pautada en el Materialismo Histórico y Dialéctico, partiendo de un abordaje cualitativo. Como instrumentos para la recolección de datos se utilizaron la observación directa y grupos interactivos junto a los sujetos (ancianos) investigados en las instituciones de acogida, además de la aplicación de cuestionarios a los profesionales que actúan en los equipos técnicos de dichas instituciones. Como delimitación de la investigación, se seleccionaron tres instituciones ubicadas en municipios de la región sudeste del Estado de Paraná. Se toman como referencial teórico la perspectiva marxista (Marx, Engels, Cury, Netto), trayendo la dialéctica en toda la discusión teórica y análisis de los datos recolectados. La investigación discute sobre el anciano en la sociedad contemporánea junto a los conceptos de vejez y envejecimiento, buscando atenerse a contextualizar históricamente el objeto de estudio, que es el anciano institucionalizado. Por lo tanto, se constata que la tesis es confirmada a partir de su objetivo principal, pues la educación interfiere en el proceso de institucionalización de ancianos, siendo factor determinante en esa coyuntura, la cual incluso está relacionada no sólo a cuestiones educativas, sino también políticas y económicas, permitiendo relacionar las categorías contradicción y totalidad.

Palabras clave: Ancianos. Institucionalización. Educación. Proceso.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Razões do Acolhimento Institucional (valor amostral total = 30).....	117
GRÁFICO 2 - Percepção dos sujeitos pesquisados (idosos) sobre o espaço de Acolhimento Institucional (Instituição de Longa Permanência) em que residem.....	120
GRÁFICO 3 - Perspectivas dos Idosos nos Espaços das Instituições de Longa Permanência (valor amostral total = 30 sujeitos).....	123
GRÁFICO 4 - Relação das atividades de preferência dos idosos nos espaços das ILP (Instituições de Longa Permanência) pesquisadas.....	127
GRÁFICO 5 - Nível de Escolaridade dos Idosos Acolhidos (valor amostral total = 30 sujeitos).....	128
GRÁFICO 6 - Atividades Laborativas desempenhadas pelos Idosos anteriormente ao Acolhimento Institucional.....	131
GRÁFICO 7 - Qual foi/é o maior sonho da vida dos Idosos pesquisados	133
GRÁFICO 8 - Área de atuação dos profissionais entrevistados.....	148
GRÁFICO 9 - A formação educacional dos idosos intervém no processo de institucionalização?.....	155
GRÁFICO 10 - Maiores dificuldades junto ao trabalho profissional com os idosos (as)	160
GRÁFICO 11 - Ações educacionais nos espaços de acolhimento.....	161

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Razões do Acolhimento Institucional.....	117
TABELA 2 - Percepção dos sujeitos pesquisados (idosos) sobre o espaço de Acolhimento Institucional (Instituição de Longa Permanência) em que residem	120
TABELA 3 - Perspectivas dos Idosos nos Espaços das Instituições de Longa Permanência	122
TABELA 4 - Relação das atividades de preferência dos idosos nos espaços das ILP (Instituições de Longa Permanência) pesquisadas (valor amostral total = 30 sujeitos)	125
TABELA 5 - Nível de Escolaridade dos Idosos Acolhidos	128
TABELA 6 - Atividades Laborativas desempenhadas pelos Idosos anteriormente ao Acolhimento Institucional.....	130
TABELA 7 - Qual foi/é o maior sonho da vida dos Idosos pesquisados.....	132
TABELA 8 - Área de atuação dos profissionais entrevistados	147
TABELA 9 - A formação educacional dos idosos intervém no processo de institucionalização?	155
TABELA 10 - Maiores dificuldades junto ao trabalho profissional com os idosos (as)	159
TABELA 11 - Ações educacionais nos espaços de acolhimento	161

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILP	Instituto de Longa Permanência
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
MDS	Ministério do Desenvolvimento
PNI	Portal Nacional do Idoso
PNS	Política Nacional da Saúde
RENADI	Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UATI	Universidade Aberta para a Terceira Idade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - IDOSO, VELHICE E ENVELHECIMENTO: APROXIMAÇÕES E HISTORICIDADE	30
1.1 O IDOSO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: QUEM É ESSE SUJEITO? ..	30
1.2 VELHICE E ENVELHECIMENTO: PROCESSOS, HISTÓRIA E CONTEXTOS	52
CAPÍTULO II - POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO IDOSO: UM CAMINHO ENTRE O (S) DIREITO (S) E POSSIBILIDADES.....	65
2.1 DISCUTINDO AS POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO IDOSO NO CENÁRIO NACIONAL: PRECEITOS LEGAIS E REAFIRMAÇÃO DO DIREITO.....	65
2.2. A INTERSETORIALIDADE COMO PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS DO IDOSO: PRIORIDADES E LIMITAÇÕES	76
2.3 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS E AS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS	89
CAPÍTULO III - IDOSOS E A VELHICE INSTITUCIONALIZADA: INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA E OS IDOSOS ACOLHIDOS.....	105
3.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	105
3. 2 CONTEXTUALIZANDO AS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	108
3.3 IDOSOS (SUJEITOS DA PESQUISA) E INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: CONTRADIÇÕES NO CAMPO DE PESQUISA	115
CAPÍTULO IV - A PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES QUE ATUAM NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: RELATOS, ANSEIOS E DESAFIOS	139
CONSIDERAÇÕES.....	164
REFERÊNCIAS.....	167
APÊNDICE A - Questionário e Roteiro de Trabalho com os Grupos	175
ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP.....	178

INTRODUÇÃO

A emancipação econômica das classes trabalhadoras é o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio (KARL MARX).

A sociedade contemporânea nos incita a perceber as mudanças que vem ocorrendo em várias esferas, tanto as de âmbito político, como econômico, educacional e cultural, bem como vem alterando nossa percepção acerca das transformações decorrentes de tais mudanças, ocorridas ao longo dos anos, trazendo historicamente e politicamente a necessidade de compreendê-las e das formas que essas se explicitam no meio social.

Diante dessas circunstâncias, podemos conceber certa compreensão da forma com que a sociedade vem se estruturando bem como das relações que essa estabelece entre seus pares, intimamente vinculadas às questões dimensionadas social, política, econômica e culturalmente, além de outros fatores que intervêm diretamente na dinâmica configurada no meio do qual fazemos parte. Assim, contextualizamos o idoso como objeto de estudos dessa tese, sujeito social que se identificou historicamente no meio social a partir de uma construção histórica.

Contextualizando o idoso historicamente, percebemos que a trajetória social da qual percorre demonstra que o mesmo nem sempre foi visto como um sujeito de direitos, ainda mais quando tratamos de uma sociedade em que os mesmos foram, e ainda são marginalizados diante da perspectiva da inatividade.

O atual contexto social nos revela uma grande trajetória histórica de seus idosos, principalmente quando pensamos sobre a perspectiva capitalista da sociedade da qual fazemos parte.

Na atualidade, situamos o idoso na perspectiva de um sujeito ativo e conhecedor de seus direitos, superando a ideia de inatividade, porém, nem sempre foi visto assim, essa situação mudou a partir do estabelecimento e fortalecimento das políticas atuais de atenção a essa camada populacional, as quais incitaram à sociedade lançar outro olhar para os mesmos.

O envelhecimento, num país como o Brasil, mostra a complexidade e a necessidade de atenção ao atendimento a essa camada populacional, ou seja, o número de idosos tende a aumentar a cada ano transcorrido. Dessa maneira,

podemos estabelecer relações entre a pessoa que envelhece e a necessidade de se pensar o estabelecimento de Políticas de atenção à essa demanda, pois a questão da longevidade é algo que já está ocorrendo e sendo constatado pelas próprias mudanças nas questões estruturais dos grupos sociais, como, por exemplo, a constituição das famílias. Em suma, o envelhecimento da população já se apresenta como uma realidade firmada.

Diante das atuais demandas da sociedade, tais como sociais, políticas, educacionais, e por meio dos anos transcorridos, percebemos que o idoso conquistou maior espaço, visto que há uma maior preocupação com o atendimento a essa demanda de idosos, rejeitada pela sociedade quando a análise se pauta na concepção materialista, ou seja, se observarmos a sociedade capitalista em que estamos inseridos, percebemos que o idoso sofreu marginalização pela não produtividade, por ser considerado inapto em relação às questões de produção de trabalho. Ora, se por um lado observamos uma sociedade do capital, por outro, as mudanças em relação ao entendimento de quem são esses sujeitos é gradativa, permeada pela compreensão das pessoas como um todo no que tange ao idoso no contexto atual, e esse processo é lento, pois depende do envolvimento à cultura individual dos grupos sociais, da particularidade do entendimento de cada um em relação ao idoso.

Junto a essa situação, passamos a discutir o processo de envelhecimento, o qual representa um grande desafio para a sociedade, principalmente no que tange à implementação e efetivação de Políticas Públicas que atendam às necessidades e aspirações do idoso, considerando também a questão da longevidade como premissa da atual sociedade.

Sabemos da existência de vários conceitos para a velhice como uma fase da vida e do envelhecimento, como um processo que nos acompanha da concepção até a morte. Assim, é inevitável que o ser humano ao envelhecer apresente algumas mudanças em suas capacidades funcionais e que estas interfiram em sua vida e nas suas ações na sociedade.

Não há um consenso específico na definição de velhice, em razão de existirem muitos estudos em diversas áreas tais como Saúde, Serviço Social, Seguridade Pública, Direito, dentre outros, os quais nos permitem considerar que o envelhecimento é inevitável e todos os seres humanos chegando à fase da vida denominada velhice será considerado idoso. A partir desse momento, estaremos

tratando do conceito de idoso, que de acordo com Camarano (2003 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 01), “[...] trata-se de perceber que os idosos do futuro próximo já nasceram [...]”.

Sabemos que os idosos sempre existiram independente das concepções que se tinham deles, o que alterou de fato foi à forma de percebê-los junto ao meio social. Assim, adotaremos como ponto de discussão nesse trabalho a definição de velhice como uma fase da vida, tal como a infância, a juventude, a adolescência. Dessa maneira, estaremos tratando-a de maneira natural e articulada ao processo de envelhecer, bem como ao idoso como um sujeito construído a partir das fases pelas quais passou e vivenciou.

Partindo de um pressuposto legal, no Brasil, o idoso é considerado todo sujeito que possua idade igual ou superior a 60 anos. Este recorte etário está devidamente prescrito no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

Intimamente relacionado ao conceito de idoso, é inevitável no que tange aos conceitos sobre a velhice, o idoso e a terceira idade percebermos que o fundamento legal, que se remete ao Estatuto do Idoso, se apresenta como referencial nos trabalhos realizados sobre a temática, incluindo dissertações, teses e demais pesquisas desenvolvidas nos diversos espaços acadêmicos, tais como as pesquisas desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação que permitam o idoso ser tema de estudos. Em outras palavras, dentre os trabalhos consultados tem destaque o Estatuto do Idoso como preconização legal e ponto de partida para a validação dos direitos que lhe confere a Lei.

É importante comentar que o campo de pesquisa sobre o idoso ainda está se estruturando no cenário nacional, mas mesmo assim, percebemos avanços significativos nos últimos anos, motivados pelas Políticas sociais, de saúde e outras que fomentem a atenção ao idoso da forma que se promoveram a partir da promulgação do seu Estatuto.

Diante dessa perspectiva de valorização dos idosos como importantes sujeitos no meio social, permeando a delimitação do objeto de pesquisa, encontramos o sujeito idoso em diferentes concepções, ambas particularmente relacionadas à velhice e ao envelhecimento, pois as categorias de idosos se encontram mediadas pelas próprias relações sociais.

Assim, dentre os idosos encontrados no meio social observamos a pessoa idosa institucionalizada, ou seja, sujeitos que estão vivendo fora do ambiente familiar

estando em locais denominados casas de acolhimento, e dentre essas há as que são instituições de longa permanência.

De acordo com Camarano (2010), no Brasil, não há exatamente um consenso sobre o que seja exatamente uma Instituição de Longa Permanência (ILP), embora suas principais origens estejam ligadas aos próprios asilos, os quais inicialmente se destinam a pessoas em situação de vulnerabilidade social, carência dos bens materiais e que precisam de abrigo. Inicialmente, as referidas instituições surgiram ligadas às questões da caridade, da assistência aos supostos “desabrigados”, praticamente sem nenhuma relação com as Políticas Públicas.

Tal situação justificaria que a condição financeira precária, a falta de moradia, a falta de alimentos para sobrevivência, dentre outros, seriam, situações que elucidariam a busca pela procura das instituições, sendo que, em sua maioria, são filantrópicas. Tal afirmativa se dá em razão dos trabalhos consultados para a realização da pesquisa, que possui foco no idoso que não dispõe de condições de prover seu autocuidado ou pagar por ele num contexto particular de atendimento.

Ressaltamos que no Brasil existem muitas instituições de iniciativa privada, as quais são ocupadas por idosos que dispõe de condições financeiras de escolher por um desses espaços, portanto, há que se considerar que existem instituições de iniciativa privada e ainda as que se estruturam como sendo de ordem filantrópicas, sendo as últimas o foco desse estudo.

Caracterizada essa situação, o envelhecimento da população bem como o considerável aumento da população que possui redução de suas capacidades físicas como intelectuais, acabam por requerer das referidas instituições o atendimento necessário para essa demanda que cada vez mais se faz presente no meio social.

Dessa maneira, e com o intuito de promover a compreensão do que sejam especificamente as instituições de longa permanência, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia sugeriu tal denominação, justificada também pela substituição da nomenclatura Asilo por possuir caráter exclusivo e soando mediante o meio social como espaço peculiar apenas ao abandono. Porém, na literatura e na legislação, encontramos outras denominações, tais como casas de repouso, asilos, casas de acolhimento, dentre outras.

É importante destacar que, para o Sistema Único de Assistência Social - (SUAS), os serviços prestados nessas entidades são referenciados como acolhimento institucional.

Para a Anvisa¹, ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania. É comum associar ILPIs a instituições de saúde. Mas elas não são estabelecimentos voltados à clínica ou à terapêutica, apesar de os residentes receberem – além de moradia, alimentação e vestuário – serviços médicos e medicamentos (CAMARANO; KANSO, 2010, p. 234).

De uma forma bastante sucinta, e para fins de contextualização das instituições de acolhimento, podemos entendê-las como uma forma de residência, de caráter coletivo, as quais atendem (ou deveriam atender) idosos, independente de sua real condição, buscando os seus cuidados e atendimento integral no que tange às suas dificuldades para o desempenho de suas atividades cotidianas.

Nesse momento, podemos delimitar o objetivo principal dessa pesquisa de tese, que se constituiu em compreender o idoso institucionalizado e as interferências da educação no processo de institucionalização dos mesmos. O objetivo principal foi delimitado a partir de quando se considerou grande curiosidade em saber da possibilidade da interferência ou não da formação educacional de idosos frente ao processo de institucionalização.

Sabemos que o processo de institucionalização de idosos não é algo novo, tampouco nos posicionamos favoráveis a essa política de atendimento, não pela prestação de serviços nessas instituições, mas sim, pelo fato de que a convivência familiar deveria ser preservada, e quando essa não é possível, o acolhimento institucional é uma das possibilidades de cuidado ao idoso, devido às próprias condições de vida dos mesmos, ou seja, situações oriundas da materialidade de sua existência.

Os objetivos da presente pesquisa se delimitaram quando da necessidade em, primeiramente, situar o sujeito idoso no contexto social, pois sabemos que o

¹ Essa definição se encontra preconizada na Resolução RDC número 283 de 26 de setembro de 2005, pertencente ao Ministério da Saúde - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

meio do qual se faz parte diz muito a respeito da forma com que o concebe e de como a própria sociedade o compreende.

Nesse ensejo, essa pesquisa se propôs, permeando o objetivo geral analisar o sujeito idoso de maneira a contextualizá-lo socialmente, a partir de sua vida material na sociedade a qual pertence. Posteriormente, como objetivos específicos da pesquisa, foram investigadas as relações existentes entre o idoso e a sociedade da qual integra.

Detalhadamente, os objetivos da pesquisa permeiam a pergunta inicial da tese, que constitui em que aspectos a educação interviu ou não no processo de institucionalização, ou seja, seu objetivo geral é o de investigar se a educação/formação educacional possui intervenção quanto ao processo de institucionalização. Assim, coube a presente pesquisa como objetivos específicos investigar as relações entre idoso, velhice e envelhecimento como objetivo inicial, e que se constituiu a proposição do primeiro capítulo de tese. Posteriormente, e como segundo objetivo da pesquisa de tese, foram investigadas as Políticas Públicas de atenção à pessoa idosa, permeando tal discussão entre as esferas da Saúde, da Assistência Social e da Educação, visto que a temática se envolve numa política de atenção ao idoso que certamente teve seus direitos negados diante das circunstâncias de sua própria existência².

Em outras palavras, o segundo objetivo da pesquisa foi o de identificar como se estabelecem as Políticas de atenção ao idoso, nas esferas nacional, estadual e municipais³, visto que as mesmas se estruturam pelo marco legal que é o Estatuto do Idoso, mas que, infelizmente, não garante que tais políticas se efetivem apenas por estarem preconizadas em lei. Permeando esse objetivo da pesquisa, se tratará do processo de institucionalização, partindo de seu histórico para que o mesmo seja compreendido em sua totalidade, visto que a própria institucionalização surge preconizada no Estatuto do Idoso, ou seja, a institucionalização faz parte do que é previsto legalmente, e assim, subentende-se que surge articulada a uma demanda social e, portanto, atrelada às necessidades dos sujeitos em questão (idosos institucionalizados).

² Justifica-se tal afirmativa porque partimos do pressuposto de que o idoso institucionalizado possui uma situação de maior vulnerabilidade social, e assim, supõe-se que possui certamente direitos violados.

³ Diz-se nos cenários municipais (plural) visto que se tratou de três instituições em municípios diferentes, e assim, se faz necessário o estudo e reconhecimento das políticas locais de atenção ao idoso, quando existentes.

Finalmente, o último e terceiro objetivo da pesquisa se encontra na pesquisa de campo, delimitado pela investigação de em que aspectos a educação intervém no próprio processo de institucionalização. Assim, o terceiro objetivo se concentra na compreensão de como se dá esse processo, investigando, em três instituições de acolhimento, como ocorreu a formação educacional dos sujeitos acolhidos, bem como a descoberta das possíveis interferências do processo individual de formação educacional na própria situação de acolhimento dos mesmos. Portanto, esse objetivo tratará de descobrir, por meio de pesquisa de campo, como a educação formal dos mesmos contribui para a institucionalização.

Poderíamos resumir os objetivos específicos dessa pesquisa como compreender historicamente o sujeito idoso no contexto social, discutir a velhice e o envelhecimento como totalidade da vivência humana em sua condição material de vida, analisar as políticas de atenção ao idoso nas relações sociais em que as mesmas se estabeleceram, e finalmente conhecer e investigar os sujeitos da pesquisa no lócus de suas vivências, ou seja, conhecer e estudar os residentes das instituições de longa permanência pesquisadas por meio da pesquisa de campo a seguir detalhada.

Assim, como enfoque teórico, delimitando o objeto que vem sendo desvelado materialmente, está sendo tratado em que aspectos o processo educacional interviu/ou não na institucionalização, e assim, teremos condições de articular o processo educacional a partir da perspectiva marxista, visto que o idoso institucionalizado tem suas particularidades diante de sua trajetória histórica de vida.

Tomando como premissa o pensamento de Marx (1978) a respeito da materialidade da vida humana, é importante considerarmos as condições em que a educação do idoso se estabeleceu em nosso meio social. Dessa maneira, a dialética que aparece no pensamento de Marx emerge como uma tentativa de superação da dicotomia, da separação entre o sujeito e o objeto, sendo que a dialética surgiu muito antes do pensamento de Marx.

Daí a importância de um caminho epistemológico, e de que esse fundamente o conhecimento para a interpretação da realidade histórica e social que o desafiava, superando a ideia de descrição de um contexto real abrindo espaço para a dialética, conferindo-lhe um caráter materialista e histórico.

Dessa forma, destacamos que a presente pesquisa utiliza como referencial teórico e método de análise o materialismo histórico dialético, ou seja, para análise

dos dados foi utilizado o pensamento marxista e alguns de seus pressupostos, como contradição, emancipação e totalidade.

De acordo com os conceitos marxistas, a contradição é categoria fundamental da lógica dialética. Assim, seu extremo oposto é a identidade. Algo é idêntico quando não se pode distinguir uma diferença. Se existem distinções, a identidade se transforma em diferença. Se a diferença se aprofunda, há contrariedade e contraposição. Se a oposição se agudiza, a contrariedade se transforma em contradição. Nesse caso, os polos opostos já não são apenas diferentes, mas contraditórios e antagônicos (não podem se conciliar), (NETTO, 2011).

Ainda segundo o autor (2011, p. 20)

o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto— de sua estrutura e dinâmica — tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa.

Em relação ao método em si, Saviani (1991) ao discutir a passagem e a necessidade do educador passar do senso comum para a consciência filosófica na compreensão de sua prática educativa, aponta o método materialista histórico dialético como instrumento dessa prática, superando o conhecimento da realidade empírica da educação cedendo espaço a uma reflexão teórica, de movimento das abstrações, tomando consciência da historicidade que envolve o processo de construção concreto da educação, pensada, da realidade educacional plenamente compreendida.

Segundo Saviani (1991, p.11),

Com efeito, a lógica dialética não é outra coisa senão o processo de construção do concreto de pensamento (ela é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma de pensamento (ela é, assim, uma). Por aí, pode-se compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal (incorporação, isto quer dizer que a lógica formal já não é tal e sim parte integrante da lógica dialética). Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato (mediação da análise como escrevi em outro lugar ou “detour” de que fala Kosik). Assim, aquilo que é chamado lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser a lógica para se converter num momento da lógica dialética. A construção do pensamento se daria pois da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto.

Segundo o autor, a lógica da dialética se traduz num processo de construção da vida material, da historicidade, da relação com o meio social.

É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc. que lhes correspondem (MARX e ENGELS, 2010, p.107).

Por um lado, a dialética permite e exige o movimento do pensamento, e junto desta, a materialidade histórica se refere à forma de organização dos homens no âmbito da sociedade por meio da história, em outras palavras, diz respeito às relações sociais construídas pelo homem ao longo de sua existência.

Segundo Netto (2011, p.52),

para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação.

Dessa forma, o que o autor quer dizer é que a concepção que se tem do método de Marx implica numa visão da totalidade, e essa é dialética, e não uma maneira de enquadrar seu objeto num padrão pré-concebido ou determinado.

De acordo com Nogueira (1990, p. 51)

Em verdade, nem Marx nem Engels, pelo fato de não terem produzido um estudo mais analítico abordando especificamente a problemática da educação em seu todo, se referiram à questão, a não ser através de ideias esparsas, espalhadas ao longo de toda sua obra, sem a intenção de organizá-las de modo a constituírem um conjunto coerente e ordenado, em resumo, uma teoria.

A citação acima demonstra fator importante na obra de Marx e do seu método de análise, pautado na vida material, portanto, jamais poderia traduzir-se numa única teoria educacional, pois a sociedade está em constante movimento, e esse define muito das transformações possíveis e necessárias.

Ainda, para o pensamento marxista, a materialidade histórica propõe uma compreensão a partir de uma análise empreendida sobre uma categoria essencial, que é o trabalho.

O trabalho em Marx (1978) é categoria central de sua teoria quando estamos analisando algo em educação, pois esta se relaciona estreitamente, e para o autor, não se trata de um conceito que se esgota no sentido literal da palavra, mas sim, surge articulado como categoria central nas relações sociais de produção, tratando-se do conceito filosófico de trabalho, é a forma mais ampla possível de se pensar o trabalho.

Em suma, o trabalho é central nas relações dos homens com a natureza e com os outros homens, porque esta é a sua atividade vital, e em relação ao idoso, há uma relação intrínseca entre a produção, as relações de produção e o trabalho, em razão do segmento idoso ser considerado improdutivo.

Segundo Kosik (2002, p. 127)

Na base do trabalho, no trabalho e por meio do trabalho o homem criou a si mesmo não apenas como ser pensante, qualitativamente distinto dos outros animais de espécies superiores, mas também como único ser do universo, por nós conhecido, que é capaz de criar a realidade. O homem é parte da natureza e é natureza ele próprio.

Isto significaria dizer que o caráter de uma espécie é definido pela atividade material que ela produz. Assim, para que se produza ou reproduza a vida, é inevitável sua relação com o trabalho, e esse se apresenta como uma atividade pela qual ele garante sua sobrevivência, bem como estreita a relação com que a própria humanidade produziu e reproduziu a vida humana (MARX, 1993).

No contexto atual, se discute a centralidade da categoria trabalho, sendo que as modificações das relações de trabalho teriam o levado a perder a característica da estruturação das relações sociais, mas mesmo com todas as mudanças no mundo do trabalho, não significaram transformações profundas e emergentes nas próprias relações sociais.

Num contexto geral, o trabalho constitui categoria central de análise da materialidade histórica da vida humana, porque é a forma mais simples, mais objetiva de se estruturar um sistema social.

Enquanto as circunstâncias em que vive este indivíduo lhe não permitem senão o desenvolvimento unilateral de uma faculdade à custa de todas as outras e lhe não fornecem senão a matéria e o tempo necessários ao desenvolvimento desta única faculdade, este indivíduo só atingirá um desenvolvimento unilateral e mutilado (MARX e ENGELS, 1978, p. 62).

De acordo com Marx e Engels, podemos dizer que a educação do idoso, vista sob a perspectiva de educação permanente não ocorria tampouco era preocupação das políticas de atenção a esta demanda, porque a sua produtividade não se revelava na sociedade capitalista, que almeja focar atenção à produtividade, e dessa forma, focava nas relações de reprodução meramente capitalista, seria a lógica de que onde não há produção e lucratividade não precisa investir em conhecimento.

Assim, na produção e reprodução da vida social, isto é, na criação de si mesmo como ser histórico-social, o homem produz:

- 1) os bens materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho;
- 2) as relações e as instituições sociais, o complexo das condições sociais;
- 3) e, sobre a base disto, as ideias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos humanos correspondentes (KOSIK, 2002, p. 126).

Mais uma vez podemos contextualizar o idoso num parâmetro de maior visibilidade social quando o retiramos da esfera da produção, justificando, para além desse trabalho de pesquisa, a realidade vivida pelos mesmos quando da não valorização do mesmo em relação a outros em outra etapa da vida. Em outras palavras, numa sociedade capitalista, o idoso é ser improdutivo, e como tal, não se enquadra nas questões maiores de produção. Porém, os mesmos já produziram em outras fases de sua vida, e, portanto, faz estabelecer as relações necessárias junto do trabalho.

Assim, segundo Marx (1999) o trabalho, que é atividade vital, aparece ao homem como meio de necessidade de manutenção da existência física, da manutenção dessa existência, pois é mediado pelo trabalho, que as pessoas existem numa sociedade do capital. Assim, nessa caracterização do trabalho, o autor destaca os principais e essenciais aspectos que o caracterizam que são respectivamente: “relação entre homem e natureza; transformação da natureza objetiva e subjetiva; ação exercida exclusivamente pelo homem; atividade orientada para um fim; prévia ideação do resultado” (MASSON, 2016, p.21).

Nesse prisma, situamos o idoso num contexto de produção material de sua existência, que já ocorreu no momento de sua vida produtiva, assim, o idoso institucionalizado, que também requer um olhar especial em relação às suas vivências e das razões que os levaram a tal processo.

Dessa forma, percebemos um avanço nas Políticas de Atenção à Pessoa Idosa, visto que já se encontram preconizadas em leis questões pertinentes ao atendimento desse público, firmados principalmente na legislação vigente, como, por exemplo, e principalmente, o Estatuto do Idoso.

Assim, novas ações estão sendo elencadas em prol do atendimento a esse público, e nesse prisma, encontramos as instituições de longa permanência, e com elas, o processo de acolhimento institucional de idosos, que ocorre por fatores diversos e que já se constitui uma necessidade para muitos dessa esfera social.

Em relação aos procedimentos metodológicos da presente pesquisa de tese, foi utilizada, inicialmente, a pesquisa bibliográfica como um construto inicial do objeto estudado, estruturando o referencial teórico e o processo de revisão de literatura, por meio de coleta de dados no banco de teses e dissertações da CAPES, bem como em sites de programas de pós-graduação.

Dessa maneira, enquanto se realizavam leituras específicas sobre a temática estudada, e se primava pela construção dos capítulos teóricos, foi realizada em consonância a revisão de literatura, pautada na busca de trabalhos que pudessem corresponder às perguntas da pesquisa quanto ao seu objeto.

Para a constituição da pesquisa em si, e da compreensão do objeto, foi utilizada a pesquisa de campo, desenvolvida em três instituições de longa permanência, as quais se localizam na região sudeste do Estado. A escolha por essas instituições se deu em razão das condições de funcionamento, número de idosos acolhidos e com condições de participar do trabalho de pesquisa em tela.

Ainda, as mesmas instituições foram selecionadas e escolhidas pela disponibilidade em participar da pesquisa mediante seus pares bem como pelas condições da equipe técnica das mesmas, sendo que em muitos outros contextos não há a composição de profissionais qualificados em áreas profissionais específicas. Portanto, a seleção prévia das instituições pesquisadas foi feita mediante coleta de dados *on line* sobre as referidas entidades. Em seguida, foi realizada uma visita para verificar a viabilidade e disposição dos idosos e dos profissionais em participar dessa coleta de dados enquanto sujeitos participantes da pesquisa.

Para a coleta de dados especificamente, e depois de realizadas visitas de reconhecimento das instituições bem como dos sujeitos que constituiriam a pesquisa, ou seja, os idosos institucionalizados profissionais das equipes técnicas,

foi solicitado que os mesmos concordassem com a participação nos grupos e na resposta dos questionários, visto que é de suma importância esclarecer detalhadamente do que se trata a pesquisa. Assim, em cada instituição, de acordo com as condições dos idosos em representar-se na pesquisa, os mesmos foram convidados a participar da mesma, selecionados em razão da sua própria condição de saúde e discernimento do que se tratava.

Destacamos que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, destacando em seu parecer a pesquisa empírica em razão da situação de vulnerabilidade em que os idosos das referidas instituições se encontram. Assim, o número do Parecer é 3.103.387, o qual se encontra em anexo ao presente trabalho.

Dessa forma, como instrumento de coleta de dados foram utilizadas as observações realizadas junto aos participantes da pesquisa. Posteriormente, foi aplicado questionário aberto junto aos profissionais das equipes técnicas que atuam nas casas de acolhimento, buscando informações sobre a vida cotidiana dos mesmos e a construção das suas histórias temporais que os levaram ao processo de institucionalização, principalmente no que tange à formação educacional dos mesmos.

Ainda, destaca-se que, para melhor compreensão dos dados a serem coletados diretamente junto aos idosos, foi utilizado como instrumento de coleta a realização de Grupos Interativos, os quais permitiram que os idosos participassem de maneira espontânea e trouxessem respostas que foram de extrema importância para a efetivação da análise.

Dessa forma e nesse viés, o grupo interativo pode ser utilizado como único instrumento de coleta de dados, bem como para contribuir com outros instrumentos de investigação, como, por exemplo, a observação, que é o caso dessa pesquisa de tese.

A flexibilidade deve ser valorizada, e essa não diminui de maneira alguma a sua importância, visto que tais instrumentos permitiram ao próprio pesquisador a compreensão dos processos de construção da realidade vivida pelos grupos sociais a que se destina, bem como ressalta a compreensão das próprias atividades da vida cotidiana, suas atitudes, ações e comportamentos que partilham vivências em comum, mas cada um a seu modo, visto que a particularidade e a individualidade não deixam de ser preservadas quando da análise da investigação propriamente dita.

Dessa maneira, a pesquisa pode ser melhor compreendida e a coleta de dados melhor detalhada, e no caso dessa pesquisa de tese, pela fragilidade encontrada em muitos dos sujeitos pesquisados, os procedimentos utilizados foram extremamente importantes na difusão das falas e na análise das experiências do grupo.

A interação constante entre a pesquisadora e os participantes foi decisiva para destacar algumas questões que foram cuidadosamente analisadas no decorrer da pesquisa, visando uma relação de reciprocidade entre ambos. Assim, como estamos tratando de idosos institucionalizados, destacamos que o diálogo entre pesquisadora e participantes ocorreu de maneira precisa, buscando o maior subsídio de dados possíveis para possibilitar a análise do que se propunha.

Depois de esclarecidos os procedimentos metodológicos destinados à realização da pesquisa, pretendemos tratar da mesma pela importância da discussão sobre o idoso junto ao cenário nacional, estadual e local, visto estar se tratando de um sujeito extremamente marginalizado no contexto social ao qual se apresenta, no qual quem não produz não é reconhecido socialmente.

É inevitável que conceituemos a sociedade em que vivemos num modelo capitalista de produção e de existência, bem como as relações que se estabelecem entre os sujeitos e suas formas de produção material (MARX, 1978).

Tomando como premissa a discussão do idoso como um sujeito que, em tese, já atuou ativamente no processo de produção da vida material, ao adentrar a fase da velhice, o mesmo deveria usufruir dos direitos que lhe são assegurados em lei bem como poder exercer uma vida saudável e de qualidade.

É certo que o idoso é objeto de estudos há muitos anos, consideravelmente nas áreas relativas à saúde, porém, nem sempre as condições sociais lhe permitiram o acesso aos bens e serviços. Na pesquisa, são inúmeros os trabalhos⁴ que enfocam o idoso em diferentes áreas, com ressalvas no que se refere ao processo educacional e à educação da longevidade e da educação permanente.

Para contextualizar a pesquisa, foi realizado o processo de Revisão de Literatura, momento em que foram selecionados trabalhos voltados ao idoso, em

⁴ Antes da seleção dos trabalhos específicos para essa tese, foram encontrados 9.147 trabalhos que pontuam o idoso como objeto de estudos em diversas modalidades de pesquisas e enfoques de análise.

específico ao idoso institucionalizado e ainda produções referentes ao processo de institucionalização de idosos.

Na realidade brasileira, assim como o contexto vivido em outros países, está se presenciando um rápido processo de envelhecimento da população, e o processo de longevidade passa a ser uma preocupação da sociedade, o que demanda a necessidade de ações integradas em prol desta população que envelhece (CAMARANO, 2010).

Dessa forma, podemos dizer que a sociedade contemporânea revela uma trajetória característica das famílias que possuem idosos, também de base capitalista, fomentando o processo de longevidade em seu meio, porém, nem sempre o percebendo como um sujeito capaz, mas como alguém incapaz, improdutivo, e fora do interesse desse meio social.

É comum presenciarmos no meio social o descrédito com a pessoa idosa, visto que a mesma passa a ser percebida como um ser em declínio de suas capacidades físicas e mentais, e fica, de certa forma, condicionado à imagem que a sociedade constrói do mesmo.

De acordo com Oliveira (2010) a história individual de cada sujeito, baseia-se nas influências de suas vidas no contexto social em que viveram ou a que tiveram acesso e apropriação. Em outras palavras, o construto humano em torno de sua própria vida faz com que vivencie ou não certas experiências, se aproprie de certos conhecimentos, estabeleça relações e até mesmo se identifique com alguns grupos sociais.

A consequência dada por este processo de envelhecimento pode ou não favorecer um processo denominado institucionalização, o qual ocorre na esfera social por fatores diversos e que merecem destaque, sendo objeto de estudo dessa pesquisa.

O processo de institucionalização geralmente ocorre vinculado a outros fatores, tais como os de ordem financeira, cultural, ou até mesmo aqueles causados pelos conflitos familiares, comumente desencadeados no meio social e familiar dos acolhidos. De acordo com Goffman (1974), o processo de institucionalização por si só oferece muitos danos que interferem significativamente na vida social dos sujeitos nesse processo. De acordo com o autor, as instituições de acolhimento institucional podem ser apresentadas/compreendidas como locais específicos onde atividades com regras são delimitadas e executadas.

Comumente conhecidas como asilos, ou ainda abrigo de idosos, as casas que oferecem o serviço de acolhimento institucional se enquadram, segundo Goffman (1974) na classe de “Instituição Total”, se caracterizam como aquelas que se apropriam do tempo e do interesse dos indivíduos a elas submetidos. Destaca ainda, o que chama de “fechamento” social.

O “caráter total” das referidas instituições de longa permanência é simbolizado pelo impedimento à relação social que os indivíduos estabelecem com o mundo externo, pelo controle que lá se exerce e que, certamente, inibe a identidade pessoal, pois quando se impõe as normas de convivência, se tolhe a liberdade, e porque não, o direito de ir e vir dos sujeitos institucionalizados (GOFFMAN, 1974).

Dessa forma, ainda segundo a concepção de Goffman (1974) os acolhidos acabam vivendo dentro e a partir de limites e fronteiras, nem sempre escolhidas e aceitas pelos mesmos, ou seja, estamos tratando de espaços contraditórios com funções coletivas e relações hierarquizadas de poder.

Historicamente, depois de muitas leituras realizadas, presenciamos a criação de Instituições de longa permanência desde a fase colonial, que se destaca entre o final do século XIX e início do século XX, porém, o processo de estudos e de valorização da institucionalização ainda é recente, principalmente quando se trata das políticas públicas sociais brasileiras. Ao se considerar o processo de institucionalização para idosos, podemos pontuar que um número de idosos correspondente a aproximadamente 2 % da população faz uso desses equipamentos, destacando os idosos brasileiros que fazem uso desse serviço, por razões diversas e que se constituem objeto de pesquisa de várias áreas do conhecimento, tais como enfermagem, medicina, serviço social, psicologia, fonoaudiologia, dentre outras.

Situamos o idoso num contexto de produção material de sua existência, e o idoso institucionalizado, que também requer um olhar especial em relação às suas vivências e das razões que os levaram a tal processo, ambas articuladas ao meio social e familiar.

Para a revisão de literatura propriamente dita, foi realizado um levantamento preliminar sobre a temática, buscando, a partir dos descritores institucionalização e idosos, a identificação de trabalhos de pesquisa que contribuíssem com a organização de material.

O referido levantamento foi realizado nos cursos de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Educação que são reconhecidos e recomendados pela CAPES, e para a identificação precisa do tema consultamos o banco de teses da Capes, Bibliotecas digitais dos programas e o Portal Domínio Público.

Num primeiro momento, buscou-se pelas palavras institucionalização e idosos, obtendo-se da plataforma de busca da CAPES 9.147 trabalhos, contando com teses e dissertações, muitos anteriores ao ano de 2010. Para que os presentes trabalhos pudessem ser elencados e catalogados, foram pesquisados trabalhos defendidos entre 2010 e 2015. Justificamos o recorte temporal devido ao grande número de trabalhos defendidos nesse período, e dessa forma sendo destaque de produções pelos descritores apresentados.

Os estudos que foram excluídos se justificam pelo fato de que o enfoque das mesmas se davam em áreas diversificadas e que não seriam propriamente relacionados ao objeto de estudos e posterior análise desse processo de pesquisa.

Dentre as categorias encontradas nos trabalhos selecionados, destacamos as temáticas que se remetem à Educação do idoso, Gerontologia; Gerontologia educacional; Políticas Públicas de atenção ao idoso; Universidade Aberta para a terceira idade; Representação social da velhice; Envelhecimento e saúde e Institucionalização.

Em se tratando dos critérios de seleção e estudo da presente revisão, podemos dizer que uma das maiores dificuldades foi exatamente o excesso de trabalhos e produções nas áreas que se vinculam ao processo de institucionalização, porém, é importante destacar que nenhum trabalho identificado trata da educação do idoso como fator determinante ou não para o processo de institucionalização.

Destacamos as produções nas áreas da saúde, em que a preocupação com o bem-estar dos idosos é fator determinante dos objetos de estudo. Percebemos que os avanços das produções científicas na área da saúde se justificam pelo fato de que um direito principal preconizado junto aos idosos é a saúde, sendo inclusive respaldada legalmente no Estatuto do Idoso, bem como foi, há anos, reconhecido socialmente como uma necessidade de atenção a esse público, assim, esse fator foi determinante para o fomento de pesquisas na área, motivada inclusive nos cursos de graduação.

Comumente, presenciamos pessoas definindo o idoso articulado a grupos de Terceira Idade, ou ainda, os vinculando ao atendimento na saúde e referências ao lazer, como se essas fossem as principais margens de atenção à pessoa idosa. Sabemos da importância com os cuidados com a saúde, e que o lazer é direito preconizado em lei, porém, não podemos minimizar o atendimento e a atenção a esse público nessas esferas.

Uma questão que vem aumentando a divulgação e também o interesse na pesquisa científica, ainda que gradativamente, diz respeito à educação do idoso vinculada ao processo de educação permanente e à longevidade.

Sabemos da importância do idoso ser ativo e ter uma velhice saudável, sendo notável o crescimento das pesquisas nessa área, principalmente pelo trabalho efetivado junto às Universidades Abertas para a Terceira Idade, vinculadas às universidades em geral como Programas de Extensão de oferta à comunidade como um todo.

Como um trabalho de extensão, as UATI oferecem formação e educação permanente aos idosos frequentadores desses programas, promovendo uma forma de educação contínua que os promove nas esferas, biológica, psicológica e social, pois diante do trabalho que se propõe, amplia e promove a participação social dos mesmos.

Essa temática apareceu frequentemente na pesquisa realizada, com enfoques diferentes nas teses e dissertações, mas que geralmente primavam pela educação do idoso ao longo da vida, sendo referência articulada à qualidade de vida dos mesmos. Assim, destacamos um avanço científico na área, ao constatarmos que está se primando pela valorização da educação do idoso em suas particularidades.

Os trabalhos focados nas áreas afetas à saúde ainda são destaque, seguidos de trabalhos vinculados à Educação Física.

É destaque também o crescimento do interesse nas áreas focadas na gerontologia, inclusive com a oferta de cursos de especialização na área, valendo-se do conceito amplo de gerontologia como o estudo detalhado do envelhecimento humano e da gerontologia educacional como o estudo da educação do idoso em todas as suas potencialidades.

Dessa forma, os trabalhos destacados, em sua maioria, estudaram idosos institucionalizados e as mais diversas percepções, causas e consequências desse

processo. Assim, um fator determinante no processo de institucionalização se encontra nas relações familiares estabelecidas entre o idoso e seus familiares, quando da presença destes, das relações de conflitos, ausência de vínculos afetivos e/ou falta de fortalecimento dos mesmos, os quais muitas vezes foram decisivos na efetivação do acolhimento institucional.

As instituições de longa permanência foram historicamente mudando sua forma de existir e de atuar, por meio de seus pares, pois as mesmas nasceram sob um caráter de assistencialismo e de cuidados a pessoas idosas que não dispunham de condições para custear seus cuidados na velhice, quando não mais podiam os fazer sem o apoio de outra pessoa, ou seja, o processo de dependência se faz presente quase que inteiramente na institucionalização (GOFFMAN, 1974).

Atualmente, pela leitura realizada dos trabalhos selecionados, percebemos que há um avanço na estruturação das casas de acolhimento de idosos, porém, ainda há muito que se considerar e/ou melhorar em relação ao atendimento e às condições de atenção a essa demanda nos locais pesquisados.

Há destaque em relação à percepção dos idosos quanto à falta de atenção da família para com eles, e em muitas pesquisas aparecem queixas dos mesmos da ausência total de visitas dos familiares, passando a instituição de acolhimento a ser sua própria casa.

Destacamos também nos trabalhos de pesquisa a análise de como a identidade do idoso acolhido é ou não preservada, visto que, na maioria das instituições apresentadas nas pesquisas, se constata a falta de privacidade e conservação do direito individual de escolha e decisão, em questões simples, como, por exemplo, horário de alimentação e descanso, sendo em sua maioria impostos pelos cuidadores dos locais e profissionais em geral⁵.

Não se trata de criticar o trabalho realizado, mas de fato as instituições de acolhimento precisam, em termos de organização interna de seu trabalho, primar por horários condizentes com as necessidades dos idosos residentes, porém, é inevitável que nesse processo a falta de liberdade individual ocorra.⁶

⁵ Nas pesquisas consultadas, aparecem muitos relatos de idosos comentando sobre a questão da preservação de sua identidade nas casas de acolhimento, daí a necessidade de destacar essa questão no texto ora apresentado.

⁶ No artigo 35 do Estatuto do Idoso se preconiza: Todas as entidades de longa permanência, ou case-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

Num contexto geral, a institucionalização é um processo que afeta o idoso em sua maneira de pensar, de agir e de viver. Assim, muitos trabalhos foram consultados e não computados nessa revisão, justificando-se tal descarte pelo fato de que, depois da leitura dos mesmos, constatamos que o enfoque não era voltado à área de institucionalização ou educação dos idosos, e que assim, não contribuiriam diretamente nesse trabalho de pesquisa.

Em suma, o texto que segue trata dos três capítulos que compõe a tese como um todo, sendo que os mesmos se encontram articulados entre si, de acordo com a pesquisa em foco.

Sendo assim, os Capítulos que estruturam a tese se organizam a partir da discussão do tema e de seus desdobramentos, a partir das leituras realizadas e dos dados coletados a partir da pesquisa de campo.

O primeiro Capítulo discute sobre o idoso, contextualizando-o histórica e socialmente, a partir dos papéis que ocupa no meio social em diferentes espaços. Ainda, pontua conceitos e questões sobre velhice e envelhecimento, relacionando com o idoso no atual cenário.

O segundo Capítulo traz como foco de análise as Políticas de atenção ao idoso, trazendo a discussão em torno dos direitos preconizados em lei, os quais se relacionam intimamente com as questões da intersetorialidade, articulando Políticas sociais, de saúde, educacionais tomando como premissa a contextualização do idoso diante de tal marcos históricos, conceituais e políticos.

O terceiro capítulo inicia a análise da pesquisa a partir da coleta de dados, trazendo em destaque os grupos interativos realizados junto dos idosos acolhidos nas três instituições pesquisadas, focando responder às inquietações acumuladas no decorrer da pesquisa.

O quarto capítulo ressalta a percepção dos profissionais em relação aos idosos acolhidos, da visão das equipes técnicas de atendimento em relação ao trabalho efetivado junto aos mesmos, além de focar a relação entre a formação educacional e o processo de institucionalização.

Finalmente as considerações finais pontuam as respostas encontradas diante da pesquisa, corroborando para a compreensão da relação entre a educação e a institucionalização de idosos, defendendo a tese de que a educação interfere significativamente no processo de institucionalização, de acordo com as questões discutidas nos capítulos que seguem.

CAPÍTULO I

IDOSO, VELHICE E ENVELHECIMENTO: APROXIMAÇÕES E HISTORICIDADE

A sociedade pré fabrica a miséria e a mutilada condição que lhes há de caber na idade final (BEAUVOIR, 1970).

1.1 O IDOSO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: QUEM É ESSE SUJEITO?

Diante das atuais demandas da sociedade contemporânea, percebemos que somos constantemente convidados a observar as mudanças decorrentes do âmbito social, econômico, cultural, educacional, dentre outros.

Assim, tais mudanças interferem diretamente, tanto na questão da produção de riquezas, quanto na produção de bens e serviços, bem como dos princípios que a mantém, tendo como exemplo, os valores e as formas com que a mesma trata os sujeitos sociais que a integram.

Dessa forma, cada pessoa, cada sujeito que compõe o tecido social o integra de acordo com sua própria história de vida, e essa acaba sendo também determinada inclusive pelos próprios modos de produção, articulados às conquistas, experiências, dentre outras formas de expressão das vivências de cada um de maneira particular. Portanto, tal situação nos leva a acreditar que, de certo modo, todos nós somamos experiências ao longo de nossa trajetória de vida a partir das condições específicas que cada um pertence, e ao mesmo se apropria, socializadas à história de outros homens.

A materialidade da vida humana se manifesta enquanto as próprias produções dos homens em relação à sua existência, e assim, gradativamente há a conquista de espaços diferentes bem como de novos desafios a serem superados diante da sociedade da qual fazemos parte.

Nesse ensejo, é inevitável que contextualizemos a sociedade em que nos encontramos a partir de tudo que a envolve, como, por exemplo, as mudanças decorrentes do próprio meio, e nessa conjuntura, encontramos diversos segmentos sociais, e dentre esses, o idoso.

Nessa perspectiva, podemos contextualizar os idosos como sujeitos sociais, ou melhor, como novos atores sociais, pois mesmo fazendo parte, integrando uma

demanda social contemporânea que se construiu historicamente, nem sempre foram percebidos e valorizados como cidadãos de direito (s).

De acordo com Camarano (2013, p.11)

Esse aumento da esperança de vida e as mudanças nos papéis dos idosos implicam uma rediscussão do conceito de “idoso”. Duas questões se colocam. A primeira advém do critério utilizado para separar indivíduos nas várias fases da vida. A segunda está relacionada ao conteúdo da classificação de um indivíduo como idoso. O critério de classificação é uma regra que permite agrupar indivíduos a partir de uma ou mais características comuns encontradas em todos eles. Para o estabelecimento da regra, cabe definir o conteúdo do grupo populacional criado em termos de outras dimensões além das utilizadas para classificação, dimensões estas que são muitas vezes inferidas e não observadas. Em outras palavras, o grupo social “idoso”, mesmo quando definido apenas pela idade, não se refere apenas a um conjunto de pessoas com muita idade, mas a pessoas com determinadas características sociais e biológicas.

Se observadas as condições de compreensão social do próprio (s) conceito (s) de idoso, percebemos que em nossa sociedade existem diversificadas maneiras de conceituar e compreender a pessoa idosa em vários espaços, a depender da forma com que cada grupo em determinados contextos o percebem em sua totalidade.

Dentre os conceitos conhecidos para a pessoa idosa, podemos considerar que o próprio dicionário (BUENO, 1989) constatamos a uma concepção de idoso que se refere a todo indivíduo que possui bastante idade, conceito que fora ampliado de acordo com estudos anteriormente realizados e que possivelmente influenciaram atitudes que favoreceram o atendimento qualificado e adequado para todos aqueles que compõe esse grupo social, (OLIVEIRA 2013). Assim, os conceitos foram sendo ampliados quando se percebe a legislação vigente e a conquista de novos espaços pelos idosos diante da sociedade.

É importante comentar que diante dos conceitos encontrados para o idoso, a sua maioria foi gradativamente sendo construído diante da sociedade como um todo, a partir das próprias mudanças ocorridas em cada momento histórico.

Os idosos sempre existiram, no entanto, diante de uma sociedade capitalista, compreendemos que talvez o foco de interesse não seja a pessoa idosa, visto que, em tese, não mais produzem em razão do capital, ou ainda, da produção desses.

Dessa forma, encontramos a relação do conhecimento entre o idoso e suas interações com a (s) produção (ções) materiais.⁷

Contextualizando o idoso historicamente, percebemos que a trajetória social da qual percorre demonstra que o mesmo nem sempre foi visto como um sujeito de direitos, ainda mais quando tratamos de uma sociedade onde os mesmos foram, durante muitos anos, marginalizados diante da perspectiva da inatividade.

Mesmo assim, é importante salientar que o idoso, que atualmente usufruem, ou deveriam usufruir de seus direitos, certamente anteriormente produziram para a mesma sociedade da qual integram, mediante o trabalho.

Dessa maneira, observamos uma situação em que o trabalho se manifesta como condição que relaciona o homem e a natureza, e assim, permite que os sujeitos produzam elementos indispensáveis à sua vida, pela transformação do elemento natural que certamente poderá transformar inclusive a si próprio. Nessa relação, podemos afirmar que o ser humano se diferencia dos demais animais pelo trabalho, e assim se constituindo em gênero humano.

Dessa situação emerge a necessidade de se perceber as questões que relacionam a sociedade capitalista e seus desdobramentos, a partir do momento em que se observa a relação de compra e venda da força de trabalho, resultante no salário que adquire caráter de trabalho abstrato, focando sempre a produção e a produtividade (MARX, 1979).

Destacamos essa perspectiva visto que os idosos se constituem sujeitos sociais que muito produziram no decorrer de suas vidas mediados pelo seu trabalho e das relações estabelecidas nesse processo. Assim, podemos comentar que os mesmos contribuíram de maneira incisiva para a sociedade do capital.

Pensando na perspectiva de uma sociedade capitalista que foca suas relações na produção associada ao lucro, logo observamos o conceito de trabalho produtivo no capitalismo, o qual se apresenta de maneira particular e determinada política e socialmente.

Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se como produtivo aquele trabalho que se realizava num produto, mais

⁷ Segundo Netto (2011, p. 20) o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa.

concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para o executante – numa mais-valia (MARX, 2010, p. 109).

Na perspectiva marxiana, observamos duas formas de se apoderar da força de trabalho dos sujeitos caracterizando-os como condições de produtividade e improdutividade.

É importante ressaltar que, como uma categoria econômica, o trabalho produtivo somente existirá quando existir o modo de produção capitalista, contrariando outra maneira de sociabilidade, pois o mesmo se define a partir das relações sociais estabelecidas no próprio seio da sociedade. Portanto, para Marx (2010) basicamente o trabalho improdutivo se diferencia do trabalho produtivo pela geração de mais-valia, que em outras palavras podem ser evidenciados, por exemplo, quando se valoriza o capital, e principalmente o lucro gerado por esse.

Ainda segundo o autor, o próprio processo de trabalho estruturados nos ideais do capital, continuam produzindo mercadorias e produtos, assim, a produtividade se define quando se gera um valor de uso e de lucro acerca de determinado produto e automaticamente gerando o que se denomina mais-valia.⁸

Tratando de uma forma mais precisa, podemos dizer que, houve consideráveis mudanças em torno das considerações sobre o idoso, principalmente no que tange à sociedade do capital, pela qual nossa discussão vem sendo permeada.

Culturalmente, se observarmos as sociedades⁹ que antecederam a emergência do capitalismo constataremos que os idosos tinham anteriormente uma importância diferente da que se imprime na sociedade capitalista que atualmente nos define enquanto sujeitos históricos e sociais, bem como o público idoso que se constitui foco de estudos desse trabalho de pesquisa.

Assim, nas sociedades mais antigas, de séculos anteriores, centralizavam-se nos idosos as decisões, as lideranças, valorizadas pelo acúmulo das experiências de vida que os acompanhavam, e dessa maneira eram reverenciados pelos mais

⁸ A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (Marx, 1985, p. 105).

⁹ Aqui nos referimos aos momentos históricos em que a sociedade, ainda que de maneira primitiva, não necessitava da exploração da mão de obra para satisfazer ao capital e à lucratividade.

novos pautados numa educação que pregava o respeito indiscutível entre seus membros.

Sendo assim, no novo modelo econômico, (o qual valoriza em específico o capital e a lucratividade), a perspectiva capitalista, o valor e o espaço foi mudando paulatinamente, visto que, permeada pela concepção do homem imerso no mercado de trabalho assalariado, iniciado desde a Revolução Industrial¹⁰, e cuja forma de produção e pagamento foi alterado esse modo de produção capitalista.

Nesse sentido, é oportuno destacar o idoso e a velhice nesse ínterim de discussão, em que ponderamos sobre o aumento considerável de idosos, tanto daqueles que ainda trabalham e produzem por diversas razões, como, por exemplo, as condições financeiras, tanto aqueles que possuem seus próprios meios de produção e que almejam a continuidade de seu trabalho.

Historicamente, e de acordo com os dados dos censos do IBGE entre 2007 a 2014, a previsão do aumento de idosos se reafirmou em todo o mundo. Ainda em 2007, observamos que o censo revelava que o Brasil estava passando por um intenso processo de envelhecimento populacional. Nessa época, o número de pessoas com mais de sessenta anos já era superior a 15.000.000 (quinze milhões), índice que praticamente dobrou na atualidade.

Os idosos existentes na contemporaneidade refletem novas demandas, novas necessidades, bem como impulsionam expectativas de análise social, dentre os quais pautamos a categoria trabalho, que é a essência desse momento da nossa discussão. Em outras palavras, os idosos também se constituem sujeitos sociais nessa demanda, contribuindo para a construção da sociedade e de si próprio.

De acordo com Marx (1988, p. 409), “a própria sociedade pauta a existência de seus sujeitos no trabalho. É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz a história”.

¹⁰ De acordo com Danenberg (2011) em meio a um cenário de crises e transformações que fizeram parte dos séculos XVII e XVIII, o capitalismo se viu estimulado por razões econômicas, sociais e políticas, como a Revolução Inglesa de 1640 a 1660, e mais tarde, a Revolução Francesa. Com o fim do absolutismo e a consolidação do liberalismo no campo político, assim como a transição do ideal renascentista para o iluminista no campo das mentalidades, o Antigo Regime que fez parte do mundo moderno se encerra dando lugar a novas práticas. A nova ordem e a criação do Estado Nacional deram espaço ao processo de industrialização, derrubando o mercantilismo, as corporações e o sistema feudal. Essa transição ocorreu de forma gradual apresentando rupturas e continuidades, e agregando características até chegar ao sistema econômico globalizado atual.

Como estávamos discutindo no texto acima, conseguimos agora situar as pessoas idosas como um todo nessa lógica que não o remete necessariamente ao trabalho e à produção, pois, resumidamente, ele não está mais ativo na geração de mais-valia ao capitalista, atingindo, assim, a idade considerada improdutiva, ou seja, que não está ativamente atendendo ao capital e que se inicia um momento onde o idoso passa a não produzir necessariamente tudo o que uma sociedade capitalista almeja.

Contribuindo com a discussão, encontramos, Beauvoir (1970, p. 250),

Com efeito, na sociedade antiga, composta essencialmente de camponeses e de artesãos, existia uma exata coincidência entre a profissão e a existência, o trabalhador vivia em seu local de trabalho, confundiam-se as tarefas domésticas e as tarefas produtivas. Entre os artesãos altamente qualificados, a capacidade crescia com a experiência, e, portanto, com os anos. Nas profissões em que ela declinava com a idade, havia uma divisão de trabalho que permitia adaptar as tarefas às possibilidades de cada um. Ao se tornar inteiramente incapaz, o velho continuava a viver no seio da família que lhe assegurava a subsistência. Nem sempre, como vimos, sua sorte foi muito invejável. Mas a coletividade não precisava se preocupar com eles.

Diante da perspectiva da autora, o que podemos observar é que a mesma chama a atenção ao fato da relação, uma vez mais, da pessoa idosa e da questão da produção, visto que é evidente em diversos contextos sociais tal realidade.

Assim, podemos ponderar até mesmo em razão do valor que se atribuía ao idoso e do que era estabelecido nas famílias, onde o envelhecimento não significava necessariamente o abandono, mas sim, a mudança das funções do mesmo no seio familiar, tampouco, se conservava o respeito pelos mesmos, minimizando outras problemáticas encontradas na atual conjuntura social, como o abandono.

É necessário destacar que, inevitavelmente, se pondera sobre a questão das relações de produção entre os idosos e a suas vivências produtivas, que, irremediavelmente, vão sendo diminuídas ao longo dos anos, porém, mesmo assim, as atividades eram de certa forma adaptadas às condicionalidades de cada sujeito, o que implica na continuidade do trabalho. Com isso, não se quer dizer que não haja uma sociedade em que se prime pelo idoso ativo, mas não necessariamente atendendo às necessidades do capital.

Quando envelhecidos, os explorados se veem condenados, senão à miséria, pelo menos a uma pobreza extrema, a moradias incômodas, à

solidão e, conseqüentemente, a um sentimento de decadência e a uma angústia generalizada, caem num embrutecimento que repercute no organismo, até as moléstias mentais que os afetam são, em boa parte, produtos do sistema (BEAUVOIR, 1970, p. 301).

De acordo com a autora, é a relação do sistema que produz, ou ao menos, (em diferentes escalas e níveis), que promove a decadência do velho enquanto relação de produtividade. Um sistema no qual muitas vezes o valor se estabelece mediado pelo que cada um produz e traz de lucratividade, ou ainda, da posição social que cada sujeito ocupa no meio em que vive, é impossível não se falar da relação entre produção e trabalho.

A sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida em que ele produz. Sabem-no muito bem os jovens. Sua ansiedade no momento de abordar a vida social é simétrica à angústia dos velhos na hora de serem dela excluídos. No ínterim, a rotina se encarrega de mascarar os problemas (BEAUVOIR, 1970, p. 303).

Se por um lado tratamos do ingresso dos jovens ao meio social por meio do trabalho, por outro consideramos que há, de maneira evidente e comprovada, a preocupação dos idosos em relação à sua socialização em diferentes espaços e contextos. Isso se dá, também, pela necessidade de se sentir incluso nesses espaços, visto que o ser humano, por si só, necessita de integração entre os seus. Isso significa, para muitos, a possibilidade de uma vida saudável, tanto nos aspectos biológicos, como em relação aos aspectos emocionais, mentais e sociais.

Ainda segundo Beauvoir (1970, p. 303),

Quando se chega a compreender o que é a condição dos velhos, já não é mais possível contentar-se com exigir uma “política da velhice”, mais generosa, um aumento das pensões, moradias saudáveis e lazeres organizados. É o sistema todo que está em jogo e a reivindicação não pode deixar de ser radical: é preciso mudar a vida.

Nesse ensejo, é oportuno destacar que as condições em que cada sujeito tem acesso à vida social corroboram com uma situação em que aos pares sociais não basta apenas o reconhecimento de seus idosos, mas sim, e principalmente, que se supere finalmente a concepção de inatividade aliada às relações de produção, o que implica num contexto de mudança até mesmo cultural das pessoas. Exemplo disso é

quando observamos relatos de pessoas articulando os direitos da pessoa idosa junto à piedade, à generosidade, ou ainda, meramente ao lazer.

Sabemos que durante muito tempo a atenção aos idosos se reservou à questões de lazer ou de assistência, abrindo mão de todas as outras ações políticas ou não que envolvem o limiar da velhice.

Contribui com essa discussão Teixeira (2008), quando aponta que o trabalhador que se encontra na condição de velho é praticamente descartado pelo próprio capital, que não lhe fornece condições de sobreviver nesse sistema, não se encontrando.

A lógica da sociedade capitalista incita certa representação social do idoso enquanto um sujeito beneficiário, quando aponta que este contribuiu com o seu país e na fase em que se encontra poderia desfrutar da atenção social que lhe é de direito. Portanto, é uma visão ingênua, visto que nem sempre as políticas sociais atendem às demandas necessárias de seu público idoso, pois não basta o necessário e emergencial, e sim, o atendimento a todas as necessidades do público pertencente a esse segmento etário por meio da rede de serviços. Sendo assim, os idosos seriam um grupo etário que dispõe de muitas alternativas dentro dos serviços denominados estatais, sendo que os mesmos pertencem à universalidade de direitos, o que nem sempre ocorre.

Na verdade, é uma lógica um tanto contraditória, visto que ao que parece o idoso possui uma vida social enquanto está atuando junto à sociedade do capital, desempenhando diferentes papéis, cada um com sua relevância social. Em outras palavras, podemos dizer que o idoso numa sociedade capitalista só possui relevância quando está atuante no meio do qual pertence. E na verdade, mesmo sendo considerados improdutivos na atual conjuntura de suas idades, ressaltamos que os mesmos já produziram para o capital.

Olievenstein (2001, p. 39) nos traz contribuições a essa forma de perceber o idoso no seio da sociedade do capital, quando afirma que,

Antigamente, (ou, nos dias de hoje, nos países pobres), a força de trabalho, a parte ocupada na execução das tarefas, determinava nossa posição. Aos serviços prestados correspondiam as homenagens prestadas. Os velhos continuavam a ser mantidos pela coletividade. Eles podiam participar da vida do grupo, dos conselhos dos sábios. Em tempos de penúria, de fome, de genocídio, seu destino não era, no entanto, dos mais invejáveis.

Como percebemos, o autor nos chama a atenção para o fato de que o trabalho esteve sempre relacionado com as condições materiais de vida da pessoa idosa, bem como com as relações de produção, inclusive para identificar o papel social que a pessoa desempenhava em dadas situações.

Assim, ponderamos nossos apontamentos relacionando o idoso nessas condições de produção material que geraram ao longo de suas vidas.

O atual contexto social nos revela uma grande trajetória histórica de seus idosos, principalmente quando pensamos sobre a perspectiva capitalista da sociedade da qual fazemos parte.

Na atualidade, situamos o sujeito idoso na perspectiva de uma pessoa ativa e conhecedora de seus direitos, a partir do referencial teórico consultado, o que pressupõe a superação da ideia de inatividade, porém, nem sempre foi visto assim, essa situação mudou a partir do estabelecimento e fortalecimento das políticas atuais de atenção à essa camada populacional, as quais incitaram à sociedade lançar um outro olhar para esses cidadãos.

O envelhecimento, num país como o Brasil, mostra a complexidade e a necessidade de atenção ao atendimento a essa camada populacional, cuja tendência é aumentar a cada ano transcorrido.

Diante das atuais demandas da sociedade contemporânea, percebemos que o idoso conquistou lugar de destaque, visto que há uma maior preocupação com o atendimento a essa demanda, rejeitada pela sociedade quando a análise se pauta na concepção materialista, ou seja, se observarmos a sociedade capitalista em que estamos inseridos, percebemos que o idoso sofreu marginalização pela não produtividade, por ser considerado inapto. Ora, se por um lado observamos uma sociedade do capital, por outro, as mudanças em relação ao entendimento de quem são esses sujeitos é gradativa, permeada pela compreensão das pessoas como um todo, e esse processo é lento, pois depende do envolvimento à cultura individual dos grupos sociais, da particularidade do entendimento de cada um em relação aos seus idosos.

Como exemplo dessa situação podemos citar como marco legal em sua essência, o Estatuto do Idoso (2003, p.19) quando em seu artigo 20 pondera que “o idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”.

Nessa perspectiva ampliada para se conceituar o idoso em cenário nacional, compreendemos que, dessa maneira, se pontua uma estreita preocupação com o bem-estar da pessoa idosa em sua totalidade, corroborando com a ideia de longevidade e de qualidade de vida.

Tomando como premissa a ideia central que norteia a longevidade, percebemos que a mesma se insere numa perspectiva de característica de quem vive, do “longevo”, da duração de uma vida, de indivíduos que compõe um grupo, como, por exemplo, os idosos, que compõe um grupo social que incita a ideia de longevidade, pois na atualidade integram as relações de expectativa de vida ampliadas.

Pensando dessa forma, compreendemos que para conceituar o idoso nas atuais circunstâncias, deveremos, primeiramente, atentar para as demais interferências acerca dos mesmos.

Assim, não se trata de meramente encontrar diferentes formas de conceituar o idoso em cenário nacional, estadual e outros, mas sim, de perceber a maneira com que os mesmos foram se estruturando enquanto sujeitos de direitos de acordo com os espaços que paulatinamente foram se apropriando.

Dessa maneira, discutir acerca de quem é o idoso no atual momento histórico significa percebê-lo numa dinâmica das relações que o mesmo estabelece em várias esferas sociais, tais como a Saúde, a Assistência Social, o Direito e a própria Educação, como conquistas particulares oriundas dos diversos movimentos surgidos em prol do idoso, como conferências, congressos bem como da mobilização dos próprios grupos em prol de um olhar diferenciado diante da sua existência nas diversas demandas sociais.

Observando o posicionamento de autores que estudam a temática em tela, podemos citar a concepção de Feijó e Medeiros (2011), admitindo que as dificuldades sociais sejam inúmeras e que nosso meio social ainda não se encontra evoluído suficientemente para comprometer-se com a real qualidade de vida e do tratamento adequado para seus idosos, culminando necessariamente num envelhecimento digno a partir de um compromisso social maior.

Na perspectiva de Oliveira (2002) o preparo do indivíduo para um envelhecimento saudável é fundamental, visto que ao longo de nossas vidas nos surpreendemos com muitas situações de conflitos e demais problemas, de várias ordens, muitas vezes relacionadas aos fatores financeiros, emocionais, de saúde,

dentre outros, e esses, precisam ser trabalhados de maneira que não se agrave na velhice, o que reflete na questão de um planejamento pessoal e social do próprio indivíduo ao longo de sua existência, quando esse é possível. Porém, algumas situações que ocorrem ao longo da vida não são passíveis de se planejar, como, por exemplo, a dependência física, que em alguns casos é inevitável.

Podemos observar uma preocupação maior com a qualidade de vida das pessoas idosas em virtude da superação da ideia de que atendimento ao idoso deve focar-se apenas na perspectiva do lazer, mas sim, superar essa ideia por uma maior perspectiva, que é a de estímulo à sua participação em várias questões de ordem social.

É certo que o processo de envelhecimento traz consigo muitas mudanças, as quais se enquadram tanto nas de ordem física como aquelas de ordem intelectual, além daquelas de ordem social, e que nem sempre atende às expectativas almejadas, sendo marcados de discussão ao longo desse trabalho de pesquisa.

É importante reconhecermos a importância desse segmento social-idoso a partir do conhecimento das proposições de direitos, deveres, situações de tendências, bem como diversas formas de se conceber a velhice na totalidade de sua existência na esfera social.

É importante citar que, ao contextualizarmos o idoso em diferentes perspectivas, não podemos deixar de comentar que, para a própria Organização das Nações Unidas (ONU, 2012), o sujeito idoso é diferenciado segundo padrões específicos de cada país, e conseqüentemente, do desenvolvimento e entendimento dos mesmos em relação a essa demanda.

Há diferenças na forma com que cada país compreende e conceitua seus idosos, e assim, podemos citar que em países desenvolvidos são considerados idosos as pessoas que possuem sessenta e cinco anos ou mais, já em países subdesenvolvidos, são considerados idosos aqueles que possuem mais de sessenta anos, como o Brasil. Assim, tanto os conceitos como quem sejam esses idosos faz parte de um processo da compreensão de quem eles são e das oportunidades que lhes são ofertadas em virtude das condições de cada país em particular.

Quanto às questões dos critérios a serem elencados para a definição e conceituação do idoso no cenário social, podemos dizer que os mesmos se diversificam e tomam certa materialidade a partir do que ofertamos a essa camada populacional (idosos), e isso pode ocorrer de diversas formas, dentre elas as que se

inserir nas políticas de atenção à saúde, nas próprias relações epidemiológicas, ou ainda, pelas próprias proposições administrativas e legais, tanto para o que envolve o planejamento como a oferta de serviços.

Segundo Camarano (2013, p. 10 -11)

A outra questão diz respeito ao conteúdo do conceito de “idoso”. Em geral, esse conceito é associado a características biológicas. O limite etário seria o momento a partir do qual os indivíduos poderiam ser considerados “velhos”, isto é, começariam a apresentar sinais de incapacidade física, cognitiva ou mental, o que os torna, neste aspecto, diferentes dos indivíduos de menor idade. Porém, acredita-se que “idoso” identifica não somente indivíduos em um determinado ponto do ciclo de vida orgânico, mas em um determinado ponto do curso de vida social, pois a classificação de “idoso” situa os indivíduos em diversas esferas da vida social, tais como o trabalho, a família etc.

A partir do aumento considerável da população idosa como um todo, faz-se necessário o estabelecimento de padrões de qualidade de vida para essa camada populacional, não meramente em uma esfera, mas em todas as áreas de atuação e possibilidade de integração do idoso.

Os idosos foram se constituindo sujeitos de direitos a partir do estabelecimento de padrões de atendimento oriundos das próprias políticas de atenção ao idoso, as quais não se estabeleceram de maneira neutra, mas sim, a partir de demandas reais que emergiram no próprio contexto social.

Num primeiro momento, podemos destacar as questões que se inserem na atenção da saúde do idoso, ressaltando que essas são evidentes, talvez até mais que as demais, pois as mesmas implicam num atendimento mais imediato, e que necessita de atenção especial e prioritária. Assim, iniciaram algumas discussões acerca da saúde do idoso, tanto na esfera física como na área mental, pois a saúde mental é e foi tema de muita polêmica e atenção qualificada nas atuais demandas da Saúde Pública.

Nesse momento, podemos discutir acerca dos novos papéis que vem sendo desempenhados pelos idosos, pois com a promulgação do Estatuto do Idoso, bem como da tomada de consciência desses papéis no contexto social os mesmos foram conquistando mais acesso a bens e serviços que anteriormente não lhes era ofertado. Antes dos direitos de a pessoa idosa estar preconizados na legislação, os

mesmos atendiam apenas às expectativas de lazer e de atenção à saúde, o que felizmente, ao longo dos anos, alterou o próprio entendimento dos mesmos em relação ao seu papel na sociedade enquanto sujeitos ativos, conhecedores e possuidores de direitos.

Ressaltamos as questões de lazer e saúde, porque comumente percebemos em diferentes espaços sociais que durante muito tempo as únicas maneiras de atender a esse segmento populacional se encontravam em ações isoladas de lazer, em centros de convivência e outros espaços.

Contextualizando o idoso a partir dessa perspectiva, constatamos que são muitas as formas de conceituar o idoso numa perspectiva histórica e processual.

Ser uma pessoa idosa foi caracterizado como um fenômeno multidimensional e multidirecional, ou seja, relativo a aspectos físicos, psicológicos e sociais do organismo, cujo processo de degeneração começa em diferentes momentos da vida, ocorre em diferentes ritmos e com diferentes resultados de adaptação. O envelhecimento é também um evento passível de vários tipos de interpretação, ou seja, as concepções a seu respeito podem variar no tempo e no espaço, dependendo dos significados a ele atribuídos (SILVA, 2009, p. 156).

De acordo com a citação acima, podemos dizer que o conceito de idoso vai se constituindo ao longo dos anos dependendo da forma com que foram percebidos no meio social do qual fazem parte.

De acordo com a perspectiva de Camarano e Medeiros (1999), podemos dizer que não há exatamente um consenso entre as várias fases da vida, visto que, quando tomada a individualidade de cada sujeito, percebemos que as suas vivências e a sua história de vida implicam na identidade de cada um bem como dos grupos sociais que os mesmos integram.

Ainda segundo Camarano (1999) o conceito de idoso contém certo teor descritivo, e que, em sua maioria, dependem também de um status atribuído a esse grupo, ainda que, percebidas as diferenças entre os mesmos, nem sempre o idoso soma as condições que caracterizem essa fase, e muitos desse grupo recusam-se a receber esse status. Por outro lado, a sociedade cria algumas expectativas em relação aos papéis sociais que o idoso pode ou deve desempenhar junto ao âmbito social. Portanto, independentemente de características peculiares dos indivíduos a sociedade busca certo padrão de entendimento e de concepções acerca do idoso.

Se observarmos a concepção de Bergo e Malagutti (2010) um dos traços

mais marcantes que caracterizam o idoso se encontram na relação entre os aspectos físicos para a construção de conceitos sociais, pois os aspectos físicos são certamente os mais evidentes, mas também são importantes quando contribuem para compreender as relações sociais que se estabelecem entre o idoso e o meio que integra.

É evidente que as condições físicas são de fato as que melhor identificam os idosos, mas não são as únicas, pois quando se trata de identificá-los na esfera social, principalmente quando se trata de perceber, identificar e fazer valer os direitos da pessoa idosa em seu contexto, é necessário seu reconhecimento para além das expressões na dimensão orgânica.

Diante dessa compreensão, em âmbito nacional percebemos que o idoso obteve maior ênfase quando expresso no Estatuto do Idoso, imprimindo-o o marco legal de sua existência bem como uma definição mais precisa e conceitual.

Camarano (2013, p. 11), contribui com essa discussão alegando que,

No entanto, para a formulação de políticas públicas, a demarcação de grupos populacionais é extremamente importante. Por meio dela é possível identificar beneficiários para focalizar recursos e conceder direitos, o que requer algum grau de pragmatismo nos conceitos utilizados. Como toda classificação, a de "idoso" simplifica a heterogeneidade desse segmento e, por isso, está sujeita a incluir indivíduos que não necessitam de tais políticas ou a excluir aqueles que necessitam. A grande vantagem do critério etário para a definição público-alvo para as políticas públicas reside na facilidade de sua verificação.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º percebemos intitulado um direito que declara que são princípios fundamentais da República Federal do Brasil, a cidadania e a dignidade humana (incisos I e II). Entretanto, poderemos perceber que numa perspectiva de sociedade capitalista, o idoso em diversas situações não é tomado como um cidadão de igualdade em relação aos demais, e dessa forma, foi necessário o destaque no art. 3º inciso IV que é objetivo fundamental da República promover o bem de todos, sem preconceito ou discriminação de idade, sexo, cor, religião, raça. O que se quer dizer é que, em muitos momentos, os idosos sofrem discriminação não somente por serem idosos, mas também pelas condições de existência que possuem.

Pensando socialmente no idoso, poderemos constatar que os direitos que ora estavam preconizados em lei nem sempre identificam e promovem a efetivação dos

cuidados e atendimento a todas as suas necessidades, visto que precisam ser levados em consideração os diferentes aspectos e situações que os mesmos estejam envolvidos em todas as suas particularidades, como, por exemplo, as questões de penalidade e seguridade social.

Podemos ressaltar que a Constituição Federal (1988) imprime e defende o direito à vida, o bem-estar e a dignidade, o que, indiretamente, refere-se às questões da qualidade de vida dos sujeitos idosos em questão. Preconizar e promover discussões quanto ao direito dos idosos, envolvem diretamente as relações desses com a família e de suas relações com seus idosos, independente qual seja a constituição dessa família, nuclear ou não, visto as mudanças ocorridas no tecido social no decorrer dos anos.

Como destaque podemos citar o estabelecimento da implementação da Política Nacional do Idoso (Lei 8.492/94), a qual confere certas incumbências em relação ao atendimento necessário em áreas diversificadas, tais como as destinadas à Saúde, à Assistência Social, sistema previdenciário, dentre outros que envolvem diretamente a promoção da qualidade de vida e obtenção do que é de direito junto aos idosos na esfera pública. Destacamos a qualidade de vida no sentido amplo, de exercer seus direitos de cidadão.

Em se tratando de tudo que envolve a esfera pública de atenção à população idosa, podemos dizer que não há como garantir a oferta de direitos apenas com a existência das leis, mas sim, a partir de tudo que envolve as ações que se refletem nos idosos, em específico quando se trata da efetivação das Políticas Públicas de atenção ao idoso.

Para Bergo e Malagutti (2010) os direitos da pessoa idosa devem ser garantidos não somente na esfera legal, mas por todos aqueles que de alguma forma se envolvem com as pessoas idosas. Assim, ambos corroboram com a ideia de que é dever de todas as pessoas a questão de promover e assegurar os direitos dos idosos, até porque, sabemos que nem sempre o que se encontra previsto em lei é de fato cumprido na esfera social, e assim, o ideal seria buscar a efetivação desses direitos, que podem ocorrer desde a participação social até a garantia da aposentadoria, passando pelo atendimento na saúde e demais espaços sociais que, em tese, devem promovê-los enquanto sujeitos.

Quando estamos tratando da Política de Direitos dos Idosos, é importante destacar que não se trata meramente de se fazer cumprir a lei em específico pelas

esferas responsáveis, mas também, e principalmente, a conquista de uma mudança maior, que se almeja na perspectiva social como um todo. Em outras palavras, estaríamos tratando de cumprimento de leis a partir de direitos conquistados socialmente.

Pensando dessa maneira, buscamos uma mudança social ampla, na qual a inquietude de quem pensa o idoso como cidadão de direitos promove uma reflexão maior e incita discussões ao longo dos espaços sociais no que tange à promoção dos idosos como sujeitos futuramente conhecedor e possuidor de seus direitos.

Associado às questões da velhice e do envelhecimento saudável, podemos dizer que não basta ao meio social a conscientização do que é ser idoso e do que os mesmos significam junto à sociedade, mas sim, os próprios idosos precisam buscar a conquista e efetivação desses direitos, pois o processo de envelhecimento do organismo ocorre exatamente em consonância da perspectiva de saúde mental bem como da longevidade, articulado no próprio âmbito social. Assim, cada sociedade atribui diferentes valores e conceitos em relação aos seus idosos, conceitos que se refletem na e para os mesmos.

Não se trata de colocar os idosos num grupo em situação de constante vulnerabilidade, mas o que se dizer é que a sociedade como um todo, por meio de seus pares, precisa atentar para o fato de se superar à situação de vulnerabilidade que muitos idosos se encontram, devido às próprias condições pessoais de vida, permeadas pelas relações culturais e sociais que se efetivaram ao longo dos anos.

Nesse sentido, é inevitável citarmos o grupo de idosos que em meios diversificados compõe situações de vida que se enquadram em critérios de violação de direitos, alguns se encontrando em legítima situação de violência. Assim, é comum observarmos certa resistência da própria sociedade em se envolver com as questões que articulam idosos em situação de risco social, e dessa forma, é necessário analisar as condições de estrutura das famílias, e dessas junto às possibilidades ou não em assumir a responsabilidade pelos seus idosos, justamente porque nem sempre tais famílias possuem condições nem sequer discernimento para cuidar de seus idosos. Aqui estamos tratando da família num conceito mais amplo, de família nuclear e família extensa.¹¹

¹¹ Aqui se trata da perspectiva da família nuclear pensando na composição familiar tradicional, ou seja, pai, mãe e filhos, e da família extensa numa perspectiva social de qualquer pessoa vinculada ao idoso assumir os seus cuidados e a sua promoção quando necessária.

O próprio Estatuto do Idoso em seu artigo 6º determina que: “todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento”, ou seja, há a preconização legal de que a sociedade como um todo tem o dever de promover a integralidade e a preservação de seus idosos, inclusive intervindo quando se fizer necessário.

Se tivermos como premissa de que todo sujeito social possui direitos enquanto cidadão civil e de que todas as pessoas, em tese, deveriam usufruir de uma vida com dignidade, respeitadas as individualidades bem como a garantia de acesso, não podemos admitir que os idosos sejam vistos no meio social como um todo como alguém em decadência, que não mais produz num meio de tanta desigualdade e exploração.

Para Bergo e Malagutti (2010) o homem só deixa de evoluir e produzir quando da sua morte. Porém, a nossa sociedade, ainda pautada em ideais conservadores de preconceito e de reações negativas aos idosos, ainda necessita perceber e valorizar esta faixa etária, visto que os mesmos estiveram à frente do ciclo de produção inclusive da própria materialidade de suas histórias e nas histórias dos grupos ao qual pertencem ou pertenceram.

Como já citado anteriormente, estamos imersos numa sociedade capitalista, sendo inevitável que os fatores de produção e lucratividade sejam componentes essenciais nesse contexto. Portanto, a demanda de jovens acaba sendo muito mais valorizada devido ao fator produtivo, em detrimento da população idosa, ressaltando que os mesmos devem usufruir de seus direitos como a saúde pública, transporte, dentre outros aspectos que em tese geram ônus para a esfera pública.

Corroborando com essa perspectiva a ideia de Beauvoir (1970, p. 65)

A sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida em que este rende. Os jovens sabem disso. Sua ansiedade no momento em que abordam a vida social é simétrica à angústia dos velhos no momento em que são excluídos dela. Neste meio tempo, a rotina mascara os problemas. O jovem teme essa máquina que vai tragá-lo e tenta, por vezes, defender-se com pedradas; o velho, rejeitado por ela, esgotado, nu, não tem mais que os olhos para chorar. Entre os dois, a máquina gira, esmagando homens que se deixam esmagar porque nem sequer imaginam que podem escapar. Quando compreendemos o que é a condição dos velhos, não podemos contentar-nos em reivindicar uma ‘política da velhice’ mais generosa, uma elevação das pensões, habitações sadias, lazers organizados. É todo o sistema que está em jogo e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida.

As contribuições da autora colaboram com as discussões até aqui apresentadas, visto que a mesma apresenta uma forma de pensar nossos idosos de maneira a superar a ideia de aceitação e generosidade, ao contrário, a pessoa idosa merece vida digna e respeito, os quais não podem ser obtidos senão por uma luta política maior e da sociedade em sua totalidade.

Nessa perspectiva, acaba se validando uma ideia de que o idoso gera gastos para o poder público, tendo como pressuposto a inutilidade, questão que necessita emergencialmente ser superada quando almejamos uma sociedade de igual direitos a todos os seus cidadãos. Ainda, a ideia de inutilidade e improdutividade já citada anteriormente, nega o pressuposto de que os idosos já produziram em outros momentos e, portanto, já contribuíram com a sociedade. Em outras palavras, precisamos superar a ideia de que o idoso, sob o ponto de vista administrativo e político, significa somente aumento de gastos.

Em relação aos direitos preconizados em lei bem como quando nos deparamos com as controvérsias da vida em sociedade, logo percebemos que a existência de leis que expliquem que os referidos direitos não se constituem sinônimo de que os mesmos estejam sendo adquiridos pelo público a que se destinam, incitando muitas discussões acerca da realidade que norteia a demanda de idosos em cenário nacional, estadual e municipal.

Oportuno comentar que num cenário de controvérsias e desigualdades, é importante observarmos que o próprio fator previdenciário funciona como uma espécie de passagem para a velhice, e assim, os integra numa perspectiva de sociedade do consumo, ou seja, a juventude produz numa espécie de cadeia de produção material, e os idosos como fonte de gastos e prejuízos à sociedade em sua totalidade.

A existência de legislação em prol da pessoa idosa não é suficiente para fazer com que os seus direitos sejam cumpridos e efetivados. O idoso enfrenta ao longo de sua vida inúmeras dificuldades, e podem ser de diversas ordens, como, por exemplo, de ordem física, emocional, financeira dentre outras, e devido às condições individuais de cada um de acordo com seu histórico de vida, os mesmos

deveriam ser atendidos, em todas as esferas, senão pela família pelos representantes das esferas públicas por meio de seus pares.

Às condições apresentadas por cada idoso, se incutem as possibilidades de desenvolver sua vida com maior autonomia, e quando essa não existe, deveria, em tese, ser garantida pelo setor público. É importante comentar que as limitações dos idosos podem ser observadas desde a questão física até as que se encontram na compreensão do funcionamento da sociedade, ou seja, para que se promova de fato a atenção necessária ao idoso é importante que haja uma compreensão por parte de todos os pares sociais sobre quem são os sujeitos idosos na dinâmica social.

Nessa relação estreita entre tudo que caracteriza o idoso, é importante dizer que as questões biológicas, sociais, cronológicas e culturais não servem somente para identificar esse grupo no montante social, mas para compreender suas vivências e as condições que cada um se encontra.

De acordo com Quadros e Oliveira (2013, p.18)

Biologicamente, o idoso enfrenta diariamente um novo desafio para manter a sua qualidade de vida. Os órgãos já possuem um desgaste bastante grande, que por sua vez, acarretam efeitos em todo o corpo, sejam nos sistemas que o regem ou nas manifestações que a eles se ligam. Afinal, se preocupar apenas com a saúde do corpo não é o ideal, trabalhar além daquilo que se pode também não, ainda mais quando este corpo não possuiu os devidos cuidados necessários para uma velhice mais tranquila.

As questões de ordem biológica estão normalmente associadas com as possibilidades dos sujeitos em encontrar nas esferas públicas de atenção à Saúde, a Assistência Social, clínicas em geral, o atendimento necessário e condizente com a idade que possuem, porém, nem sempre os órgãos públicos dão conta do atendimento necessário para essa camada populacional, por razões que vão desde a liberação de vagas até a falta de preparo dos próprios profissionais em virtude da atenção diferenciada ao idoso.

A saúde pública sofre muitas críticas em relação ao atendimento e às condições para tal, e os idosos são o público que possuem grande fragilidade e necessidades quanto a esse atendimento.

Outro exemplo de situações conflitantes entre os idosos e o meio social, se encontram quanto às dificuldades em se conseguir medicamentos com preços alternativos e acessíveis, principalmente os que são de uso contínuo, além das

dificuldades em manter como incentivo à qualidade de vida do idoso, bem como o incentivo na área preventiva de doenças de ordem grave, e que muitas vezes poderiam ser evitadas quanto à vacinação e demais cuidados que podem ser feitos junto à conscientização das pessoas como um todo.

Os programas sociais, tais como os ofertados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, por meio das parcerias e convênios com os municípios, também são um exemplo de ações que podem ou poderiam estar focadas também no idoso, e nessa área, percebemos que houve, no decorrer dos anos, um sensível avanço em relação às ações de ordem social, pois as mesmas são motivadas pelos programas das esferas sociais, muitas vezes vinculados ao próprio Ministério da Saúde e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹². No entanto, tais programas nem sempre conseguem atingir a toda a camada populacional de idosos, pois para seu funcionamento, há a necessidade de superar apenas a inclusão dos mesmos, mas sim, oportunizá-los, pelas condições disponíveis, de poderem frequentar tais programas, pois a criação dos mesmos também exige que se pense quanto a todas as condições de acesso e permanência dos idosos, como por exemplo, o transporte público.

Um fator preocupante tanto para a esfera pública como para as próprias famílias, se refere ao setor/fator financeiro, pois é a partir desse que se definem, em sua maioria, as condições de vida de seus idosos, visto que o valor recebido pela sua aposentadoria nem sempre são condizentes com as suas reais necessidades de promoção de uma vida saudável.

Identificamos uma situação em que se constata uma política falha, que na verdade não garante o preconizado em lei, culminando muitas vezes em agravos relacionados à saúde, como, por exemplo, as doenças psicossomáticas, como a depressão, além de outras situações decorrentes de suas condições de vida. Assim, o que se pretende defender é a ideia de que os direitos promulgados e defendidos sejam de fato percebidos pela pessoa idosa, vividos e realizados.

Discutindo o idoso sob várias esferas (políticas, sociais, culturais, educacionais) e diversos conceitos (os idosos no atual contexto), perceberemos que a categoria implica em várias significações, nem sempre positivas para o setor

¹² De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social. A assistência social é parte do Sistema de Seguridade Social, apresentado pela Constituição Federal de 1988.

público, que muitas vezes os insere num patamar de gastos infindáveis, devido ao que lhes é conferido como direito, em especial na Previdência e Saúde Pública.

Ao longo de nossa discussão, e se atentarmos ao fato de que na esfera social o idoso nem sempre é tratado/valorizado tal como deveria, permite-nos observar uma nítida violação de direitos, percebida pela própria situação de fragilidade ou vulnerabilidade que muitos deles se encontram. Dessa forma, tal violência muitas vezes se manifesta de maneira simbólica, se revestindo de um caráter assistencialista que retira da pessoa idosa o poder de decisão cedendo espaço ao comodismo e à própria aceitação de sua condição como alguém improdutivo e inativo.

Essa situação precisa ser vista e modificada principalmente nas relações sociais, momento em que observamos como os outros percebem os idosos, pois certamente seremos idosos futuramente, e dessa maneira estaremos adentrando a fase da velhice, e junto dela, podendo ter consciência de nossos direitos na conjuntura social e das formas de participação e intervenção no meio do qual fazemos parte.

Em relação às representações sociais, podemos dizer que as mesmas sofrem influências de muitos fatores, até mesmo da própria imprensa, que como formadora de opiniões fomenta as pessoas a pensarem sobre a realidade que os cerca, apesar de nem sempre ter interesse em pensar o idoso em sua totalidade.

Nessas circunstâncias, podemos dizer que a exclusão social do idoso se materializa por meio até mesmo de sua exposição pública, mediada por entrevistas de jornais, matérias divulgadas na imprensa popular, mídias em geral, até mesmo por meio de músicas que os hostilizem ou menosprezem seu papel no meio ao qual fazem parte.

Responsáveis, em grande parcela, pela formação de uma 'opinião pública' e de um imaginário social, a imprensa poderia afirmar a necessária postura de positividade em relação ao idoso para que este fosse reconhecido como produtivo, capaz, experiente, mas também como portador de necessidades específicas e, sobretudo, digno de respeito como pessoa e como cidadão (SOUZA, 2002, p. 208).

Pensando na relação do idoso na totalidade, podemos dizer enfim que não podemos simplificar a sua definição em apenas uma ou outra citação, ou ainda, 5defini-los por uma perspectiva, como, por exemplo, as que se relacionam às suas

condições físicas, intelectuais, bem como as que se encontram relacionadas à saúde, às questões sociais, psicológicas, dentre outras, que podem vir a influenciar a compreensão do idoso como um segmento social.

De acordo com o Estatuto do Idoso, se preceitua em seu artigo 2º que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana assegurando-lhe todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2010). Entretanto, não podemos garantir a efetivação desses direitos sem a mobilização e participação geral da sociedade.

De maneira contextualizada, podemos dizer que se faz necessário uma uniformização do sujeito idoso primeiramente a partir da base cronológica, que em âmbito nacional, encontra respaldo legal no Estatuto do Idoso, o qual determina a idade de 60 (sessenta) anos o momento de vida que inicia a velhice.

É pertinente comentar que em alguns estudos encontramos a ideia de que as pessoas envelhecem quando sofrem alguma perda irreparável bem como quando se sentem abandonadas e sozinhas, podendo vir a desenvolver sintomas de velhice. Entretanto, há estudos que apontam que há uma diferenciação entre a velhice e o processo de amadurecimento, como conceitos diferentes. Dessa forma, envelhecer seria um processo natural de nossa existência.

De acordo com Morin (2000) discute-se que entre as mais diversas fases da vida encontramos situações que nos levam a refletir e relacionar a infância, adolescência, maturidade e velhice. Assim, as fases da vida se inter-relacionam também de acordo com o estado em que cada pessoa se encontra, pois quando se sofre um trauma, por exemplo, a perda de um ente querido, a tendência é a de amadurecimento precoce. Ou seja, as fases da vida possuem uma relação entre si, a depender das situações da própria experiência individual dos indivíduos.

Ainda segundo o autor, podemos tratar das questões que se referem à questão da autoridade do idoso, pois o mesmo enfrenta tal situação à medida que a sociedade evolui. Assim, cede espaço para os mais jovens, visto que, como já discutido anteriormente, são os que produzem firmemente numa sociedade do capital.

Nesse momento, podemos dizer que são vários os conceitos que se tem dos idosos, principalmente quando estamos tratando da história de vida dos mesmos

que se constituíram na própria história dos homens, e assim, na organização da sociedade como um todo.

Para tal, poderemos citar Sá (2002) trazendo uma forma mais contextualizada de definir os idosos, fomentando a discussão sobre um sujeito que está diante de um espaço e de um tempo. Portanto, seria especificamente o resultado de seu próprio processo de desenvolvimento, do seu percurso de vida e dessa forma, interioriza valores e sentimentos, traduzindo-os numa perspectiva de forças, possibilidades, desejos, para posteriormente organizar-se em força social e política.

Nesse contexto, podemos dizer que as discussões e interpretações de quem é e como se contextualiza o idoso na sociedade contemporânea é de fato, elemento de discussão e de fomento de pesquisas na atualidade bem como revelam diferentes perspectivas quanto ao entendimento de quem de fato são esses sujeitos. Para tal, não podemos negar a relação existente entre seus conceitos e as interfaces da velhice e do envelhecimento, os quais serão tratados no texto a partir desse momento como uma maneira de articular o idoso no tempo, espaço e sociedade.

1.2 VELHICE E ENVELHECIMENTO: PROCESSOS, HISTÓRIA E CONTEXTOS

Ao discutirmos sobre o idoso e seu papel diante da sociedade da qual fazem parte, podemos identificar inúmeras formas de contextualizá-los nesse contexto. Porém, não basta saber definições e princípios que identifiquem e verifiquem a pessoa idosa em números e índices, é necessário que as pessoas, socialmente e culturalmente, respeitem seus idosos e os integrem aos diferentes meios dos quais possam fazer parte, independente de classe social, condições econômicas, dentre outras.

Contextualizando historicamente a velhice, perceberemos que ainda nas antigas civilizações, como, por exemplo, no Egito e na China, a velhice foi por longo período de tempo considerada uma parte importante da comunidade, momento histórico em que os idosos eram constantemente associados à divindade, à política, à família bem como e principalmente à sabedoria, tal como entre os povos Maias, Astecas e Incas, em que os mesmos se relacionavam intimamente com as questões de sabedoria e experiência.

Na obra *A República* de Platão (427- 347.AC), a velhice é definida como uma fase da vida em que se pondera pela prudência, pela sensatez e capacidade de juízo, diferente de Aristóteles, que percebia a velhice como uma espécie de quarta idade, a qual se caracterizava pela senilidade, associada às questões de doença.

Percorrendo muitos momentos de nossa história, podemos verificar que foram muitas as maneiras de perceber a velhice e o processo de envelhecimento como questões associadas, mas com significados articulados e ao mesmo tempo com suas particularidades, culminando no século XVIII onde se constrói paulatinamente um novo conceito de velhice, em que o idoso é visto como alguém associado à sabedoria, inclusive com os avós assumindo papel de educadores, numa relação de transmissão de conhecimentos ao longo das gerações (SILVA, 2008).

Foi a partir do século XIX, que se configurou outra concepção acerca da velhice, agora tratando-a como um segmento abandonado, num contexto social em que se privilegia a produção definida nos ambientes das fábricas. Em outras palavras, se percebe que o setor econômico privilegia a classe que trabalha, que produz e que inevitavelmente gera lucratividade ao meio social. É aqui que se iniciam as discussões quanto ao processo de institucionalização das pessoas idosas devido à negligência e falta de condições de apoio e ações do Estado, fortemente movido pela industrialização.

Segundo Silva (2008) é nesse momento que se configura a entrada de indivíduos jovens no mercado de trabalho, focando obviamente a produtividade, em detrimento dos idosos que nessa perspectiva não gerariam produção tampouco lucros nesse elevado processo de industrialização.

O século XIX também foi marcado pelos avanços científicos, que de forma muito sutil, contribuíram com a questão da longevidade, até então não difundida e valorizada. Mesmo assim, ainda se mantém certa debilidade em relação à atenção aos idosos e à velhice, que passa a se constituir incoerente aos tempos de modernização trazidos pelos ideais da indústria, culminando com o processo denominado de estratificação social, que também atingiu as idades, pois limita os papéis e certas responsabilidades.

Dessa maneira, a sociedade foi gradativamente percebendo seus idosos de acordo também com a própria historicidade dos homens, que se constrói na dinâmica das relações sociais que estabelecem, ampliando também o leque de ações que envolvem a longevidade.

Para Olievenstein (2001, p. 23)

a cronologia exata do nascimento da velhice não é tecnicamente proclamada. Os acontecimentos se atropelam. Há, evidentemente, a idade que é uma referência impiedosa. Há sobretudo as provas sociais, de saúde, afetivas.

Para o autor, a idade proclamada para a velhice não pode estar expressa rigorosamente nos livros didáticos tampouco servir como premissa para definir as ações a serem desempenhadas a partir de então. Assim, não estaremos mais tratando de apenas definir aspectos da velhice, mas sim, de relacioná-los junto a um conjunto de fatores que intervêm na própria compreensão do conceito de velhice na esfera social partindo da individualidade de cada sujeito em processo de envelhecimento.

Assim, ainda segundo Olievenstein (2001, p. 23)

Segundo a célebre máxima, a velhice não é somente uma questão de idade, ela é também, e antes de tudo, uma questão de estado de espírito. Com a mesma idade, um é velho friorento, fechado sobre si mesmo, estreitamente fiel a seus hábitos reduzidos ao mínimo; o outro, ao contrário, é mais do que nunca um conquistador, como se quisesse devorar o tempo, ser mais forte do que ele, construindo cada dia uma imortalidade.

Dessa maneira, percebemos que o autor se preocupa em definir a velhice num patamar focado na experiência, na vivência e na individualidade de cada um dos sujeitos que dela vai paulatinamente se apropriando.

Nesse ensejo, podemos dizer que a velhice é processo, e como tal, não depende de um único fator, como, por exemplo, o biológico, para se estabelecer na vida dos sujeitos, mas sim, ela vem carregada da própria historicidade individual, da visão de mundo que cada um possui e que colabora com a perspectiva de vida longa, saudável ou não. Em outras palavras, a velhice é fruto de uma fase que se constrói na individualidade e nos grupos sociais a que se pertence. Daí se justifica também a questão da longevidade e do aumento da expectativa de vida.

De acordo com Camarano (2002), existem dois principais fatores que intervêm diretamente no aumento da população idosa, associada às questões da longevidade, que são, respectivamente, a alta fecundidade do passado, em especial entre os anos 1960 e 1970 bem como na atualidade as famílias assumirem um novo

formato, tendo certa resistência em ter muitos filhos, por razões que vão desde a questão financeira até às condições materiais como um todo.

Podemos articular a essa demanda outro fator que explica que o aumento da população idosa também se relaciona à baixa de mortalidade para essa demanda, em virtude dos trabalhos de caráter preventivo, que embora ainda sejam precários, contribuem para o público a que se destinam.

A partir dessa perspectiva e de acordo com Camarano (2002), a diminuição da fecundidade alterou de maneira extrema e considerável a distribuição da população brasileira, interferindo inclusive na maneira de se conceber os idosos e dos mesmos passarem de um comportamento inativo para uma forma mais expressiva de vivências, participando ativamente da conjuntura social, portanto, implicam no aumento do envelhecimento e no processo de longevidade.

Nessa perspectiva, estaremos tratando diretamente do idoso e da fase da vida ao qual pertence, isso dependendo da concepção e da leitura que cada sujeito faz de sua própria existência. Ora, se por um lado a longevidade traz consigo a perspectiva de se viver mais, logo esse circuito precisa vir carregado de qualidade e da expectativa de uma vida melhor, mesmo que seja nas atividades mais simples da vida cotidiana.

De acordo com Silva (2012, p.206) “as necessidades da população idosa, cujo contingente populacional cresce em ritmo bastante acelerado no Brasil dos nossos dias, passa a ser compreendida como uma das expressões da questão social contemporânea”. Ou seja, a sociedade como um todo vem percebendo no contexto cotidiano o aumento considerável da população idosa bem como da participação dos mesmos de maneira mais ativa no meio do qual se faz parte.

As políticas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas são transversais a várias áreas de governo. Pela mesma razão, 2016 os compromissos do governo federal com o atendimento dessa população estão dispersos em diversos programas temáticos do PPA 2012/2015, em especial o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e também no âmbito da seguridade social, da mobilidade urbana, do trabalho e emprego, da acessibilidade e da educação (BRASIL, 2003, p. 70).

Partindo desse pressuposto, da garantia de direitos e das formas de se conceber a velhice e o envelhecimento, podemos pautar o início dessa discussão

sobre os conceitos acerca da velhice e das relações que essa estabelece junto do envelhecimento.

De acordo com a concepção de Fernandes (1997, p. 98) “o sentido etimológico de velhice deriva de velho, procedendo do latim *veclus*”.

Para a autora, a velhice compõe um processo inevitável e inadiável a qualquer ser humano, caracterizando-se por diversos fatores, sendo que os mesmos vão compondo um ciclo que envolve questões emocionais, biológicas e orgânicas, além das questões sociais e ambientais, as quais variam de sujeito para sujeito.

É como se estivéssemos falando que há uma espécie de organização da vida por fases, e essas fases vão se modificando e se traduzindo a partir daquilo que cada sujeito vivenciou ao longo de sua trajetória, de sua história individual, dos desafios que os impulsionaram ao longo de suas vidas.

De acordo com Fernandes (1997, p. 10),

Com o passar dos anos, as transformações que ocorreram nas sociedades industrializadas e o gradual envelhecimento de suas populações proporcionaram as condições para que socialmente se começasse a considerar a velhice como situação problemática a necessitar de apoio social. A velhice tornou-se um problema social e passou a mobilizar gente, meios, esforços, e atenções suficientes para que qualquer um disso se aperceba.

Assim, a velhice passa a ser percebida como uma fase pertencente à sociedade da qual integram, pois, dependendo da maneira com que a sociedade percebe seus idosos, é a forma com que os mesmos terão seus valores ou não em determinados meios.

Dentre as diversas áreas que se preocupam com o limiar da velhice, encontramos a medicina, a fisioterapia, a psicologia, a enfermagem, dentre outras, que direta ou indiretamente promoveram o aumento nas discussões e o fomento à uma concepção de velhice integrada, que não fosse preocupação de apenas as áreas da saúde, mas sim, de diversas áreas em que os idosos pudessem ser vistos como sujeito de direitos.

Citamos as áreas da saúde com destaque visto às particularidades que à área se confere, e que justifica a necessidade e o direito a uma velhice saudável, com saúde.

Nesse momento, podemos citar uma grande preocupação em nível mundial acerca da relação entre a velhice e o crescimento demográfico dessa população.

Se observarmos cada sujeito em suas particularidades, verificaremos que o próprio processo de envelhecimento do homem está intimamente relacionado às constantes mudanças e transformações sofridas ao longo de sua vida e cada uma delas, exercendo à sua maneira, as influências cabíveis a cada vida em particular e consequentemente interferem no processo de envelhecer. Assim, podemos ainda citar as próprias mudanças que ocorrem na esfera física, em que perceberemos que todos somos sujeitos em processo de envelhecimento, pois como já citado anteriormente, estamos em constantes modificações, tanto físicas como intelectuais, mentais e de outras ordens a depender de cada condição em particular.

Sabemos que ninguém está alheio ao processo de envelhecimento, pois observamos que a própria aparência física demonstra o processo de envelhecimento, porém, não é a única condição a ser verificada, como, por exemplo, a lentidão nas capacidades orgânicas.¹³

É de extrema importância pensarmos também e destacar que praticamente todas as idades possuem suas particularidades, seus anseios, e cada sujeito vai se adequando à medida que vive cada momento de sua história.

Se partirmos de um contexto geral, a velhice precisa ser caracterizada como uma fase específica da vida, bem como o envelhecimento se define como um processo de amadurecimento, de crescimento e evolução intelectual, que, moralmente e socialmente, e de maneira muito particular imprime a cada sujeito suas condições individuais a partir de seu próprio contexto de vida.

Nessa perspectiva, corrobora Oliveira (1999) quando trata do envelhecimento como um processo em construção, em ação e em sua complexidade de particularidades, não podendo ser reduzido meramente às características de ordem orgânica, mas sim, envolve também a influência da sociedade como um todo.

Já Couto (2005), refere que as mudanças associadas à idade não se relacionam necessariamente com as mudanças biológicas, propondo que a velhice é caracterizada por uma grande heterogeneidade nos indivíduos em relação a aspectos cognitivos, físicos e de personalidade.

¹³ Para Mascaro (2004), a velhice faz parte de um ciclo natural da vida – nascer, crescer, amadurecer, envelhecer e morrer -, e as transformações que as caracterizam originam-se no próprio organismo e ocorrem gradualmente, no dia a dia. Podemos considerar que a vida é uma sequência de acontecimentos e etapas e não pedaços de vida. Portanto, somos indivíduos por inteiros.

É comum observarmos que existem inúmeras controvérsias em relação à própria situação da velhice em nosso meio social, pois se observarmos como um todo é recente o cuidado com o bem-estar das pessoas idosas, embora os mesmos existam há muito tempo em nosso espaço social. Dessa forma, a própria sociedade influencia no processo de envelhecimento, dependendo de cada meio e da maneira que concebe seus idosos.

Segundo Beauvoir (1970, p.261), “todas as civilizações que conhecemos caracterizam-se pela oposição entre uma classe exploradora e classes exploradas, e assim, a palavra velhice representa duas espécies de realidade profundamente diferentes, se considerarmos esta ou aquela”. Em outras palavras, os idosos da atualidade foram os que já muito produziram para a sociedade na juventude.

A autora busca demonstrar que as sociedades materializam suas perspectivas diante de seus idosos a partir do que possuem como interesse e segundo as próprias necessidades de determinados grupos que se organizam socialmente, e de que integram.

Numa perspectiva capitalista, é importante destacar que quando se compreende a ideologia da velhice observamos que a mesma também se insere nas próprias relações capitalistas, repercutindo na ideologia de ideias, de valores, de princípios e de doutrinas que juntas compõe as representações sociais sobre a etapa final de suas vidas.

Diante dos mais diversos fatores que norteiam e envolvem a sociedade como um todo, a velhice e o processo de envelhecimento se fundem quando pautamos nossa discussão nas relações sociais que se estabelecem ao longo da existência humana, visto que o contexto social é determinante para o processo de envelhecer.

O idoso, como qualquer outro ser humano, é sujeito de relações nos meios dos quais faz parte, além de que influencia e sofre influências dos outros sujeitos num contexto mais amplo, porém, nem sempre os idosos são oportunizados a participar dos grupos sociais que almejam muitas vezes pelas condições que se impõe pelos meios da cultura social que os determina.

De uma forma geral, podemos afirmar que não fomos educados para compreender a velhice e sequer o envelhecimento como um processo que nos acompanha desde o nascimento, pois os próprios estereótipos sociais implicam em experiências extremamente preconceituosas em relação aos seus idosos. Portanto,

acaba que à medida que as pessoas envelhecem, vão gradativamente incorporando e/ou sofrendo as consequências de uma sociedade desigual e individualista.

Ainda baseada na concepção materialista de que quem produz tem mais acesso aos bens e serviços, percebemos que o idoso acaba tendo negado muitos de seus direitos quanto ao acesso e participação social ativa, culminando muitas vezes na desintegração de sua posição social, de forma que a velhice sofre certo descaso se comparada a outras fases da vida.

Se pairarmos sobre o âmbito social, constataremos que o próprio preconceito desencadeia ações de rotulação que acabam dificultando a conquista da cidadania pelo idoso, pois sabemos que exercer a cidadania é diferente de simplesmente conhecê-la preconizada na legislação.

De acordo com Cachioni e Aguilar (2008) são várias as atitudes em relação à velhice, pois as mesmas se traduzem e compõe parte de um campo conceitual que inclui as crenças, valores, estereótipos sociais e até mesmo preconceitos, os quais estão cerceados por elementos que chamam a atenção de leigos e pesquisadores. Para os autores, essa situação determina ou desencadeia práticas e políticas sociais em relação aos idosos.

Para Cachioni (2008), a velhice é um conceito que se constrói histórica e politicamente por meio da integração ativa dos valores que circundam o meio social do qual se faz parte. Assim, dependendo de cada contexto é a forma que se compreende os “velhos” em cada sociedade.

Dessa maneira, podemos dizer que a principal característica se dá quando se opõe a velhice com a juventude, e em vários momentos históricos ainda há a associação entre o envelhecimento e a dependência de várias esferas, bem como as relações entre a improdutividade, o declínio e a incapacidade, o que vem se buscando superar ao longo dos anos em razão dos novos apontamentos para a velhice.

Neri, Cachioni e Resende (2002) *apud* Cachioni (2008, p. 97) corroboram com essa discussão dizendo que “em todos os contextos, é recorrente a oscilação entre a glorificação e a depreciação da figura do velho, a aceitação e a rejeição da velhice, o realismo e o idealismo na consideração das características da velhice e dos idosos”.

Os estudos sobre o idoso tem sido foco de discussão de muitas áreas das Ciências, em especial destaque as áreas das Ciências da Saúde, na qual

verificamos a existência de outros canais de interesse em virtude do padrão de vida dos idosos relacionados às questões da longevidade. Assim, perde-se ainda um pouco de espaço, por exemplo, para as áreas de educação e gerontologia educacional, que há menos tempo vem ocupando espaços nos meios acadêmicos e de pesquisa em geral.

No campo da velhice, Cachioni (2008, p. 97) comenta que

se evidenciam preconceitos as seguintes afirmações: velhice é sinônimo de doença, a velhice é a melhor idade da vida, os idosos não têm nada com que contribuir para a sociedade, a maioria dos idosos existentes no mundo habita os países desenvolvidos, todas as pessoas envelhecem do mesmo jeito, todos os velhos são iguais, os velhos são mais propensos a acidentes do que os jovens.

Dessa forma, a autora corrobora significativamente com as nossas discussões, visto que ainda existem muitos preconceitos em relação aos nossos idosos, bem como maneiras falhas de contextualizá-los e concebê-los diante do âmbito social, geralmente vinculadas às questões de produtividade e de lucros, quando, por exemplo, se atribui as questões relacionadas ao déficit da previdência, ou ainda dos gastos com a Saúde Pública, sempre incutindo na velhice a culpabilidade direta ou indireta em relação às suas contribuições e defasagens de gastos.

O mais grave não é necessariamente a ideia de superação dessa realidade por parte de quem a promove, como representantes políticos, agentes administrativos públicos, dentre outros, mas sim, os próprios idosos, que paulatinamente, além de reconhecer seus direitos, buscam seu processo de empoderamento a partir da conquista e efetivação dos mesmos. Somente assim, superarão a ideia de inatividade, de incapacidade e promoverão as políticas de proteção e atenção à pessoa idosa.

Dessa maneira, a velhice é concebida como uma fase despolitizada, em razão do grande número de idosos que nem sequer sabem de seus direitos, e para que essa situação seja superada são necessárias mudanças reais, trazidas de um contexto maior, que é o de superar os estereótipos impostos pelo meio social abrindo espaço para a atuação dos sujeitos idosos em real exercício do poder que deve lhes ser conferido.

Netto (2002, p.10) elaborou o seguinte conceito de envelhecimento:

O envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados. [...] o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte. (PAPALÉO NETTO, 1996). [...]. Às manifestações somáticas da velhice, que é a última fase do ciclo da vida, as quais são caracterizadas por redução da capacidade funcional, calvície e redução da capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, associam-se a perda dos papéis sociais, solidão e perdas psicológicas, motoras e afetivas.

Para o autor, é nítida sua compreensão acerca da velhice e do envelhecimento, tanto que o mesmo trata da questão da adaptação dos sujeitos, o que não é favorável quando tratamos de uma perspectiva de exercício de cidadania. Assim, o idoso não deve ser percebido como alguém em decadência, mas sim, um sujeito que envelhece à medida que sua própria vida passa.

De acordo com D'Alencar (2016, p.188)

Embora a velhice seja considerada um fenômeno biológico, (e não dá para negar a diminuição das competências fisiológicas e as vulnerabilidades a algumas patologias) e embora não se possa reduzir a pessoa à carcaça do corpo ou somente às perdas que, inegavelmente, o envelhecimento traz, a velhice é, também, um fenômeno sociocultural importante, daí porque diferentes sociedades vão tratar de forma diferente seus idosos, de acordo com o valor que deem a eles.

De acordo com a autora, a velhice se carrega de significados sociais que ultrapassam as questões de ordem biológica, mas que, acima de tudo, trazem para o idoso as consequências da sociedade da qual fazem parte, e que a integram segundo os padrões estabelecidos ao longo da sua trajetória histórica.

Ainda segundo D'Alencar (2016) é de suma importância considerar que a sociedade e os diferentes grupos que a compõe têm valores estabelecidos e que independem da idade dos sujeitos, e nesse contexto, quase sempre a injustiça recebe lugar e espaço favorável. Em outras palavras, é oportuno salientar que na sociedade capitalista nem sempre os bens de consumo ficam disponíveis para os idosos, até mesmo pelas condições individuais de cada um de seus pares.

Diante disso, é preciso reconhecer que o imaginário social convive com ideias errôneas acerca do envelhecimento e da velhice, e isso pesa, de modo particular, sobre os velhos, que se sentem cada vez mais descaracterizados e pressionados. É esse imaginário que, de um lado, quer viver mais e, de outro, desqualifica os que conseguem, nominando-os como passivos, doentes, ultrapassados, fora do circuito produtivo e de consumo, embora essa passividade não seja constatada na realidade (D'ALENCAR, 2016, p.189).

A velhice pode sim, ser compreendida em sua totalidade para além do fenômeno biológico, passando pelas consequências psicológicas, uma vez que os comportamentos diante do meio social também apontam para questões próprias da velhice.

Como muitas das ações humanas e de sua compreensão sobre a velhice, é importante perceber a sua dimensão existencial, a qual modifica a relação da pessoa com o próprio tempo, o qual gera mudanças em suas relações com o mundo e, também, com a sua própria história individual.

A velhice não pode ser vista por uma concepção absoluta, até porque o real significado das mudanças decorrentes do próprio processo de envelhecer é bastante particular, e varia de acordo com cada sujeito em particular, das suas maneiras de pensar, de perceber a vida que o cerca e de como essas relações afetam seu próprio cotidiano.

Muitos idosos revelam certa receptividade em relação às próprias transformações de sua vida, e cada um, de maneira muito particular, compreende o mundo à sua volta bem como a fase pela qual vem passando, outros, possuem maior dificuldade em falar de sua própria condição individual.

Tratar da velhice e do envelhecimento requer de seus sujeitos um desafio novo para um velho paradigma, bem como é uma retomada da consciência que se precisa ter em relação à própria sociedade, pois da forma com que esta relaciona seus sujeitos é a maneira que os mesmos podem viver nesse mesmo meio e serem tratados e reconhecidos por seus pares.

Segundo Beauvoir (1970, p. 249),

O envelhecimento da população não implica, portanto, um apreciável recuo do limite da vida, mas sim, um considerável aumento na proporção de pessoas idosas. Esta alteração se produziu em detrimento da proporção de jovens, tendo permanecido mais ou menos inalterada a dos adultos.

Contrariando uma ideia simplista e preconceituosa, não estamos defendendo uma sociedade em que os idosos estejam se colocando como superiores aos jovens, pelo contrário, se trata de resgatar o respeito, a individualidade, a importância dos mesmos que se incluem na história dos homens nos mais diversos grupos sociais dos quais os mesmos fazem parte.

A questão da diminuição do número de jovens na atual sociedade, não implica necessariamente num único fator, pois como já discutido anteriormente, a própria conjuntura das famílias foi se alterando ao longo dos anos, e por diversas razões, dentre essas as novas necessidades da sociedade atual, sendo muitas delas focadas nas questões de ordem econômica, social e cultural.

Assim, não estamos mais tratando de empoderar os idosos limitando os jovens, ou os diminuindo quanto às posições que ocupam, mas sim, tal processo de empoderar-se altera a forma com que os próprios jovens percebem seus idosos e consequentemente os traduzem nas mais diversas formas de intervenção e participação social.

O envelhecimento da população suscita um novo problema para as democracias capitalistas. As pessoas idosas não são somente mais numerosas que antigamente: elas se integram também mais espontaneamente à sociedade; esta se vê obrigada a decidir a respeito de seu estatuto e esta decisão só pode ser tomada em nível governamental. A velhice se tornou objeto de uma política (BEAUVOIR, 1970, p. 249).

De acordo com a autora, há uma necessidade implícita em se desenvolver ações que não apenas integrem os idosos ao meio social a partir da perspectiva da educação de direitos, mas sim, que essa consciência desencadeie um novo formato social para seus idosos, agora não mais de meramente cumprimento de legislação promulgada.

Para que de fato os idosos tenham oportunidade desse processo é necessário que haja uma preocupação maior, que envolva a sociedade como um todo, e assim, estaríamos tratando de fato de uma nova concepção de velhice, tal como defende a estudiosa citada acima, ou seja, seria uma proposta de modificação cultural, social e estrutural da nossa sociedade.

Ainda, há que se considerar que, inevitavelmente, a sociedade da qual fazemos parte é, em si, um contexto focado na produção do capital, e deste se

desencadeiam as perspectivas de atenção e atendimento às demandas que nela emergem.

Para que de fato os idosos ocupem diferentes espaços sociais, é necessário que anteriormente à existência de Políticas que contemplem a população idosa, haja também uma certa adesão desses ideais pela população em geral, visto que o processo de envelhecer a todos os sujeitos sociais é algo inevitável, percebido enquanto algo natural a qualquer ser humano.

No entanto, não basta o direito de envelhecer, é urgente a preocupação em usufruir o envelhecer saudável, com participação social ativa, com escolhas, com poder decisório, e, acima de tudo, com respeito em todos os espaços de convivência e de interação social.

As discussões até aqui apontadas consideram que a velhice e o envelhecimento são inevitáveis a qualquer ser humano, e assim, poderemos dizer que não existe um limar aceito universalmente para a velhice, e sim, condições possíveis de sua compreensão e que inferem em divergências e contradições, superadas de acordo com cada meio e cada sociedade.

Dessa maneira, passaremos a discutir acerca das Políticas de atenção ao idoso, bem como das questões relativas ao processo de atendimento dos mesmos na relação de institucionalização.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO IDOSO: UM CAMINHO ENTRE O (S) DIREITO (S) E POSSIBILIDADES

2.1 DISCUTINDO AS POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO IDOSO NO CENÁRIO NACIONAL: PRECEITOS LEGAIS E REAFIRMAÇÃO DO DIREITO

Deixemos de trapaças: o sentido de nossa vida está em pauta no futuro que nos aguarda. Não poderemos saber quem somos se ignorarmos quem seremos (BEAUVOIR, 1976, 10).

A preocupação com o processo de envelhecimento da população é uma atitude praticamente recente dos órgãos gestores bem como da sociedade. Isso é resultado de um construto histórico no qual os sujeitos sociais vão paulatinamente se apoderando de seus direitos e de suas potencialidades diante do meio ao qual integram.

Nesse ensejo, é oportuno contextualizarmos historicamente a sociedade como um conjunto de sujeitos socialmente construídos, os quais influenciam e são influenciados pelo meio que compõe.

Dessa forma, quando o assunto em pauta se refere ao segmento idoso, é inevitável que percebamos que a preocupação social junto do processo de envelhecimento da população é uma ação recente na sociedade brasileira, devido a inúmeros fatores que vão desde a consciência do valor e do papel de seus idosos até às conquistas legais que por muito tempo tomaram espaço de lutas e embates em torno dessa situação.

Pautando-se em dados históricos observados no material teórico consultado todas as necessidades e limitações dos idosos eram atendidas por meio da caridade prestada pelas pessoas como sociedade civil ou ainda pelas ações isoladas de instituições assistenciais, confessionais geralmente de cunho filantrópico que de forma muito gradativa passaram a configurar na agenda pública governamental.

Os idosos sempre existiram. De acordo com os fatores de ordem essencial para que pudessem ser reconhecidos e valorizados da maneira com que merecem e necessitam.

De acordo com Freitas (2004) podemos dizer que a questão da longevidade da população é um fenômeno da sociedade contemporânea, sendo que o envelhecimento populacional em termos demográficos, aliado ao processo de crescimento da população considerada idosa, o que, em tese, amplia a sua efetiva participação relativa no montante total da população.

Legalmente, o reconhecimento social do idoso teve um marco de prioridade no ano de 1988, com a questão da nova Constituição, em que a Carta Magna, em específico no capítulo VII, da Ordem Social, Art. 30, reconheceu “o dever da família, da sociedade e do Estado de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar social e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988).

É evidente que durante toda a existência humana sempre se constatou a necessidade de atender seus idosos em suas mais variadas particularidades, pois como verificamos, a partir das leituras dos estudos realizados, que suas necessidades emergenciais foram reconhecidas, consideradas. Ainda, é importante comentar que a existência de Políticas públicas focadas nessa demanda não garante necessariamente o atendimento essencial à população que envelhece, em virtude de razões que vão desde a falta de comprometimento das esferas públicas até as questões de ordem cultural, as quais desencadeiam grandes discussões em nosso cenário nacional.

É marco essencial dessa situação os anos 1990, momento em que se percebe como prioridade e se reafirma a adoção de medidas de políticas públicas por parte do Estado buscando a garantia da proteção social como direito, cidadania, em especial aos idosos que apresentassem características de vulnerabilidade (em todas as suas formas de manifestação, não somente a financeira), ou seja, daqueles que não possuíam os meios necessários para se manterem tampouco possuem família com condições para tal.

Num país como o Brasil, concebe-se uma situação em que houve maior preocupação com a população idosa e necessariamente com o envelhecimento em si a partir do próprio movimento de organização de sua representatividade social por parte do próprio público idoso, com ênfase nos anos 90, em especial na luta pelo alcance dos direitos que ressaltam as questões de aposentadoria depois de uma vida ativa em torno da produção laborativa.

Todo ser humano almeja uma vida digna e com direitos não apenas elencados legalmente, mas se fazendo cumprir na medida em que se contribuiu produtivamente em razão de seu trabalho, e inevitavelmente, contribuiu com a sociedade como um todo. Assim, os idosos passaram a configurar-se como sujeitos políticos de direitos, buscando uma velhice com dignidade, implicada numa nova forma de perceber a velhice, passando de sujeito inato para um ser em plena atividade participativa e cidadã.

Diante dessa possibilidade de repensar a velhice como algo produtivo e ativo, encontramos autores que corroboram com essa perspectiva, tal como Berzins (2003), que ressalta a questão da longevidade articulada a uma emergência em se adotar novas ações políticas que possibilitem aos idosos participarem ativamente do meio ao qual integram, considerando a conquista de diferentes espaços.

Contextualizando historicamente os avanços em relação às políticas de atenção à pessoa idosa, podemos perceber que houve avanços significativos, tais como a prioridade no atendimento básico à Saúde, nos aspectos do Serviço Social e na articulação com iniciativas de educação do idoso, como as UATI e os Centros do Idoso.

Tem destaque, por exemplo, nas atuais políticas de atenção à saúde do idoso, a denominada Caderneta do Idoso, a qual, segundo dados do Portal de Saúde do Governo federal apontam,

A Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa é um instrumento estratégico de qualificação da atenção à pessoa idosa, objetiva contribuir para a organização do processo de trabalho das equipes de saúde e para a otimização de ações que possibilitem uma avaliação integral da saúde da pessoa idosa, identificando suas principais vulnerabilidades e oferecendo orientações de autocuidado. É um instrumento proposto para auxiliar no bom manejo da saúde da pessoa idosa, sendo usada tanto pelas equipes de saúde, quanto pelos idosos, seus familiares e cuidadores. Também é instrumento de cidadania e de relevância para os indivíduos idosos, pois “empoderam” os sujeitos sobre sua saúde e direitos.

Dessa maneira, a Caderneta permite que se identifiquem as necessidades básicas de cada idoso junto a qualquer situação de risco que cada um apresente em suas particularidades, focando o planejamento da atenção básica em saúde e o processo de acompanhamento do idoso. Assim, estará em destaque como forma de proceder a avaliação das capacidades funcionais da pessoa idosa.

Ainda, a presente caderneta possui em uma de suas páginas iniciais uma folha espelho, a qual contém dados gerais que são preenchidos e permitem elaborar o levantamento do perfil dos idosos existentes em territórios específicos, bem como permite identificar os sujeitos que apresentam maior situação de vulnerabilidade, e assim, colabora para as atividades de planejamento e monitoramento das atividades a serem desempenhadas pelos profissionais que compõe as equipes de trabalho na Saúde.

Porém, ainda há emergência em se valorizar esse segmento diante da conjuntura social e política, pois as leis apenas vislumbram o que se faz necessário, não garantindo que as mesmas se efetivem na atual conjuntura. Em outras palavras, é necessário o envolvimento de toda a sociedade para que o idoso passe a ser valorizado e usufrua de todos os seus direitos.

De acordo com Escobar e Moura (2016, p. 50),

O envelhecimento populacional sem dúvida deve ser considerado uma das maiores conquistas da humanidade, o que reflete a melhoria das condições de vida de uma população. O aumento dos idosos em todo o mundo deve-se às transformações socioeconômicas que determinaram grandes inovações científico-tecnológicas, associadas a melhores condições de vida. As políticas públicas e os programas de atenção voltados para os idosos possuem papel importante na visibilidade adquirida por esse segmento, retirando o idoso do esquecimento e do silêncio e possibilitando a eles uma condição social mais justa. Para atender essa nova realidade e os desafios que a acompanham são necessários instrumentos legais que garantam proteção social e ampliação de direitos às pessoas idosas.

De acordo com as autoras, percebemos que há, evidentemente, uma preocupação em propiciar maior visibilidade ao público idoso por meio das Políticas Públicas, tornando-se responsáveis pela por estreitar as relações da pessoa idosa junto a todo e qualquer grupo social que a mesma deseje integrar, ampliando seu conhecimento e legitimando seu novo papel social, deixando de ser um sujeito considerado inativo ou improdutivo e assumindo uma posição de conhecedor e promotor de seus direitos.

Historicamente, existem fatos que merecem especial destaque em relação ao construto histórico de atenção à pessoa idosa, as quais, de certa forma, contribuem para sua valorização junto ao meio do qual integram. Assim, sabemos que em 1974, por meio da Lei número 6.179, foi criada o que se chamava renda mensal vitalícia, por meio do Instituto Nacional de Previdência Social - (INPS), além de outros

decretos, leis e portarias referentes em especial à aposentadoria. Seguidamente, constatamos que em 1977, data a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, o qual é denominado SINPAS, por meio da Lei 6.439, e assim integrava o INPS citado anteriormente.

Ainda, nesse mesmo ano, consta a integração do INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, buscando favorecer o trabalhador como um todo e, também, os idosos que necessitavam de tal atendimento, sendo realizado de forma gratuita.

Dessa maneira, percebemos que há um pequeno avanço em prol da população idosa, pois evidencia um atendimento a qualquer um que necessitasse de algum benefício ou de avaliação médica para as questões referentes à aposentadoria.

No ano de 1982, consta a realização da I Assembleia Mundial sobre o envelhecimento, organizado pela Organização das Nações Unidas - ONU, o qual ocorreu em Viena, marcando um importante momento de atenção ao idoso, pois nesse encontro foram traçadas as diretrizes acerca do Plano de Ação¹⁴ Mundial sobre o envelhecimento, sendo o teor do texto publicado em 1983, na cidade de Nova York.

Consta de dados oficiais a realização, no ano de 1986, da Oitava Conferência Nacional de Saúde, a qual propunha, em sua proposta principal de realização, a elaboração de uma política global de assistência à população idosa, sendo um movimento de convite à sociedade como um todo para somar esforços no atendimento a essa camada populacional.

Inevitavelmente devemos citar a Constituição Federal de 1988, a qual traz em seu texto destaque de referência ao idoso, assegurando-lhe o direito à vida e à cidadania.

¹⁴ É importante salientar que esse plano de ação focava a sensibilização dos governos e da sociedade como um todo quanto à necessidade de direcionar políticas públicas voltadas para os idosos, bem como chamar a atenção da população como um todo no desenvolvimento de estudos sobre a população idosa (RODRIGUES, KUSUMOTA, MARQUES, FABRÍCIO, CRUZ, LANGE, 2007).

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida. - § 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. - § 2º Aos maiores de 65 anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988).

Os anos 1990 representaram um grande marco de atenção ao idoso no cenário nacional, tal como data de 1993 a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social, chamada de LOAS (Lei 8.742/93), regulamentando o II Capítulo da Seguridade Social da Constituição Federal. Por meio dela, se garante à Assistência Social o valor de política pública focada na seguridade social, o que confere direito ao cidadão e dever do Estado.

De acordo com Fernandes e Soares (2012) a LOAS inverte a cultura tradicional dos programas vindos da esfera federal e estadual como pacotes, e possibilita o reconhecimento de contextos multivariados e, por vezes universais, de riscos à saúde do cidadão idoso. Ainda, a referida lei cita em caráter especial o Benefício de Prestação Continuada - (BPC), em seu artigo 20, o qual estabelece a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que possua setenta anos ou mais, desde que seja comprovada necessidade do mesmo e a não condição de prover sua própria subsistência, tampouco de sua família.

Finalmente teremos um marco referencial no atendimento aos idosos que foi conquistado por meio da aprovação da Lei número 8.842/1994, a qual estabelece a Política Nacional do Idoso (PNI), sendo posteriormente regulamentada pelo Decreto sob número 1948/96. Nesse momento, foi criado o Conselho Nacional do Idoso.

Ainda de acordo com Fernandes e Soares (2012, p. 1497),

Essa Lei tem por finalidade assegurar direitos sociais que garantam a promoção da autonomia, a integração e a participação efetiva do idoso na sociedade, de modo a exercer sua cidadania. Estipula o limite de 60 anos e mais, de idade, para uma pessoa ser considerada idosa. Como parte das estratégias e diretrizes dessa política, destaca-se a descentralização de suas ações envolvendo estados e municípios, em parceria com entidades governamentais e não governamentais. A Lei em discussão rege-se por determinados princípios, tais como: assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, com a família, a sociedade e o Estado os responsáveis em garantir sua participação na comunidade, defender sua dignidade, bem-estar e direito à vida.

Segundo a contribuição das autoras, compreendemos que o processo de descentralização¹⁵ vem a corroborar com uma perspectiva mais ampla em relação ao atendimento da população idosa, em razão de que envolve outros pares no tocante às ações que tratem do idoso em todas as suas particularidades, fomentando a participação dos municípios e dos estados em prol da atenção a essa demanda, e dessa maneira, chama a população como um todo para perceber de maneira diferenciada seu público mais velho. Dessa forma, promove os idosos numa maior interação social efetivando sua promoção de direitos.

Sabemos que o envelhecimento é inevitável a qualquer ser humano, e assim, diz respeito à sociedade como um todo, e, portanto, nenhuma pessoa idosa deve sofrer preconceito de nenhuma natureza, sendo o idoso o principal agente de transformações dessa política, consideradas as particularidades de cada situação e de cada sujeito em específico.

É importante citar que ainda em 1999, foi implantada a Política Nacional da Saúde do Idoso pela Portaria 1395/1999, voltada para o Ministério da Saúde. De acordo com Fernandes e Soares (2012, p. 1497),

Se estabeleceram as diretrizes essenciais que norteiam a definição ou a redefinição dos programas, planos, projetos e atividades do setor na atenção integral às pessoas em processo de envelhecimento e à população idosa. Essas diretrizes são: a promoção do envelhecimento saudável, a prevenção de doenças, a manutenção da capacidade funcional, a assistência às necessidades de saúde dos idosos, à reabilitação da capacidade funcional comprometida, a capacitação de recursos humanos, o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais, e o apoio aos estudos e pesquisas. E ainda, tem a finalidade de assegurar aos idosos sua permanência no meio e na sociedade em que vivem desempenhando suas atividades de modo independente.

Assim, para compreendermos que é necessário que as questões políticas devam servir não somente para regulamentar as ações necessárias em torno da pessoa idosa, mas fazer com que as mesmas sejam implantadas junto aos órgãos e entidades competentes ampliando e melhorando o atendimento aos mesmos.

No ano de 2002 um evento marcante e que delimitou muitas das ações a serem desenvolvidas junto a esse público, foi a realização da II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, a qual ocorreu em Madrid. O principal resultado do encontro

¹⁵ A descentralização se caracteriza como um sistema político e administrativo que enfatiza a dispersão da autoridade e das atribuições do poder central entre os setores que compõem a estrutura de determinado órgão; descentralismo.

se deu quando da estruturação do Plano Internacional do Envelhecimento¹⁶, o qual deveria ser uma maneira de orientar acerca do processo de envelhecimento diante do século XXI, buscando impactar sobre as políticas de ações com os idosos, o que favoreceria, em tese, países em situação de desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo.

Essas discussões certamente colaboraram para a compreensão do que se esperava da demanda de idosos encontrados nos países, cada um a seu modo, e do que poderia ser feito em prol dessa população que vem crescendo consideravelmente a cada ano transcorrido, como apontam índices e tabelas de perspectiva de longevidade por meio de pesquisas das áreas de saúde, assistência social e educação.

Ora, precisamos emergencialmente refletir sobre o processo de envelhecimento em vários grupos sociais, pois os jovens da atualidade serão inevitavelmente os idosos de um amanhã bem próximo.

A Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento da América latina e Caribe, a qual ocorreu no Chile, em 2003, marcou a continuidade do trabalho inicialmente previsto em Madrid. Nessa Conferência, foram elencadas estratégias regionais para implantação das metas e objetivos observados no encontro de Madrid. Buscou-se nesse encontro, (e posteriormente por meio de divulgação em grande porte na mídia), definir maneiras de se trabalhar em conjunto com várias instâncias para melhor explorar as questões recomendadas como necessárias ao envelhecimento saudável dos países participantes por meio de seus pares.

Foi recomendado aos países que, de acordo com suas realidades nacionais, propiciassem condições que favorecessem um envelhecimento individual e coletivo com segurança e dignidade. Na área da saúde, a meta geral foi oferecer acesso aos serviços de saúde integrais e adequados à necessidade do idoso, de forma a garantir melhor qualidade de vida com manutenção da funcionalidade e da autonomia (FERNANDES e SOARES, 2012, p. 1498).

¹⁶ O Plano Internacional do Envelhecimento foi fundamentado em três princípios básicos: 1) participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento, na força de trabalho e na erradicação da pobreza; 2) promoção da saúde e bem-estar na velhice; e 3) criação de um ambiente propício e favorável ao envelhecimento

Assim, o que observamos é que iniciaram maiores discussões acerca da situação do idoso enquanto sujeito de direitos, pois nem sempre os mesmos gozaram de seus direitos tal como deveriam. Sabemos que a questão cultural interfere diretamente nas relações que se estabelecem em prol de nossos idosos, e dessa forma é necessário que se ampliem as maneiras de divulgação em torno da pessoa idosa como agente importante no meio do qual integra.

No Brasil, o ano de 2003 consta de um importante documento legal que resultou na Lei denominada Estatuto do Idoso, Lei número 10.741, destinado a regulamentar os direitos assegurados aos idosos. Esse foi um dos principais instrumentos de regulamentação e início de efetivação dos direitos do idoso, pois aquilo que está preconizado legalmente pode ser mais facilmente oferecido pela esfera pública e tornar-se de acesso mais facilitado ao público a que se destina. Constitui, portanto, um passo decisivo e de extrema importância na legislação brasileira em prol do idoso.

De acordo com os Artigos 8º e 9º do Estatuto do Idoso, preconiza-se que:

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta lei e da legislação vigente.

Art. 9º É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

O Estatuto busca a promoção e a regularização dos direitos da pessoa idosa em seus desdobramentos, tais como a saúde, a assistência, a educação, que passam a ser consideradas prioridade diante desse segmento, bem como inicia-se, ainda que lentamente, um movimento em torno do idoso como um sujeito pensante e ativo, conhecedor de seus direitos e que, acima de tudo, saiba como se apoderar dos mesmos. Precisamos ter um olhar crítico sobre a própria legislação, pois somente a existência de leis não basta quanto à garantia e efetivação dos direitos previstos.

No Estatuto, destacamos o Art. 3º, o qual aponta que,

Artigo 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2010).

Há grande esforço quanto à organização do texto buscando ressaltar a obrigação da família em torno de seus idosos, tanto que os chama à responsabilidade no sentido de contribuir com a esfera pública na promoção da qualidade de vida dos mesmos. Aqui podemos considerar novamente a questão da produtividade dos idosos em relação ao meio social do qual se apodera.

No entanto, é importante que salientemos que a legislação vigente não garante efetivamente que todas as famílias cuidem de seus “velhos”, pois o fato de necessitar da criação de uma legislação para que os mesmos sejam respeitados já indica, por si só, que é emergencial repensar a situação desse segmento junto aos meios e grupos sociais que integra.

É certo que havendo um respaldo legal temos mais condições de prover, ou ao menos de buscar a promoção dos idosos no meio que fazem parte, pois ainda se encontram muitas situações em nível mundial onde os idosos sofrem com o descaso das ações públicas ou ainda da ausência dessas, situação que acaba por acarretar negligência e falta de atenção muitas vezes essencial para manter-se vivo com dignidade.

Finalmente, podemos citar o ano de 2006, momento em que no Brasil se efetivou a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, agora enfocando a criação da RENADI- Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, justamente para se elencar oportunidades de haver uma integração nacional para se discutir e estabelecer metas que alcançassem a população nacional como um todo, justamente porque a demanda de vulnerabilidade se constatava desde aquela época e permanece até os dias atuais.

Na referida Conferência, foram aprovadas deliberações, divididas em eixos temáticos voltados para o envelhecimento saudável e sua promoção nas mais diversas esferas da vida social, tais como família, saúde pública, assistência social.

A partir do que se expõe no Plano Nacional do idoso por meio da Política Nacional do Idoso e no próprio Estatuto, é que se busca um novo reconhecimento social do idoso, e que a garantia desse reconhecimento em âmbito nacional requer esforços que os promovam enquanto cidadãos, de maneira que se assegure sua

autonomia, socialização e participação efetiva no meio social. Portanto, se objetiva a realização desse movimento pautando-se numa ressignificação da velhice, movimentando inclusive as agendas públicas quanto ao fortalecimento das próprias políticas, programas e demais ações focadas no envelhecer, buscando o atendimento às suas necessidades prioritárias.

Tomadas como premissa, a estruturação legal das Políticas do Idoso passou a incitar outras demandas de previsão legal, como, por exemplo, a LOAS, as Políticas de Saúde e Assistência Social articuladas, ações de educação permanente pensada sobre a longevidade, dentre outras.

Na área de Assistência Social, observamos que houve uma maior preocupação em relação à Proteção Social, em específico com a configuração da proteção social básica e proteção social especial ao segmento de atenção prioritária, dentre eles o idoso.

As ações citadas se referem e se caracterizam por um sistema de proteção e atendimento chamado de Sistema Único de Assistência Social, com atribuições, competências preconizadas e supervisionadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Assim, podemos dizer que se constitui num avanço em relação às próprias políticas de atenção ao público idoso, pois sabemos que as demandas de violação de direitos são consideráveis e a necessidade de atendimento ainda é significativa em relação ao número de pessoas idosas pertencentes a cada contexto real.

De acordo com Silva (2012, p.8),

As três áreas que compõem as políticas de seguridade social se encontram permeadas pelas necessidades dos idosos enquanto sujeito social que transita pelas três políticas sociais conformando direitos. Na área da saúde lhes é assegurado a prevalência do atendimento fundamentado no princípio do direito universal; na assistência social é assegurada a proteção social básica e especial através de ações que tem por objetivo assegurar a provisão de suas condições de vida e garantir a sua defesa em situações de violação de direitos; na área da previdência social lhes é assegurado o benefício social diante de uma jornada laboral completada.

Mesmo assim, e apesar de todos os esforços em razão de atender o que preconiza o texto constitucional constatamos que ainda existem muitas lacunas a serem atendidas. E ainda, há muitas pessoas que não tem ciência daquilo que lhe

é conferido como direito, tal como as questões focadas na seguridade social e na saúde.

Ressaltamos ainda que a sociedade como um todo deve estar sensibilizada em torno da atenção aos idosos, visto que os mesmos possuem necessidades particulares, inclusive de compreensão daquilo que lhes é de direito. Dessa forma, é importante que o meio social por meio de seus pares e demais grupos sociais saibam de seus direitos e que assim os promovam na totalidade.

Portanto, o ideário constitucional favorece a institucionalização de políticas que possuam caráter universalista, tendo o Estado o dever de conduzir e de prover as medidas de proteção social que precisam ser implementadas junto à efetiva participação da sociedade civil. Em suma, preconizamos o reconhecimento dos direitos à vida, à dignidade e à longevidade como premissas de uma vida cidadã com qualidade e respeito, e nesse ínterim, a ação do Estado é mediadora dessa realidade em diversos e necessários contextos.

2.2. A INTERSETORIALIDADE COMO PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS DO IDOSO: PRIORIDADES E LIMITAÇÕES

Sabemos que as necessidades oriundas do universo da longevidade se traduzem a partir da perspectiva do aumento do número de idosos em nível nacional e internacional. Ou seja, os idosos do futuro já nasceram e a crescente demanda dessa população é algo inevitável.¹⁷

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012), observamos que a população brasileira manteve certa tendência do envelhecimento crescente nos últimos anos e acabou por aumentar em torno de 4,8 milhões de idosos contando a partir de 2012. Dessa maneira, o país passou a superar o índice previsto para 2017, que era de aproximadamente 30,2 milhões.

¹⁷ Não só no Brasil, mas no mundo todo vem se observando essa tendência de envelhecimento da população nos últimos anos. Ela decorre tanto do aumento da expectativa de vida pela melhoria nas condições de saúde quanto pela questão da taxa de fecundidade, pois o número médio de filhos por mulher vem caindo. Esse é um fenômeno mundial, não só no Brasil. Aqui demorou até mais que no resto do mundo para acontecer. Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2018.

Pela busca realizada junto ao Instituto, conferimos que em 2012 a população que possuía sessenta anos ou mais era de 25,4 milhões de pessoas. Portanto, o crescimento visto nesses anos é de aproximadamente 18% do total desse grupo etário, que consideravelmente tem se representado de forma mais incisiva no Brasil.

É importante considerar que o público feminino constitui a maioria expressiva nessa soma total, apresentando 16,9 milhões de idosas que totalizam 56% do grupo, sendo os homens idosos representados por 13,3 milhões, ou seja, 44% desse grupo (IBGE, 2017).

Observadas as notícias de jornal, site oficial do IBGE, além de artigos de publicação científica em torno de temáticas que tratam o idoso em suas principais necessidades, constatamos que entre 2012 e 2017, o número de pessoas idosas cresceu consideravelmente em praticamente todas as unidades da federação, com destaque em números para os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, possuindo em torno de 18% da população de idosos, ou seja, de pessoas com sessenta anos ou mais.

Conforme vimos observando, é necessário que a população idosa seja vista como uma camada etária que necessita de atenção diferenciada para que se possam atender todas as suas demandas. Assim, constata-se a necessidade de se conhecer e observar como vem ocorrendo as Políticas de atenção à pessoa idosa e, ainda, se a legislação prevista vem de fato atendendo esse segmento etário.

Para melhor compreender essa situação, é importante que a percebamos num contexto maior, que abranja todas as esferas possíveis e necessárias. Assim, é oportuno salientarmos que o atendimento aos idosos é estudado e realizado, em muitos casos, levando-se em consideração a possibilidade de intersetorialidade¹⁸, visto as necessidades emergenciais características dessa fase da vida bem como do direito dos mesmos em usufruírem tudo que lhes é assegurado.

No Brasil, a questão da intersetorialidade é objeto de estudos e discussões diante das diversas áreas há bastante tempo, com enfoque principalmente nos dez últimos anos, pois há uma compreensão maior do significado intersetorial de acordo com o que se observa nas mais diversificadas demandas (dentre elas crianças,

¹⁸ Ação focada na busca da promoção de produtos sociais em comum. É a ação ou parceria em que todos os setores irão compartilhar tecnologias e desfrutar dos benefícios diretamente. Deve ser o eixo estruturador das políticas públicas, possibilitando uma abordagem geral dos problemas sociais. Disponível em: <http://www.cnep.org.br/glossario.htm>

adolescentes e idosos, sendo os últimos nosso foco de estudos) em várias áreas, tais como as Políticas de atenção ao idoso. Assim, por mais que se discutam as questões focadas na intersectorialidade, que se divulguem nos meios sociais, é pertinente que adentremos uma compreensão maior, que vá além do significado do termo e que nos permita compreender a funcionalidade do trabalho intersectorial, em razão das necessidades emergentes no meio social.

Nessa perspectiva, encontramos discussões sobre essa temática num contexto interdisciplinar, abordando a intersectorialidade como algo maior, que foge a apenas uma maneira de conceituá-la,

Talvez seja por isso que o discurso corrente sobre a intersectorialidade ora se refira a esta como articulação, soma, síntese, unidade, rede, ora como superação da fragmentação desses “setores”. E embora as palavras síntese, unidade e superação sejam usadas na linguagem dialética, o seu significado no atual discurso da intersectorialidade geralmente é outro: significa integração de “setores”, reforçando, implicitamente, à permanência destes. É em meio a essa imprecisão terminológica que a intersectorialidade nas políticas sociais é definida, revelando ambiguidades e incoerências (PEREIRA, 2014, p.26).

Conforme observado, a autora defende uma ideia de intersectorialidade como algo em movimento, pois para que essa de fato ocorra, é necessário que haja uma articulação entre vários setores e de várias esferas, porém, para que de fato essa funcione dessa forma, é preciso que os setores, além de dialogarem entre si, por exemplo, encontrem um meio de integrar as ações diante das suas demandas. Assim, não basta a integração dos pares sociais para que as ações se desempenhem de maneira interligada, mas sim, por meio de todos os agentes envolvidos numa dada política, como a de atenção à demanda de idosos.

É oportuno citar que a autora defende a questão da intersectorialidade acompanhada da questão da interdisciplinaridade. Ou seja, para ela, é pela visão interdisciplinar que se conhece e se estabelece estratégias de ação que de fato contemplem as necessidades reais oriundas da vida cotidiana.

Assim, ainda de acordo com Pereira (2014), é a partir da visão interdisciplinar que a intersectorialidade que envolvem as políticas, principalmente as Políticas sociais, possam tratar dos determinados setores como possíveis de se interligar às demais políticas particulares, a partir de seus movimentos concretos e de suas contradições específicas. Portanto,

os denominados “setores”, que devem se interligar, não são propriamente “setores”, mas políticas particulares, ou especiais, com seus movimentos concretos e contradições específicas, porém dotadas de problemática e lógica comuns - e de interpenetrações irrecusáveis. Como cada política é um conjunto de decisões e ações, resultante de relações conflituosas entre interesses contrários, que extrapolam seus pseudo-perímetros setoriais, fica claro que a intersetorialidade é a representação objetivada da unidade dessas decisões e ações (PEREIRA, 2014, p.37).

Nesse ensejo, podemos dizer que na perspectiva da autora a intersetorialidade torna-se um processo de ordem política e não meramente uma estratégia de gestão das políticas. Assim, é como um processo no qual se considera além das estratégias de gestão, e sim, que se incorporam ações em torno do que se pretende atingir e atender, elaborando interfaces entre setores diversos e ações governamentais e não governamentais, no intuito de busca de resolução de problemas sociais maiores, que de certa maneira dependem uns dos outros para sua melhor funcionalidade.

O que devemos ressaltar é que a intersetorialidade vai além de uma compreensão de conceitos e de enfrentamento de dificuldades e necessidades, e sim, engloba mudanças de atitudes e planejamento de ações em torno daquilo que se quer atender ou reorganizar. Tratamos de ações que se traduzem em ações em rede, tais como as que envolvem as Políticas sociais, que refletem o desejo de maior proteção social, inclusão e ainda o enfrentamento às desigualdades sociais, tão comuns e tão presentes em nosso contexto nacional, portanto, exige o envolvimento de vários órgãos e setores de acordo com necessidade encontrada em cada realidade.

Nesse contexto, a intersetorialidade pode ser entendida como a própria articulação entre conhecimentos já existentes e reorganizados a partir de um novo planejamento, da realização e avaliação de determinadas políticas. Dessa maneira, podemos dizer que, por meio dessas ações articuladas, se integram e se restabelecem ações buscando unir setores, desenvolvendo uma nova forma de integrar o trabalho governamental às necessidades das pessoas pertencentes aos mais diversos grupos sociais.

É importante comentar que estamos discutindo e pensando sobre a intersetorialidade relacionada na gestão pública e dessa aliada à elaboração e execução de políticas públicas. Assim, percebemos que é inevitável que se

encontrem diversos obstáculos em relação à implantação da intersectorialidade na gestão pública, pois como em toda ação pública, há a necessidade de decisões colegiadas em torno de tudo, o que não é ruim, no entanto, o que ocorre em alguns momentos é que as relações de poder se estruturam de maneira inadequada e focada na hierarquização, entendida por Fernandes, Castro e Maron (2013) como a relação de subordinação que existe entre os diferentes atores dentro da estrutura das esferas públicas, e que para melhorar esse quadro é necessário a questão da flexibilização e tentativa de discussões de ordem democráticas objetivando melhorar a elaboração dos planejamentos e ações.

Sabemos que ao dividir e compartilhar responsabilidades, buscando uma atuação em conjunto, é possível alcançar ações de intersectorialidade, e dessa forma, contribuir no atendimento das demandas de cada contexto de maneira mais precisa, articulada e eficaz, seria quase que uma renovação em termos de implantação de políticas.

Na sociedade contemporânea, observamos que diante dos referidos padrões de políticas públicas consideradas universalistas que se encontram focadas na égide da garantia e efetivação de direitos, se instala, ainda que de forma gradativa, um debate acerca da intersectorialidade, visto como um importante meio diante das políticas de saúde e de assistência social, por exemplo.

De acordo com Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997), observamos que há necessidade de haver um debate sobre as questões de intersectorialidade, como uma tentativa de rever as dificuldades em se focalizar e executar as políticas públicas, e dessa maneira, retrata certa especialização de saberes, funções e maneiras de intervenção.

Nesse embate, é preciso rever que a questão não deve centrar-se na discussão dos conceitos de setorialidade e intersectorialidade, mas sim, de como apoderar-se das mais diversas formas de fazer essa interlocução quando se trata da execução de políticas públicas.

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e os problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorram no mesmo espaço territorial e meio-ambiente. Conduzem a uma atuação desarticulada e obstaculizam mesmo os projetos de gestões democráticas e inovadoras. O planejamento tenta articular as ações e serviços, mas a execução desarticula e perde de vista a integralidade do indivíduo e a inter-relação dos problemas (JUNQUEIRA, INOJOSA e KOMATSU, 1997, p. 21)

Conforme a citação dos autores, observamos que há que se observar a situação decorrente do excesso de setorialidade, principalmente nos serviços públicos, situação em que constatamos que é de suma importância que os diferentes agentes de trabalho, voltados para a saúde, educação, assistência social, desenvolvam programas, projetos e ações socializadas, pois em muitos momentos são os mesmos núcleos familiares que estão sendo atendidos, tanto de crianças, adolescentes, como de adultos e de idosos, como é o caso do enfoque desse trabalho de pesquisa.

Ainda de acordo com os referidos autores, observamos que tal situação configura e apresenta uma grande dificuldade em relação à própria utilização dos moldes setoriais, pois dos mesmos decorrem as políticas de inclusão social que ora não mais retratem itens isolados, mas um conjunto integrado de ações que promovam e instiguem os direitos de cada cidadão.

Discutir setorialidade e intersetorialidade requer que observemos a realidade social, e que além disso, perceba-se que a intersetorialidade muitas vezes contrapõe a setorialidade, principalmente quando estamos tratando de fazer a interação e articulação de saberes na elaboração e execução de ações focadas na população como um todo. Para isso, é necessário a articulação de vários setores e o planejamento coletivo pensado a partir das demandas reais surgidas no meio social do qual os sujeitos integram.

Resumidamente, o que se quer dizer da intersetorialidade é que a mesma passa a ser compreendida quando a concebemos diante da articulação entre as mais diversas políticas públicas, desenvolvidas a partir de ações conjuntas, e que ainda, se destinem à proteção social, inclusão e enfrentamento de todas as demandas sociais emergenciais em cada contexto social. Assim, deixariam de existir ações isoladas, rompendo com a fragmentação no atendimento às necessidades

que cada meio social apresenta, envolvendo diferentes setores sociais em prol de objetivos comuns.

Não se trata de romper com as políticas setoriais que já ocorrem na sociedade por meio de seus pares e trabalho social, mas sim, de elaborar uma proposta que defina e incorpore novos valores e novos propósitos para o desempenho de determinadas atividades junto ao meio social. Dessa forma, é oportuno salientar que a intersectorialidade não nega as especificidades de cada setor, pelo contrário, incorpora outras ações em torno de objetivos maiores e comuns, e assim, se priorize a eficiência e o atendimento diante das políticas sociais.

A intersectorialidade traduz uma concepção de trabalho que propõe uma maior articulação entre a esfera governamental e a sociedade civil como um todo. Nesse prisma, a aplicabilidade desse trabalho intersectorial no seio das políticas públicas requer a possibilidade e a necessidade de se agregar diferentes saberes, procedimentos, valendo-se dos conhecimentos profissionais em prol de ações coletivas. Portanto, as políticas de atenção ao idoso muitas vezes necessitam de aprimoramento quanto à articulação entre setores, ou seja, a intersectorialidade também se traduz na perspectiva de atenção à pessoa idosa.

Corrobora com essa ideia Nascimento (2010), quando problematiza a questão da intersectorialidade como uma excelente forma de atender a população em sua totalidade, além de colaborar de maneira incisiva para organizar as políticas públicas. Para tal, é importante que se trate a questão com flexibilidade, pois a sociedade está sempre em constante movimento, ou seja, não é estática, e assim, os problemas e dificuldades também não são.

Outra questão diz respeito à superação da ideia de fragmentação, trazendo um novo olhar para o trabalho a ser desempenhado na esfera pública, ainda que se encontrem muitas dificuldades para se romper com a cultura da individualização de setores e de atendimento. Assim, “a intersectorialidade contribui para a criação e reconhecimento de saberes resultante da integração entre as áreas setoriais” (NASCIMENTO 2010, p. 101).

Podemos dizer que a intersectorialidade é, acima de tudo, uma prática social contextualizada e vinculada pelas próprias situações que se desencadeiam no meio social, independente das condições reais que se tenha para isso. Ou seja, se pretende trabalhar a partir do contexto real de cada sociedade e de suas demandas,

ampliando-se à medida que surge articulada a uma nova possibilidade de melhor atender e resolver os problemas de cada contexto em particular.

Compreendendo o meio social do qual fazemos parte, podemos citar como exemplo de trabalho intersetorial os campos da Saúde coletiva e da administração pública, onde se desencadeiam ações em torno do público atendido buscando a integração dos setores e dos procedimentos de atendimento, assim, se encontra ao menos como tentativa, o trabalho em rede, tal como preconiza e inspira a legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹⁹.

Na administração pública se encontra certa preocupação em relação à intersetorialidade, vista como principal objetivo evitar a morosidade de liberação de recursos financeiros bem como a organização dos recursos humanos disponíveis em cada setor de atendimento. Com isso, evidenciamos a busca pela otimização do trabalho a ser desenvolvido.

Podemos fazer uma ressalva em relação às antigas políticas setoriais não apenas como uma crítica descontextualizada, mas sim, como trabalho fragmentado e sem interação das equipes de atuação, tais como ocorreram durante longa data nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Previdência, Habitação, entre outros. Dessa maneira, é evidente que existe a necessidade de se organizar e estruturar novos tipos de conteúdo, ações e programas que insiram áreas que dialoguem entre si e que pertençam/se relacione com várias políticas, mas que ao mesmo tempo desencadeiem ações integradas.

Nesse contexto, quando nos referimos à efetivação das políticas públicas no âmbito da intersetorialidade, é necessário que adentremos os espaços de discussão voltados para a descentralização.

Assim, de acordo com Junqueira, Inokosa e Komatsu (1997) há uma estreita aproximação entre os conceitos e significados de intersetorialidade e descentralização, quando tomamos por base a necessidade de se retirar o poder decisório de apenas um setor, abrindo espaço para decisões coletivas e colegiadas em torno de casos que se refiram a mais de um setor, por exemplo. O processo de descentralização é importante quando articula várias instâncias e desdobra as

¹⁹ O SUAS, aprovado em 2005, é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem como função a gestão da política de assistência no campo da proteção social brasileira. Esse modelo de gestão tem como foco as famílias e o território como base de organização e regulação dos serviços socioassistenciais, objetivando materializar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 (Oliveira, Mattioli, Barcelos, Horta e Lacerda, 2017).

decisões em discussões mais amplas, que promovem os sujeitos e favorecem o estabelecimento das redes de atendimento²⁰.

A descentralização enquanto processo em si não constitui a única forma de democratização, mas é certamente uma maneira de alcançá-la, pois como sabemos que há muito que se fazer em prol da inclusão social, tão necessária em várias esferas, tais como as quais envolvem as políticas sociais e seus vários desdobramentos.

Sendo assim, a descentralização acaba sendo um processo, um meio possível de buscar a inclusão social de forma mais ampla, e que certamente deverão envolver a todas as pessoas que de certa maneira estão se sentindo excluídas do meio social. Portanto, a descentralização contribui para que as minorias da população em si passem a serem valorizadas e tratadas com igualdade, pois quando as decisões são feitas em conjunto podem ser elencadas prioridades e possibilidades de intervenção diversificadas.

A intersectorialidade aliada ao processo de descentralização consiste no compartilhamento de saberes e experiências, e dessa forma é possível articular maior número de pessoas, de órgãos, de organizações e de representações governamentais em geral (JUNQUEIRA, 1997).

Se voltarmos o olhar para o tema descentralização, observaremos que o mesmo não é recente, mas sim, surge enraizado na própria ideia de democratização, como uma forma de romper com a ideia e os valores do autoritarismo, tão presentes em nossa sociedade, se manifestando de diversas formas e quase sempre negando as minorias. Num contexto geral, buscamos repensar a relação do Estado e a sociedade em geral por meio de seus pares, inclusive na formulação e implementação de novas políticas que se julguem pertinentes em cada contexto.

Constitucionalmente falando, temos um marco referencial quando da promulgação da Constituição Federal de 1988, momento em que observamos em âmbito nacional uma lei que viabilizou uma maior atenção ao processo de

²⁰ Os conceitos de intersectorialidade e descentralização aproximam-se, na medida em que este último é compreendido como a transferência do poder de decisão para as instâncias mais próximas e permeáveis à influência dos cidadãos e o primeiro diz respeito ao atendimento das necessidades e expectativas desses mesmos cidadãos de forma sinérgica e integrada. Ambos devem considerar as condições territoriais, urbanas e de meio ambiente dos micro espaços que interagem com a organização social dos grupos populacionais (JUNQUEIRA, INOKOSA, KOMATSU, 1997, p. 24).

democratização, em razão do fomento à participação popular diante da conquista de seus direitos sociais. Conforme nos remonta a história da sociedade brasileira, depois de inúmeros conflitos e indisposições diante da realidade sofrida por qual passava nossa sociedade, após vivências ditadoras e impositivas, enfim a Constituição parece emergir como fruto de toda essa busca e inquietação das camadas populares em geral.

Se por um lado se percebe a necessidade em se constatar a participação social das pessoas como algo legítimo, é porque implicitamente se verificou que a sociedade necessitaria passar pelas referidas mudanças, visto que a cidadania se efetiva não somente pela existência de leis, mas sim, pela forma com que a população em geral recebe e organiza sua participação de acordo com seus entendimentos e apropriações.

Como pioneira experiência de descentralização das políticas públicas no Brasil constituiu-se o Sistema Único de Saúde (SUS) como um conjunto de estratégias intersetoriais de proteção social inovou ao adotar como princípios as ideias de complementariedade e intersectorialidade em contraponto a herança histórica de políticas públicas sanitárias centralizadas e verticalizadas (JUNQUEIRA, 1997, p. 32).

Constatamos que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos exemplos e também um marco referencial acerca da descentralização e também da intersectorialidade. Assim, promove entre os próprios profissionais a necessidade de estabelecer uma nova forma de atuar diante de suas demandas, deixando de lado uma concepção tradicional e hierárquica e abrindo espaço para outras formas de atuação, buscando integrar diversos setores e profissionais em suas linhas e possibilidades de ação. Essa iniciativa de descentralização enredou outras iniciativas bem como outras experiências diante das políticas sociais brasileiras.

Importante destacarmos que não bastam as mudanças em termos de atuação e disponibilização de novas políticas, é necessário que se encontrem meios de promover junto à população em geral a mudança de valores e de cultura, pois uma certa estrutura pode estar organizada a partir de uma realidade descentralizada, porém, ainda conservar os valores setoriais das antigas demandas.

A partir de então, podemos passar a discutir um pouco sobre a questão da intersectorialidade diante das políticas para o envelhecimento, que devem seguir também essa linha de raciocínio, ou seja, desenvolver uma prática de políticas

intersetoriais em prol das desigualdades sociais e do enfrentamento geral sobre as desigualdades sociais para esse segmento etário.

Observamos que no Brasil tanto o processo de descentralização como a questão da intersetorialidade caminham em torno do tripé que de certa forma sustenta o atendimento geral à população idosa, que é, em síntese, o Estado, a sociedade como um todo e a família. Assim, são agentes diferentes agindo em prol de um único objetivo.

As políticas de atenção para os idosos pressupõem ações integradas entre a Saúde, a Assistência Social, a Seguridade Social e a Educação, principalmente, emergem tratando do atendimento aos idosos como uma maneira de intervir no sentido de melhorar a qualidade de vida desse grupo. Entre os aspectos de estudos sobre a velhice, é importante citar que a área da saúde possui um bom exemplo de intersetorialidade, justificada pela preocupação em se promover o processo de envelhecimento ativo e saudável.

Se observarmos o próprio Estatuto do Idoso, em seu artigo 2º, constatamos que:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para a preservação da saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2003).

De acordo com o texto do Estatuto, podemos identificar que há uma preocupação indireta com a questão da intersetorialidade, pois ao se fazer valer esses direitos na prática constatamos que já se pressupõe certa necessidade de ações coletivas entre as esferas governamentais e seus desdobramentos.

Aliada a essa política, em específico às políticas sociais de atenção à pessoa idosa, encontramos a questão da proteção ao idoso, que surge como algo extremamente necessário diante das situações que emergiram no próprio meio social. Trazendo de forma mais precisa essa ideia ao corpo do texto, podemos dizer que as políticas de atenção ao idoso trouxeram à tona muitas discussões que se fazem necessárias quando o assunto em tela é o direito preconizado em lei ou ainda a violação desses direitos.

O próprio Estatuto incita a pensar sobre essa questão devido às demandas e índices de violência observados em nossa realidade. Exemplo disso encontramos quando pautamos nosso olhar sobre as questões da vulnerabilidade social e da violação de direitos de uma forma geral, conforme vimos discutindo. Dessa maneira, em seu artigo 43 do Estatuto do Idoso, observamos que,

As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; III – em razão de sua condição pessoal (BRASIL, 2003).

Assim, é inevitável que citeamos os fatos ocorridos, (tais como os que envolvem a violação de direitos) diariamente em relação aos nossos idosos, constatados inclusive pelos noticiários de jornal, em que vários idosos sofrem muitas vezes pela omissão da própria família em relação aos seus cuidados. Portanto, mesmo sabendo da existência da lei e da necessidade do atendimento integral dos mesmos ainda há muita expressão de violência, negligência e violação de direitos junto a um grande número de idosos em território nacional.

Dessa maneira, houve a necessidade de atender a essa situação diante de se pensar em tratar os idosos com dignidade e qualidade de vida. Quando isso não ocorre, faz-se necessário a atenção a essa demanda de forma mais incisiva, que ocorre quando da violação de direitos num contexto geral, muitas vezes se aplicando as denominadas medidas protetivas ou medidas de proteção ao público que se destina.

No Capítulo II do Estatuto do Idoso, em específico nos artigos 44 e 45 se trata das Medidas específicas de Proteção à pessoa idosa, o qual traz como teor em seu texto:

Art. 44. As medidas de proteção ao idoso previstas nesta lei poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I – encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; IV – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação; V – abrigo em entidade; VI – abrigo temporário (BRASIL, 2003).

Conforme observado nos dois artigos, sempre que necessário, as medidas de proteção podem e devem ser aplicadas buscando a garantia da vida com qualidade de seus idosos. Assim, desde a questão da vulnerabilidade apresentada por várias razões, como, por exemplo, a falta de algum cuidado básico de atenção até uma medida mais incisiva como a retirada do núcleo familiar quando o motivo é grave são situações que podem ocorrer diante da necessidade apresentada.

Nessas circunstâncias, desde a questão dos vínculos familiares fragilizados, podemos contar com representações de órgãos públicos como o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e o Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS, os quais surgem depois da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS. Dentro do espaço de atuação do CREAS, se encontram as equipes técnicas especializadas que atendem as demandas relacionadas aos idosos, sendo o CREAS em especial quando há de fato violação de direito comprovada.

Dentre as políticas de atendimento ao idoso, constatamos que há uma diferença entre a atenção básica e a atenção especial, que ocorre geralmente pelas demandas vindas da própria sociedade, bem como de denúncias oriundas dos órgãos relacionados às medidas de proteção, como o caso do Ministério Público.

A atenção básica, por exemplo, na esfera da Assistência social se traduzem por questões voltadas para necessidades imediatas, tais como situações esporádicas, como a liberação de cesta básica quando emerge uma situação de vulnerabilidade, uma passagem para a realização de consulta médica, ou seja, dentre muitos outros exemplos esses são alguns que definem a atenção básica. A atenção especial surge quando há maior violação de direitos e principalmente presença de violência, negligência ou outra situação que não permita ao idoso viver

com segurança e qualidade, necessitando muitas vezes da interferência de outros órgãos em prol de seu atendimento.

Conforme vimos na própria legislação, há uma necessidade da sociedade em si somar esforços quanto ao atendimento de seus idosos, e sempre que constatada alguma situação irregular que apresente vulnerabilidade ou violência de alguma forma, os órgãos responsáveis e competentes deverão ser comunicados imediatamente.

No artigo 4º do Estatuto do Idoso, observamos que:

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei. § 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso. § 2º As obrigações previstas nesta lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados (BRASIL, 2003).

Dessa maneira, ao discutirmos sobre a intersectorialidade nas políticas de atenção ao idoso, destacamos uma forma de atendimento que envolve várias áreas de atuação num mesmo contexto, que é o processo de institucionalização de idosos, muitas vezes inclusive solicitada via meio de proteção judicial quando do caso de extrema violação de direitos. Busca-se a preservação dos vínculos familiares e a convivência familiar, porém quando essa não é possível, uma alternativa é a institucionalização em Instituições de Longa Permanência.

Todas as possibilidades possíveis de atendimento precisam ser descartadas antes de se tomar uma atitude mais radical em relação ao idoso que culmine na possibilidade de acolhimento institucional, tal como discutiremos nas próximas páginas.

2.3 O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE IDOSOS E AS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS

Depois de esgotadas todas as possibilidades de atenção ao idoso mantendo e/ou fortalecendo os vínculos familiares no intuito de manter o idoso junto do núcleo familiar, uma das possibilidades de atendimento à demanda que sofre negligência ou violência é a institucionalização, que, no entanto, nem sempre se configura possível.

Quando se constata a violação de direitos e há a evidência da necessidade de se retirar o idoso do contexto familiar, ocorre o processo de acolhimento institucional.

De acordo com a Resolução sob número 109 (MDS), de 11 de novembro de 2009, observamos que o acolhimento para idosos com 60 anos ou mais deverão ser atendidos nessa modalidade desde que esgotadas todas as possibilidades de auto sustento e convívio com os familiares. Assim, preconizamos a ideia de que as condicionalidades de acesso e permanência em Instituições de Longa Permanência se dão a partir dos critérios para que o mesmo ocorra²¹.

O denominado serviço de acolhimento institucional para idosos (as) preconiza o atendimento em unidade residencial onde grupos de até 10 (dez) idosos são acolhidos, devendo possuir condições de funcionamento com equipes especializadas que os auxiliem na realização das atividades da vida cotidiana sempre que necessário e de forma individual.

O documento ainda prevê a necessidade de se manter características domiciliares, no sentido de prover a acolhida de seus residentes de maneira que sintam no acolhimento a sua residência. Assim,

Deve assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade. A capacidade de atendimento das unidades deve seguir as normas da Vigilância Sanitária, devendo ser assegurado o atendimento de qualidade, personalizado, com até 4 (quatro) idosos (as) por quarto (BRASIL, 2009).

Contextualizando historicamente as Instituições de Longa Permanência, as mesmas surgiram articuladas a uma demanda social maior, que inevitavelmente emergiram do próprio contexto social.

²¹ Acolhimento para idosos (as) com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de auto-sustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos (as) que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Idosos (as) com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, amigos etc. – devem ser atendidos na mesma unidade. Preferencialmente, deve ser ofertado aos casais de idosos o compartilhamento do mesmo quarto. Idosos (as) com deficiência devem ser incluídos (as) nesse serviço, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento desse segmento.

Por meio da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia se adotou a expressão Instituição de Longa Permanência-ILP, ou ainda Instituição de Longa Permanência para idosos - ILPI, designando uma forma de funcionamento de instituições que anteriormente eram denominadas de asilos, e que são espaços que se estabelecem objetivando o atendimento integral institucionalizado, tendo como público pessoas com sessenta anos ou mais, apresentando geralmente condições de dependência das mais variadas formas, e que não dispõe de condições de se manter na família, não deixando de atender quem não possui dependência, caso seja necessário.

Segundo Lima (2005, p.26), podemos observar que historicamente:

A primeira instituição destinada aos velhos no Brasil foi numa chácara. Foi construída em 1790, para acolher soldados portugueses que participaram da campanha de 1792 e que, naquela ocasião, encontravam-se “avançados em anos e cansados de trabalhos”, que pelos seus serviços prestados, “se faziam dignos de uma descansada velhice”. A chamada casa dos inválidos foi construída por decisão do 5º Vice-Rei, Conde de Resende que, contrariando todas as normas da época, cria esta instituição, inspirando-se na obra de Luís XIV (Hôtel des Invalides) destinado aos heróis (...). Como podemos ver a primeira instituição criada no Brasil era restrita a soldados militares e não à velhice em geral. Com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, a casa que abrigava essas pessoas foi “cedida” ao médico particular do Rei e os internos foram transferidos para a Casa de Santa Misericórdia.

As instituições de longa permanência surgiram objetivando cuidar de pessoas que já possuíam idade denominada avançada, dignos de um envelhecimento saudável e com cuidados. Assim, cita a Casa de Santa Misericórdia, a qual se refere a uma forma de serviço de hospitalização que ocorria ainda na época colonial.

De acordo com Lima (2005, p.26)

No que se refere à Casa de Santa Misericórdia, sabe-se que foram os serviços de hospitalização da época colonial. Fundadas e administradas por irmandades de leigos ou eclesiásticos (origem privada), exerciam uma atividade assistencial, destinada aos doentes pobres. Mas não só os pobres se beneficiavam desses serviços, também os indigentes, forasteiros, soldados e marinheiros. A manutenção desses hospitais dependia da caridade dos habitantes, doações ou esmola, recolhidos nas ruas e das arrecadações dos dízimos concedidos pelo Rei.

As instituições de acolhimento, mesmo antes de terem a denominação atual, surgiram sempre articuladas à ideia de assistencialismo, caridade e atendimento por meio de donativos, ou seja, sempre focada em atender quem estava abandonado na vida ou por meio de uma condição social precária e de vulnerabilidade.

Embasados em dados históricos conforme Lima (2005), podemos perceber que há uma lacuna enorme na estruturação dessas instituições, tanto que as instituições que colhiam pessoas em situação de vulnerabilidade foram praticamente esquecidas, para então depois de quarenta e sete anos ser criado o denominado decreto de fundação do “Asilo dos Inválidos da Pátria”, novamente incutindo, ainda que de maneira indireta, uma ideia de pobreza, mendicância e dependência.

Foi no ano de 1868 que houve a inauguração do referido Asilo, depois de trinta anos de realização de seu projeto. Foi instalado no Rio de Janeiro, em específico na Ilha do Bom Jesus, mas a morosidade na execução dessa obra nos remete a perceber o quanto não se levava em consideração a urgência de atenção a essas demandas.

De acordo com Costa e Mercadante (2013, p. 213),

até o século XVIII, todos os excluídos socialmente (mendigos, vagabundos, prostitutas, criminosos) eram assistidos de forma idêntica. Com o desenvolvimento da medicina, no início do século XIX, houve a separação dessas categorias de pessoas, embora somente no final desse século passou-se a perceber as diferenças entre os pacientes do que adveio sua separação, ordenando, dessa forma, os espaços institucionalizados.

Na sociedade daquela época era comum a ideia de que as pessoas que se encontravam nessa situação de vulnerabilidade, os chamados mendigos ou miseráveis representavam, segundo a concepção preconceituosa da época, um perigo à sociedade como um todo, pois os mesmos propagavam doenças.

Ainda segundo Costa e Mercadante (2013, p. 213),

Sua livre coexistência junto aos demais segmentos da população não poderia ser tolerada e, para encaminhar tal problema, no ano de 1854, foi fundado o “Asilo de Mendicidade” destinado a abrigar essa população. A população muito pobre que vivia da caridade alheia tinha licença para a mendicância. Todos que fossem incapacitados para o trabalho eram incluídos nesse patamar, inclusive uma pessoa considerada velha.

Nesse período, observamos que essa situação favoreceu o aumento de pessoas em situação de mendicância, pois consideravam até mais tranquilo viver assim do que numa situação de maior vulnerabilidade social ou de rua. Assim, percebemos que a velhice, enquanto fase da vida sempre existiu, e se encontrava em diferentes espaços, sem contar a interferência direta da abolição da escravatura, pois como a própria história relata, muitos dos escravos mais “velhos” não possuíam maiores condições de produtividade no trabalho e assim acabaram por se juntar a outros idosos e a permanecer pelas ruas aumentando consideravelmente o número de pessoas sem um lar (LIMA, 2005).

Tal situação corroborou de maneira incisiva para que se observassem com olhar diferenciado essa demanda de pessoas, e assim, culminou no reconhecimento de uma categoria denominada de velhos em situação de desamparo total, e dessa forma abriu espaço para a criação da primeira casa de acolhimento no município do Rio de Janeiro, a qual desde a data de 1890 foi chamada de Asilo São Luiz.

Nessa mesma perspectiva, Lima (2005, p.41) alerta que,

Na realidade, o asilo para velhos foi criado para dar “sossego” e “repouso” àquele que já se achava cansado de tanto viver e agora aguardava seu último “suspiro”. Tradicionalmente, portanto, o asilo não é lugar para trabalho e, sim, para descanso. Não há registros de quando tenha começado o uso da ocupação pela população idosa asilada, mas supõe-se que tenha sido implantado por influência desses acontecimentos narrados. Em algum momento, alguém achou que seria bom, também para essa clientela. De fato, o fazer nos acompanha, faz parte da nossa vida e deveria continuar a nos acompanhar até a morte.

O que a autora quer dizer é que a ideia de vida em asilos e da sua própria criação está intimamente ligada à questão de restante de vida, ou seja, parece que os mesmos foram criados na condição de manter vivos os idosos pelo resto de vida que os mesmos possam ter. Em nenhum momento, se encontram registros de um espaço onde os idosos possam se ocupar e ter uma velhice saudável quando da criação dessas casas que os acolhiam. Inicialmente, todas as casas que recebiam e proviam os cuidados básicos necessariamente, de alimentação, de higiene e de leitos para dormir, geralmente organizados de forma precária e coletiva, eram chamados de asilos ou ainda de albergues²².

²² Etimologicamente, encontramos no dicionário a ideia de albergue articulada a lugar onde são recolhidas pessoas que requerem cuidados ou em situação de carência; hospício, asilo, albergaria.

De uma maneira muito sutil e amena, depois de cravadas as ideias de pobreza e inutilidade junto aos antigos abrigos, asilos ou albergues, observamos uma lenta mudança de conceitos sociais onde percebemos que a forma preconceituosa não deixa de existir por conta da terminologia aplicada, mas sim, acentua a discriminação da sociedade como um todo em torno desse grupo de pessoas.

A palavra asilo traz consigo uma maneira de carga negativa junto a si, geralmente interligada a ideia de pobreza, miserabilidade e ainda abandono.

Historicamente, muitas das entidades que acolheram seus idosos atuavam em torno de fins religiosos, de caridade ou outras organizações que focassem o atendimento por benevolência meramente. Dessa maneira, sabemos que na atualidade existem muitas instituições que atendem idosos de maneira diferente do que no início dessa modalidade de atendimento, porém, ainda se conserva a ideia de abandono e de uma velhice que espera a morte apenas, contrariando o que vimos discutindo ao longo desse trabalho de pesquisa, que é a ideia de uma velhice saudável e com qualidade.

Geralmente as instituições se mantêm a partir de sua filantropia bem como contam com o apoio da sociedade como um todo na efetivação de seu trabalho junto aos acolhidos. Mesmo assim, a população conserva a ideia de abandono geral porque geralmente as histórias individuais de cada sujeito idoso requer que adentremos em seu universo particular de vida, que tem particularidades que os levaram à situação de acolhimento institucional, e que por mais que as pessoas conservem seus preconceitos em relação aos seus idosos institucionalizados é emergente a discussão sobre esse atendimento, pois a demanda de pessoas idosas nessas condições é maior, e a tendência da necessidade dessa forma de vivências certamente crescerá a cada ano transcorrido.

De acordo com Camarano (2013), duas consequências do forte estigma que envolve essa modalidade de atendimento ainda se concentram na baixa oferta de instituições de residência permanente para os idosos bem como da demanda de idosos com necessidade dessa forma de atendimento pelas mais variadas razões.

Além disso, no Brasil constatamos uma situação em que as instituições de longa permanência surgem da necessidade da própria comunidade e de suas demandas, articulada à rede de atendimento da Assistência Social, mas não surgem como uma política implementada aos cuidados de longa duração. Portanto,

concebemos uma situação em que a omissão do Estado dificulta a fiscalização e aumenta de maneira considerável a forma de atendimento nas referidas instituições, pois assim não há um acompanhamento por parte de nenhuma representatividade pública.

De acordo com Camarano (2010), geralmente os asilos são associados de maneira direta à situação de pobreza, negligência e de abandono dos idosos pelas suas famílias, que geralmente buscam essa forma de atendimento porque esgotaram as possibilidades de cuidados para com seus idosos. Ainda é comum a percepção de uma instituição de longa permanência para idosos aliada à ruptura de laços familiares e de amizades. Porém, esquecem de abordar os novos laços que se constituem a partir do acolhimento.

Mesmo com todas as dificuldades em se estruturar as casas de acolhimento de idosos e das formas de funcionamento, a demanda por essa modalidade de atendimento tende a crescer consideravelmente devido ao envelhecimento da população como um todo bem como das formas de cuidar dos idosos, pois sabemos que a conjuntura familiar mudou muito ao longo dos anos, devido à diversos fatores, tais como a necessidade de todos os componentes da família trabalharem e assim diminui as possibilidades de haver alguém com condições de estar junto do familiar idoso que necessita de cuidados especiais. Assim, quando as famílias têm menos tempo disponíveis para cuidar de seus idosos, o Estado e o mercado privado precisam estar aptos a atendê-los (CAMARANO, 2007).

De acordo com a autora, é importante refletirmos também sob as novas configurações da família brasileira, pois as condições de trabalho e a falta de disponibilidade de tempo interferem em relação aos cuidados dos idosos pertencentes a cada núcleo familiar, em especial àqueles que necessitam de atenção individualizada pela situação de dependência em várias dimensões.

Articulando com a política de atenção ao idoso, percebemos que o próprio Plano Nacional do Idoso cita e comenta acerca das instituições de longa permanência, visando elencar fatores que devem ser valorizados quanto a se definir de maneira mais adequada as condicionalidades de seu funcionamento.

De acordo com Camarano (2010) observamos que mesmo sendo de extrema importância a existência das referidas instituições, dentro dos espaços de discussões acerca do atendimento ao idoso no Plano Nacional de atenção ao idoso, se estabelecem diante das políticas previstas a prioridade do atendimento familiar

em detrimento do asilar ou do acolhimento em instituição, isso porque é de extrema importância a convivência familiar e social dos idosos, e sempre que possível, devem ser mantidos os vínculos familiares e a promoção e fortalecimento desses vínculos.

O próprio Estatuto do Idoso (2003) ressalta essa questão, porém, evidenciamos a demanda crescente de idosos que não possuem condições de viver sozinhos ou ainda não possuem família, ou essa não dispõe de condições em prover seus cuidados e manter sua vida com dignidade.

A Política Nacional do Idoso preconiza várias questões e modalidades de cuidados em relação aos idosos, porém, admitem que as mesmas não são suficientes para atender a demanda de idosos que necessitam desse atendimento.

No Brasil, ainda há muito que se discutir sobre as Instituições de Longa Permanência e das formas de atenção ao idoso institucionalizado, revendo questões desde o acolhimento até as formas de intervenção multidisciplinar em cada caso em específico. Porém, de acordo com a ausência de uma política fortalecida em torno dessa questão, conserva-se em sua maioria entidades filantrópicas destinadas a atender suas demandas de forma individual e com base no acompanhamento dos Conselhos Municipais do Idoso, ou da Assistência Social, quando existem.

Estas Instituições de Longa Permanência possuem os serviços de acolhida, alimentação, e vestuário, serviços médicos e medicamentos, cada um de acordo com as suas necessidades. Camarano (2010) comenta que a oferta de serviços se dá de acordo com as condições e a natureza jurídica das instituições, buscando certa coerência entre a provisão dos serviços prestados e o grau de dependência dos idosos acolhidos, sendo que a cobertura desse trabalho nunca é suficiente.

Legalmente, observamos no Estatuto do Idoso (2003) em seu artigo 35, o seguinte texto:

Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada. § 1º No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade. § 2º O conselho municipal do idoso ou o conselho municipal da assistência social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º, que não poderá exceder a setenta por cento de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso. § 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o *caput* deste artigo (BRASIL, 2003).

O Estatuto ainda utiliza do termo abrigado para se referir ao idoso acolhido porque a ideia inicial conforme vimos em sua trajetória histórica era a de abrigar idosos carentes e desprovidos de família e condições materiais e sociais de sobrevivência.

Ainda, conforme o texto do Estatuto constatamos que a sociedade é chamada, por meio de seus pares e de sua representatividade, a participar das decisões sobre o trabalho desenvolvido com idosos, por meio dos Conselhos Municipais, por exemplo. Portanto, mesmo as entidades que possuem fins filantrópicos necessitam e podem contar com o apoio da comunidade para melhor atender suas demandas. O artigo 46 do Estatuto (2003) consta que o acolhimento de idosos em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais.

Sendo assim, em casos de acolhimento de idosos em situação de risco social ou de violência, por exemplo, devem ter evidentes a real situação desse sujeito devido às condições de vida em que o mesmo se encontra e do acompanhamento necessário ao mesmo no caso de permanecer acolhido.

De acordo com o artigo 49 do Estatuto do Idoso (2003), é pertinente que:

As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- V – observância dos direitos e garantias dos idosos;
- VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Parágrafo único. O dirigente de instituição prestadora de atendimento ao idoso responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento do idoso, sem prejuízo das sanções administrativas.

É sabido que as instituições de acolhimento ainda são limitadas no que tange a espaço físico, por exemplo, porque observamos que não há muito incentivo de fomento político em prol das referidas instituições, porém, devemos pensar que, em sua maioria, estão com um número cada vez maior de idosos. Mesmo que o acolhimento não seja o ideal para se viver no final da vida não há como negar “abrigo” a quem necessita.

Conforme preconizado em lei e citado acima, as casas de acolhimento deverão, por meio de seus profissionais das equipes técnicas promoverem todos os cuidados necessários de atenção ao idoso de maneira interna como fora dela, promovendo e fortalecendo os vínculos familiares dos mesmos. Por consequência, serão criados laços de convivência entre os mesmos e a própria instituição, além de que os idosos têm o direito de participar de diferentes grupos sociais fora da instituição, até mesmo os promovidos pelo caráter público e associados às políticas de atenção, como exemplo os CRAS e CREAS.

Mesmo com todo o esforço das equipes e das pessoas que estão na representatividade das instituições de longa permanência, ainda observamos que o modelo asilar brasileiro conserva muitas semelhanças com as denominadas instituições totais, que segundo estudos na área, já se encontram ultrapassadas no que tange à prestação de serviços nas mais diversas áreas, como saúde e assistência social.

Dessa maneira, definimos instituição total (GOFFMAN, 1974) como um espaço de residência e trabalho ao mesmo tempo, situação em que um número considerável de indivíduos em situação de dependência, são separados do meio social mais amplo por tempo maior, e assim, acabam tendo uma vida de caráter fechado e formalmente administrada por pessoas que por eles se tornam responsáveis, inevitavelmente retirando do idoso o poder decisório em torno de sua vida pessoal.

Nesse contexto, o idoso deixa de ser agente de sua própria vida necessitando da aprovação de equipes de trabalho da instituição para realizar muitas questões que anteriormente era ele quem decidia, sendo essa uma das principais lutas em torno das instituições que os acolhem, pois dessas depende, e muito, a preservação da identidade do idoso, muito importante nesse ciclo de sua vida.

Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais (GOFFMAN, 1974, p. 16).

O autor nos chama a atenção para o fato de que toda instituição de residência acaba, por si só, ferindo a individualidade de seus moradores, pois em sua maioria a

utilização de espaços públicos ocorre em todas as atividades da vida cotidiana. Nesses espaços, os indivíduos acabam se tornando cidadãos com violação de suas particularidades, sem controle de sua própria vida, deixando de usufruir de seus pertences sociais e lançando mão em alta escala de sua privacidade.

Podemos dizer que as instituições totais (GOFFMAN, 1974) se constituem por uma universalidade do tratamento em relação aos seus integrantes. Essa padronização é a maneira com que os profissionais das mesmas encontram para atender mais tranquilamente seus internos.

A universalidade do tratamento refere-se à homogeneização das condutas em torno dos acolhidos buscando com isso certa adaptação ao meio social. Goffman (1974) caracteriza os hospitais psiquiátricos, dentre outras instituições “totais” com características semelhantes de todas as atividades desenvolvidas, e dessa maneira acabam assumindo um caráter de modelagem que corresponda muitas vezes nas expectativas da família, da equipe dirigente²³ bem como da própria sociedade.

A totalidade também se refere à forma com que as ações são desenvolvidas no próprio interior de cada residência, pois mesmo possuindo condições semelhantes de trabalho as mesmas ainda dispõem de particularidades de acordo com cada realidade apresentada.

Nas instituições totais existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão. Geralmente, os internados vivem na instituição e têm contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes: a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada no mundo externo. Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados (GOFFMAN, 1974, p. 19).

Não se trata de defender essa perspectiva de atendimento, mas sim, de questioná-la, pois a mesma surgiu enraizada numa concepção de velhice inativa, doente e dependente. Na atualidade, isso precisa ser superado, porém, é importante que se estude a ideia das instituições totais de Goffman (1974) devido à forma com que surgiram as instituições e se mantém dessa forma em muitas realidades.

²³ A equipe dirigente varia de acordo com as características de atendimento de cada instituição.

Em países como o Brasil, por exemplo, que apresenta extrema dificuldade econômica acentuada pelas questões de ordem educacional e cultural, o atendimento dessa demanda assume contornos e possibilidades diferenciadas a depender da própria situação de seus acolhidos. Atualmente, se encontram instituições em que muito se assemelham a países desenvolvidos.

Numa instituição total, os menores segmentos da atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora; a vida do internado é constantemente penetrada pela interação vinda de cima, sobretudo durante o período inicial de estada, antes de o internado aceitar os regulamentos sem pensar no assunto. Cada especificação tira do indivíduo uma oportunidade para equilibrar suas necessidades e seus objetivos de maneira pessoalmente eficiente, e coloca suas ações à mercê de sanções. Violenta-se a autonomia do ato (GOFFMAN, 1974, p.41).

Segundo o autor, observamos que há numa instituição de acolhimento o que ele denomina de mortificação do eu, ou seja, a perda de sua identidade quando o mesmo passa a viver nesses espaços, pois em sua maioria são espaços coletivos, por isso a importância das equipes de atendimento observar a individualidade de seus internos residentes por conta da preservação do mínimo de atenção de que os mesmos necessitam em torno de sua individualidade. É certo, valendo-se das condições que cada casa em si dispõe, pois, as dificuldades de mantê-las em pleno funcionamento são inúmeras devido às suas condições materiais e a falta de recursos, o que justifica a não possibilidade de muitos espaços individuais, e da maioria serem organizados de maneira à utilização coletiva.

Foi criada a Portaria número 810/1989, a qual define as Normas e Padrões de Funcionamento de Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e outras instituições para idosos. Tal Portaria define como precisa se estruturar e como deve ser a organização da instituição, mas o fato dessa existir não garante a eficácia no atendimento, pois as demandas são emergentes e é necessário a parceria entre o poder público, sociedade, profissionais e idosos, que possibilitou a implementação de novas ações dentro dos espaços institucionais e fora deles.

Dentre direitos preconizados bem como das políticas de atenção ao idoso, podemos destacar que a educação deveria ser fator preponderante nos diversos espaços onde existem pessoas que deveriam receber o processo de educação permanente, o qual se relaciona com a Gerontologia educacional.

Assim, relacionada às questões aqui apresentadas e discutidas, destacamos a educação do idoso, preconizada legalmente e tão necessária em várias esferas e em vários espaços, tais como os espaços de acolhimento institucional, onde a fragilidade das relações ou o rompimento das escolhas individuais podem fazer todo o diferencial de seus integrantes residentes.

Dessa maneira, encontramos um novo espaço de contribuição aliada às políticas educacionais, que é a educação dos idosos na perspectiva de educação permanente, intimamente associada à Gerontologia como ciência que preconiza o estudo do envelhecimento humano em todos os seus desdobramentos e possibilidades, inclusive a educacional. Assim, consideramos a necessidade de estudos cada vez mais atualizados sobre o processo de envelhecimento, velhice e educação do idoso, preconizada como formação ao longo da vida ou educação da longevidade.

Nessa perspectiva, configuramos um espaço que vise e consolide aquilo que se estabelece como um direito social, e, além disso, que se preconiza como uma nova forma de viver, mais saudável, mais participante, com mais atividade, culminando numa projeção do processo de envelhecimento saudável. Nesse prisma, estamos tratando de aspectos de formação humana compreendendo a transformação humana individual e coletiva, vista como uma realidade permanente, focada em todos os aspectos concretos da vida e suas necessidades essenciais.

Dessa forma, para compreendermos as necessidades reais que cercam a educação permanente é necessário que nos apropriemos da Gerontologia enquanto ciência, e assim, que a contextualizemos diante das estratégias pedagógicas da educação do idoso de diferentes maneiras e de diversas possibilidades de ação, como, por exemplo, no ambiente institucionalizado.

Gerontologia educacional é um campo interdisciplinar que se desenvolve no âmbito da evolução da educação de idosos, da formação de recursos humanos para lidar com a velhice, e na mudança das perspectivas das sociedades em relação aos idosos e ao envelhecimento (CACHIONI, 2008, p. 92).

Conforme observamos, a autora aponta a área como um campo de relações interdisciplinares, os quais nos possibilitam perceber que a gerontologia se estrutura a partir da evolução da educação do idoso em sua totalidade, abrindo mão de uma

atuação específica em ambientes de educação formal, como a instituição escolar, podendo dessa maneira estar articulada a várias formas de trabalho e de atuação dos profissionais que dela se apropriam, apoiada numa nova projeção de formação ao longo da vida.

Cachioni (2008) comenta que a Gerontologia educacional surgiu quando David Peterson a utilizou enquanto terminologia ainda em 1970, referindo-se a diversas formas de abordagem sobre a educação de idosos na forma de valorizar a longevidade.

O autor discorre sobre a área alegando que a Gerontologia educacional busca aumentar e explicar o que se sabe sobre educação e envelhecimento no intuito de ampliar a qualidade de vida da pessoa idosa, classificando-os a partir de três eixos estruturantes, que vão desde a questão de se apropriar dos conceitos sobre o idoso até os aspectos de formação dos profissionais que atuarão junto dessa demanda²⁴.

Pressupondo a composição de alguns pressupostos acerca da relação entre a educação do idoso e o envelhecimento saudável, é oportuno que pensemos sobre o conceito de gerontologia mediada pela questão da educação permanente.

Corroborando com essa premissa Todaro (2008) quando remonta a ideia de que na área gerontológica, a educação permanente se destaca quando do envolvimento das pessoas idosas em ações de cunho educacional que fomentem e integrem informações e conhecimentos de maneira ampliada, tais como projetos que incitem a leitura e a escrita, oficinas pedagógicas, atividades de educação motora, aprimoramento cultural de várias ordens e possibilidades, além da promoção dos sujeitos nas questões de valorização social.

Associada a essas premissas, encontramos a possibilidade dos idosos se integrarem ao meio do qual fazem parte de maneira mais incisiva, mais autônoma, e que os atenda de acordo com as suas possibilidades, necessidades e promoção individual, atendendo ao disposto legalmente e socialmente, ainda que em uma instituição de acolhimento. Nesse sentido, a educação permanente recebe destaque em razão de suas particularidades e exatamente por focar a educação ao longo da

²⁴ 1) Educação para idosos: Programas educacionais voltados a atender as necessidades da população idosa, considerando as características desse grupo etário; 2) Educação para a população em geral sobre a velhice e aos idosos: Programas educacionais que possibilitam à população mais jovem repensar seus conceitos sobre a velhice e, aos idosos, repensar o seu próprio processo de envelhecimento; 3) Formação de recursos humanos para o trabalho com os idosos: Eventos de capacitação técnica de profissionais e da formação de pesquisadores.

vida. Ora, se desde a primeira infância até a fase adulta os sujeitos são convidados e receber formação educacional, por que na velhice esse direito seria vedado? Todos aprendemos em diferentes espaços e em diferentes momentos, logo, a educação do idoso deve ser promovida em todos os espaços possíveis e com ações planejadas e organizadas objetivando a promoção dos sujeitos.

Dentre concepções diversas, temos que inicialmente recordar o que já vem sendo discutido ao longo desse texto, que é o idoso que deve ser conhecedor de seus direitos e que se permite aprender sempre, e assim, deixemos de trapaças: o sentido de nossa vida está em pauta no futuro que nos aguarda. Não poderemos saber quem somos se ignorarmos quem seremos: devemos-nos reconhecer na pessoa deste velho ou daquela velha (BEAUVOIR, 1976, p. 10).

Dessa maneira,

Na área gerontológica, a educação permanente encontra sua expressão mais clara no envolvimento dos idosos com iniciativas educacionais voltadas para a ampliação de informações (por exemplo: leitura e escrita, línguas estrangeiras, informática, saúde), a atualização e o aprimoramento cultural (por exemplo: turismo, artes, filosofia e psicologia), a valorização social (por exemplo: programas de convivência com as gerações mais jovens em que idosos são convidados a oferecer seus conhecimentos especializados), o 202 Katia Silva Búfalo Búfalo, K.S. (2013, junho). Aprender na terceira idade: educação permanente e velhice bem-sucedida como promoção da saúde mental do idoso, convívio com os iguais e os investimentos no desenvolvimento da cidadania (TODARO, 2008, pp. 66-67).

Ressaltamos que a educação permanente é de extrema importância nas relações dos idosos acolhidos numa Instituição de Longa Permanência, permitindo aos mesmos aprender sempre e independente de suas condições particulares.

A educação tem um importante papel, que não é o de divertir ou entreter o idoso, nem de perpetuar ou reproduzir papéis desempenhados em outras épocas da vida, mas sim servir de veículo para que o indivíduo, independentemente da idade cronológica, consiga manter seus níveis normais de funcionamento (CACHIONI, NÉRI, 2004, p. 31)

Assim, podemos destacar que precisamos romper com a ideia de que educação para o idoso deve se limitar ao lazer, pois esse é apenas uma das esferas de direito. A educação permanente deve ser libertadora, promotora de cidadania e principalmente propulsora de funcionalidades orgânicas, emocionais, sociais e cognitivas.

Assim, citamos Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015, p.87) quando afirmam que,

A educação permanente se apresenta como a necessidade de ampliar a participação dos indivíduos na vida social e cultural, visando à melhoria nas relações interpessoais, qualidade de vida, compreendendo o mundo e tendo esperança de futuro. Pela educação permanente assume-se uma nova concepção de vida humana, cujo princípio central não é só aprender a ser, mas principalmente viver para aprender, interagindo com quem está ao seu redor.

Educar-se permanentemente é usufruir do direito de viver socialmente, se permitindo aprender constantemente e em diferentes espaços, exercendo uma nova forma de viver, mais digna, mais humana e condizente com os preceitos de dignidade e aprendizagem ao longo da vida.

Podemos afirmar que o número de instituições de longa permanência vem crescendo em nosso país, e assim, é de extrema importância o conhecimento dessa modalidade de atendimento objetivando melhorar as possibilidades de trabalho, propiciando dignidade e qualidade de vida acima de tudo, além de romper, se possível, com uma imagem de segregação e tornar-se uma opção na vida dos idosos. A partir daqui, estaremos iniciando as discussões sobre a pesquisa realizada em instituições de longa permanência em três unidades paranaenses, tal como veremos a seguir.

CAPÍTULO III

IDOSOS E A VELHICE INSTITUCIONALIZADA: INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA E OS IDOSOS ACOLHIDOS

“O anoitecer da vida deve também possuir um significado próprio e não pode ser apenas, um apêndice lamentável da manhã da vida” (JUNG, *apud* GARRIDO e MENEZES, 2002, p. 5).

3.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que o trabalho de pesquisa pudesse obter dados que fomentassem uma análise, foi necessário que se procedesse tomando alguns cuidados com os detalhes que a permeavam na conjuntura da totalidade.

Primeiramente, foi necessário um estudo de busca priorizando o encontro de instituições que atendessem essa modalidade de pesquisa e que pudessem ao mesmo tempo subsidiar a coleta de dados em instituições que atendessem a demanda estudada. Sendo assim, optou-se pela seleção de instituições paranaenses que se encontram localizadas na região sudeste do Estado, sendo selecionadas três instituições que se localizam em municípios de pequeno porte, possuindo uma população de até 60.000 habitantes no máximo.

Para saber quais seriam as instituições dessa região que poderiam compor a pesquisa, buscou-se por dados *on line* que fornecessem descrição das mesmas no território escolhido para a coleta de dados. Assim, foram elencadas sete instituições de acordo com as premissas delimitadas para a pesquisa e foi realizada visita às sete Instituições de Longa Permanência, incluindo as três posteriormente selecionadas, buscando averiguar quais seriam as principais características de cada uma delas, se dispunham de equipes técnicas de atendimento, se as mesmas tinham estrutura de acolhimento de idosos, dentre outros quesitos que foram observados no decorrer das visitas, a princípio informais.

Depois desse processo, foram escolhidas as três instituições devido às condições de funcionamento e estrutura, as quais possibilitariam o desenvolvimento da pesquisa empírica envolvendo idosos e equipes técnicas.

As três instituições selecionadas atendem uma demanda populacional de seus munícipes no sentido de priorizar a atenção ao idoso que não possui condições

de prover seus cuidados básicos tampouco possuem parentes próximos com condições de assumir seus cuidados.

Dessa maneira, depois de selecionadas as instituições que serviram como fonte de dados para a análise, foi necessário a discussão sobre quais seriam os procedimentos metodológicos para a coleta de dados.

Inicialmente, foi realizada nova visita às referidas instituições selecionadas, momento em que se conheceram os espaços disponíveis em cada unidade bem como se constatou como deveria ocorrer a coleta de dados em razão do perfil das pessoas que ali residiam. Assim, foi observado que haveria necessidade de organizar os instrumentos de coleta de dados a partir das condições que os sujeitos que ali residiam apresentavam e dispunham para colaborar com a pesquisa.

Foi agendada uma conversa com os profissionais que compunham as equipes técnicas que atuam junto das casas de acolhimento, buscando conhecer um pouco do histórico, das condicionalidades de atendimento bem como das condições de funcionamento das mesmas, visto que cada uma possui as suas particularidades.

Dessa forma, além da observação direta dos sujeitos acolhidos que são os idosos institucionalizados, foi necessária a busca por um procedimento metodológico que atendesse as necessidades da pesquisa bem como que fosse coerente com as condições de participação dos idosos, ou seja, pelo comprometimento da idade e das razões do acolhimento.

Desde o início, observou-se nas três instituições que houve grande disponibilidade dos mesmos em participar das atividades propostas, havendo apenas (no início da coleta) certa resistência de alguns por receio da pesquisadora ser uma representante do Estado que poderia retirar dos mesmos o direito já conquistado da aposentadoria.

Assim, a observação meramente não era suficiente no sentido de subsídio metodológico, mas sim, era um dos componentes que trariam à pesquisa a possibilidade de seleção de quais seriam os idosos que poderiam participar do trabalho de pesquisa. Portanto, foi escolhido como principal instrumento de coleta de dados a realização de Grupos Interativos, que pode ser considerada técnica metodológica muito utilizada quando se trata de um número maior de pessoas, e nesse caso, atendia às condições dos participantes e suas limitações.

Para a seleção dos sujeitos que comporiam os grupos, foi realizado uma observação detalhada e investigação das condições que dispunham os moradores

da casa para integrar o grupo, pois como se trata de instituição de longa permanência, muitos se encontram acometidos de doenças que não os permitem participar dos referidos grupos, até mesmo pelo comprometimento na fala que muitos apresentaram, não sendo possível integrarem a pesquisa. Portanto, para a participação nos grupos de pesquisa foi necessário um olhar muito atento dos sujeitos residentes para a seleção da composição do grupo, destacando também a disponibilidade e a vontade dos mesmos em contribuir com esse trabalho de pesquisa.

Quanto aos critérios específicos de seleção dos idosos que participariam da pesquisa, devemos destacar que nas três instituições foram convidados a todos que desejassem participar e deixado livre também os que gostariam de participar. Ainda, levou-se em consideração que alguns idosos eram comprometidos mentalmente ou não dispunham de vontade em participar dos grupos. Assim, os idosos selecionados em cada instituição foram os que se propuseram a participar somadas às condições em contribuir com os dados da pesquisa.

É um dado importante citar que os idosos que participaram dos grupos foram extremamente dedicados e envolvidos, perguntando comumente sobre sua importância na concretização do trabalho.

Vale ressaltar que os idosos que vivem numa instituição, geralmente possuem suas fragilidades e provavelmente já viveram situações de vulnerabilidade social e afetiva, havendo necessidade de se promover maior interação entre os mesmos valorizando o que poderiam dispor de contribuições e não focando suas limitações.

Os grupos interativos com os idosos não foram desenvolvidos meramente como uma técnica para se coletar dados especificamente, mas sim, para se aproximar dos sujeitos em questão, estabelecendo uma relação de confiança entre pesquisadora e os idosos.

Diante do público a que a pesquisa se destinou, os grupos interativos corroboram com a pesquisa de forma a elucidar detalhes expostos pelos idosos em razão de suas fragilidades e de seus anseios, pois permite maior aproximação e flexibilização na sua condução, visto que se trata de um instrumento que permite ao pesquisador compreender o processo de construção da realidade como um todo, buscando conhecer o contexto real de determinados grupos sociais, além de se aproximar de práticas cotidianas que revelem comportamentos individuais e de grupos, sendo intimamente relacionados ao objeto que se pretende estudar.

É importante que o pesquisador seja o condutor do grupo, deixando que a liberdade de expressão seja seu fio condutor, pois a limitação das falas não seria interessante nesse momento. Entretanto, também há que se cuidar para que o diálogo durante a efetivação dos grupos não se perca devido à troca de conversas paralelas, buscando sempre a manutenção do foco da pesquisa.

Para a realização dos grupos, foi estruturado um roteiro de questões (em anexo) a serem feitas no decorrer das atividades, e essas questões foram sendo evidenciadas nos grupos à medida que foi possível trazê-las na discussão, pois a participação de muitos idosos deve ser observada detalhadamente, respeitando o ritmo e as possibilidades de cada um em responder a tudo que se questionava.

Para aproveitamento real dos dados, valem da transcrição de tudo o que foi gravado, e quando havia necessidade de melhor compreender o que foi dito, voltávamos na mesma questão se necessário. A seleção foi realizada a partir do que se constatava como sendo mais importante em seus relatos e respostas.

A todo o momento se constatava a necessidade dos idosos falarem sobre suas experiências bem como de relatar suas expectativas em relação às suas vidas a partir de então.

De uma forma geral, percebemos que o grupo foi, além de uma técnica de coleta de dados, uma forma de se aproximar dos sujeitos da pesquisa de maneira mais precisa no contexto em que se encontravam, e que mesmo com todas as suas limitações houve a possibilidade de interação constantes com os mesmos e a vontade de participarem ativamente dos grupos.

3. 2 CONTEXTUALIZANDO AS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Para estruturar e contextualizar esse trabalho de pesquisa de acordo com as instituições pesquisadas, organizamos os dados principais que indicam fatores essenciais de funcionamento das referidas unidades institucionais, sendo denominadas nesse espaço de Instituições A, B e C.

Os dados de identificação pessoal das referidas instituições precisaram ser preservados por orientação dos próprios profissionais das equipes técnicas e principalmente pelo fato de haver vários idosos residentes que foram acolhidos por medidas de proteção judicial em virtude de violência acometida principalmente por familiares, e isso desencadearia a necessidade de autorização para tal citação em

específico, sem contar das questões éticas de pesquisa, as quais incitam todo o cuidado para a não exposição de seus pares. Assim, preservando de maneira ética os demais idosos que nelas residem e que não participaram diretamente desse processo de pesquisa, foi optado por essa denominação: IA- Instituição A; IB- Instituição B e IC Instituição C.

Dessa maneira, passamos a contextualizar as três instituições pesquisadas, de acordo com os principais dados elencados e que são importantes para subsidiar esse trabalho de pesquisa.

As instituições pesquisadas se localizam na região sudeste do Estado do Paraná, sendo selecionadas a partir das condições de localização e de número de habitantes, inicialmente serem próximas e constarem de alguns quesitos que serviriam de apoio para o trabalho.

Sendo assim, a primeira instituição, denominada nesse trabalho de IA, localiza-se num município de aproximadamente 55.000 (cinquenta e cinco) mil habitantes, os quais se distribuem residentes principalmente na região rural, do campo, visto que o mesmo possui grande extensão territorial e se destaca como um dos mais extensos do Paraná nesses termos. Assim, o município possui apenas essa instituição de acolhimento, que ao longo dos anos atende a uma demanda de idosos considerável, de aproximadamente 50 a 60 idosos ao no, totalizando 46 (quarenta e seis) anos de funcionamento.

Atualmente, a unidade institucional conta com 66 (sessenta e seis) idosos acolhidos, sendo 39 (trinta e nove) mulheres e 27 (vinte e sete) homens. Baseada num trabalho de filantropia e atendimento total dos munícipes, a entidade funciona com o apoio de uma Diretoria eleita por representantes da sociedade civil que contribuem no sentido da elaboração e execução das atividades de atendimento geral dos moradores, os idosos, desde a contratação de profissionais que compõe as equipes de atendimento como as ações em prol das melhorias do próprio espaço e atenção aos seus residentes.

A demanda de idosos que residem nessa casa de acolhimento provém de vários encaminhamentos, basicamente oriundos do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), por meio de seus profissionais de equipes técnicas que efetivam o atendimento às demandas de violência e vulnerabilidade social. Assim, somente é indicado para o processo de acolhimento quando de fato não existe

nenhuma outra possibilidade de atendimento e/ou há risco pessoal e social ao idoso atendido.

Dessa maneira, os principais encaminhamentos vêm do CREAS, além da demanda espontânea, ou seja, de pessoas que buscam a casa devido às dificuldades e impossibilidade de prover os cuidados necessários ao idoso que solicitam acolhimento. Entretanto, mesmo nesses casos, há um trabalho social da equipe técnica do acolhimento de idosos que prima pela preservação dos vínculos familiares ou da promoção destes, independente do contexto que os fragilizaram. Mesmo assim, o acolhimento na casa é necessário e primordial na maioria dos casos vivenciados.

Finalmente, existem as demandas que são geradas pelo próprio Ministério Público, razão que preconiza um constante diálogo com esse órgão de proteção.

Nos espaços internos de acolhimento, há uma equipe técnica atuando em período semanal visando o melhor atendimento aos idosos. Nesse primeiro local pesquisado, a mesma se constitui dos profissionais de diversas áreas, uma assistente social, uma psicóloga, um médico clínico geral, uma nutricionista, uma fisioterapeuta, duas enfermeiras, seis auxiliares de enfermagem, as quais atuam em períodos diurnos e noturnos, visto as necessidades de atendimento dos residentes.

Ainda, a entidade conta com o trabalho de onze cuidadores, dez auxiliares de serviços gerais, quatro cozinheiras e duas profissionais que atuam na lavanderia, uma secretária, um vigia e uma professora que realiza ações focadas na educação permanente, buscando a promoção dos sujeitos acolhidos na perspectiva da educação permanente ou educação da longevidade.

A professora organiza suas atividades com turmas menores, basicamente estruturadas como grupos de trabalho que promovam os idosos em sua individualidade e ocupem seu espaço de tempo com oficinas pedagógicas, as quais incitem o desenvolvimento cognitivo, motor e principalmente emocional.

Os idosos se constituem na atualidade, sujeitos de direitos e não meramente pessoas passivas que simplesmente vivem ou sobrevivem sem que sejam percebidos em sua totalidade. Ora, numa perspectiva de formação contínua, se aprende sempre em todos os momentos possíveis.

Basicamente, a instituição possui uma rotina diária que propicia um atendimento de qualidade a todos os moradores, que possuem muitas particularidades em razão de suas necessidades individuais, e que as mesmas vão

sendo atendidas à medida que são percebidas, tanto na área de saúde, como na área social e educacional, que é amplamente solicitada pelos moradores.

Ainda, observamos que na referida instituição se promove a interação social dos seus moradores, sendo que os mesmos frequentam semanalmente o Centro Municipal do Idoso, participando das oficinas que desejam bem como das festividades do município, desde que haja condições para tal. Com isso, se observa que há uma preocupação com a socialização dos mesmos no ambiente interno da casa e fora dele.

Assim, os idosos participantes da pesquisa dessa instituição serão denominados por I representando Idoso e indicados I1-Idoso 1 a I9-Idoso 9, ou seja, representarão os idosos denominados de 1 (um) a 9 (nove) nos próximos momentos de análise dessa pesquisa.

A instituição B, também localizada num município da região sudeste do Estado do Paraná, que atualmente tem 50 mil habitantes.

A Instituição B foi fundada no ano de 1984, devido à demanda reprimida de idosos que nesse município e região não possuíam uma vida digna devido à fragilidade em que se encontravam bem como muitos não dispunham de família nuclear nem extensa, havendo necessidade de acolhê-los promovendo seu bem-estar e cuidados básicos.

Atualmente, a instituição conta com 37(trinta e sete) idosos, sendo 21(vinte e um) homens e 16(dezesseis) mulheres. A origem do encaminhamento dos idosos para a casa de acolhimento se dá, principalmente, e exclusivamente pelas equipes técnicas do CREAS municipal e de regiões vizinhas, portanto, a casa aceita o acolhimento de idosos originários de cidades vizinhas, desde que haja uma justificativa plausível para o referido encaminhamento.

Atualmente, possuem parcerias com o município no que tange às formas de manutenção da entidade, visto a questão da filantropia e do aumento considerável de idosos residentes.

Nessa instituição, há uma forma diferenciada de atendimento, pois a casa possui 17 (dezessete) espaços coletivos e 10(dez) casas individuais dentro do terreno do antigo “Asilo”, pois ainda é assim denominado.

Nessa instituição, contaram como integrantes dessa pesquisa os idosos denominados nesse trabalho como I 10 a I20 (Idosos de 10 a 20), totalizando 11(onze) participantes.

Contrariando a ideia de velhice passiva e improdutiva, nesse ambiente os idosos se percebem promovidos enquanto sujeito de direitos em diversos momentos, salientando o desejo da equipe de atuação em fazer valer o que preconiza o Estatuto do idoso quanto à promoção dos idosos em todas as dimensões.

As casas individuais possuem capacidade em acolher 4 (quatro) idosos por residência, sendo que há algumas com apenas 2 (dois) moradores, pois a equipe técnica entende que a individualidade e a identidade dos idosos precisa ser preservada diante das atuais preconizações legais.

A equipe técnica que atua nessa instituição é composta por um assistente social, um enfermeiro e duas técnicas de enfermagem, uma psicóloga, um nutricionista, um médico, um educador físico, um fisioterapeuta e um terapeuta ocupacional, os quais atendem a demanda de idosos residentes de acordo com as necessidades que vão emergindo ao longo da vida cotidiana.

Salientamos que a instituição possui, por meio de seus pares de atuação, articulação com a Prefeitura e a sociedade como um todo, baseando-se no desenvolvimento de projetos e oficinas de diversas origens para promover o bem-estar e a qualidade de vida de seus moradores.

Nessa instituição, os idosos são motivados de maneira incisiva a possuir certa autonomia na medida do possível, desde que não os coloque em situação de risco. Assim, observamos que há grande participação dos idosos em atividades da vida cotidiana, inclusive há o fomento entre os próprios idosos em contribuir com o bom andamento da casa, destacando-se o sentimento e a ideia de família, mesmo que seja uma família de amigos.

A interação constante entre os moradores nos espaços coletivos ocorria de maneira natural, pois os mesmos tinham liberdade para realizar suas atividades, respeitando-se as limitações dos mesmos.

A casa contará posteriormente com o trabalho de uma profissional da Pedagogia, (segundo relato dos profissionais da equipe técnica durante conversa com a pesquisadora), a qual fará trabalho focado na educação permanente dos mesmos, necessária diante de um ambiente institucional.

A iniciativa em trazer tal profissional a atuar na instituição, segundo relatos dos profissionais e dos próprios idosos nos momentos em que estiveram junto da

pesquisadora, foi incisivo no sentido de valorizar algum trabalho pedagógico a ser desenvolvido na instituição que os promova e os permita aprender continuamente.

Num ambiente institucionalizado, os sujeitos vão perdendo sua identidade quando não há nenhuma atividade que rejeite essa ideia de coletividade em todos os momentos do dia. Assim, é muito importante se considerar o fato de que, mesmo num espaço de vivências coletivas, há como se preservar a subjetividade de cada personalidade, desde que haja interesse para isso. Em outras palavras, nas instituições de acolhimento é necessário que se promova constantemente a participação ativa dos sujeitos, valorizando suas particularidades, bem como oportunizando-os a exprimir seus desejos, suas vontades, e dessa forma, sua individualidade.

O idoso é um sujeito que possui grandes vivências, e mesmo com uma situação de fragilidade social, há muito que se fazer no sentido de respeitar e incitar suas capacidades e potencialidades. Para isso, a educação é decisiva na promoção dos mesmos em todas as formas peculiares de se manifestar.

Mesmo em um ambiente coletivo pode haver a preservação individual de seus moradores, visto que há vínculos rompidos mas há também a efetivação de novos vínculos, e todos os residentes possuem suas maneiras individualizadas de pensar e de perceber a sociedade que os cerca. A educação social poderá ser uma grande promotora das potencialidades existentes nos indivíduos bem como poderá descobrir novas formas de perceberem sua nova realidade.

A Instituição C, também localizada num município da região sudeste do Paraná, possui um total de aproximadamente 45.000 (quarenta e cinco mil) habitantes, possuindo no momento da realização da pesquisa 75 (setenta e cinco) moradores na casa, sendo 30 (trinta) mulheres e 45 (quarenta e cinco) homens.

A instituição possui funcionamento desde o ano de 1945, tendo como razão social uma entidade de cunho filantrópico. Atendia, inicialmente, pessoas que não dispunham condições de viver sozinhas ou ainda que viviam em situação de risco e vulnerabilidade social perambulando pelas ruas.

Essa instituição em específico possui uma particularidade bastante interessante, que se encontra na questão de que muitos de seus moradores não são necessariamente idosos, ou seja, pessoas com sessenta anos ou mais, e sim, pessoas que não tinham onde viver.

Os residentes advêm do próprio município bem como de outros quatro municípios, próximos da região e que possuem convênio com a instituição. Dessa forma, há uma parceria entre os mesmos, evitando que algum idoso de outra cidade não receba o atendimento necessário em razão da falta de condição do local onde reside.

Quanto à sua estrutura, podemos citar que a casa possui espaços coletivos de convivência, de alimentação, e dormitórios que acolhem três pessoas por espaço. Mesmo com todas as dificuldades apresentadas e observadas no decorrer da pesquisa, foi interessante constatar o quanto, na medida do possível, se busca a promoção da individualidade de seus moradores, ainda que, pelo número de acolhidos, haja muita dificuldade nesse tipo de trabalho.

A equipe técnica conta com uma assistente social, uma nutricionista, uma médica, uma enfermeira e dois técnicos de enfermagem, cuidadores, motorista, cozinheira e auxiliares de serviços gerais, além de uma professora alfabetizadora. Constatamos que os profissionais possuem uma boa interação com os idosos, tanto em relação aos cuidados necessários de seus moradores quanto ao seu processo de socialização.

A entrada da professora alfabetizadora foi uma demanda que se percebeu necessária pela própria equipe técnica devido ao desejo dos idosos em prosseguir seus estudos bem como da situação de analfabetos.

A chamada Oficina de Alfabetização, segundo a equipe técnica de atendimento, funciona semanalmente num dos espaços da casa, com atividades de leitura e escrita, basicamente, mas focado também na promoção dos idosos enquanto sujeitos de direitos individuais, os quais precisam saber ou voltar a ler no ambiente. Foi observado que há muito estímulo à leitura em outros momentos, e apesar da dificuldade de visão dos idosos, os mesmos gostam muito dessa atividade. Há um espaço coletivo na casa onde existem livros disponíveis para leitura, e assim, os mesmos podem realizar leituras sempre que desejarem, como um hábito natural e saudável. Muitos idosos deixaram evidenciar o carinho e o valor que atribuem à professora que trabalha com eles, relatam que é como se voltassem no tempo e tivessem uma nova oportunidade.

Observamos que os idosos são promovidos de forma incisiva na questão de sua autonomia, tanto que alguns contribuem com o próprio funcionamento da casa, saindo para pagar contas da residência, como, por exemplo, boletos de contas de

água e de luz, vão ao supermercado comprar frutas e verduras, além de que se quiserem, podem ajudar nas atividades da vida cotidiana, pois segundo a assistente social da casa, os idosos relatam que quando auxiliam nas atividades domésticas se sentem mais próximos da realidade de um lar.

As demandas de idosos da instituição são provenientes de demanda livre, ou seja, ocorreram por parte das próprias famílias ou pela procura deles mesmos, quando percebiam que não mais possuíam condições em continuar a residir sozinhos.

Nessa instituição, chamaremos os integrantes da coleta de dados de I21 a I30 (Idosos 21 a 30).

3.3 IDOSOS (SUJEITOS DA PESQUISA) E INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: CONTRADIÇÕES NO CAMPO DE PESQUISA

Para que a pesquisa pudesse se estruturar a partir do delineamento de seus instrumentos que possibilitaram a coleta de dados, partimos do pressuposto de que havia necessidade de se proceder, além das observações diretamente com os sujeitos pesquisados, a organização dos dados coletados a partir do trabalho realizado com os grupos focais.

Assim, os dados coletados foram organizados observando-se os 30 (trinta) sujeitos oriundos das três instituições pesquisadas, selecionados para a composição da pesquisa por meio de seus descritores, que, na verdade foram se direcionando quando o diálogo ocorrido nos referidos grupos trouxe à tona para a pesquisadora dados essenciais para se obter uma análise do objeto maior de estudo que é, nessa pesquisa, o idoso institucionalizado e a interferência da educação nesse processo.

O grupo interativo realizado requer para sua execução, a organização de um roteiro a ser explorado, e esse roteiro deve preconizar os principais objetivos da coleta de dados, com ênfase no que se pretende conhecer/observar as respostas dos sujeitos face ao objeto de pesquisa e de tudo que pode contribuir na análise.

Dessa forma, dentre outras questões observadas junto aos sujeitos pesquisados, selecionamos as que tiveram maior subsídio metodológico e maior possibilidade de visualizar com clareza e riqueza de detalhes os dados que a compõe.

Quanto ao tempo de acolhimento, os mesmos são muito variáveis e não há a possibilidade de se estabelecer uma média, visto que cada caso possui suas particularidades e as mesmas surgem articuladas a outros fatores, como, por exemplo, a necessidade de receber os cuidados necessários na vida cotidiana desde que não há condições de se efetivar isso em seu ambiente de origem.

De maneira geral, observamos que a maioria dos idosos pesquisados gostam do ambiente em que vivem, questão amplamente percebida pelos relatos dos mesmos, tanto nos grupos como em espaços onde pudemos dialogar sobre demandas espontâneas que os mesmos insistiam em falar separadamente.

Destaca-se que, em muitos momentos apontaram que a casa mudou no decorrer dos anos e que nesse momento possuem mais qualidade de vida, principalmente quando da entrada de profissionais técnicos que atendessem todas as suas necessidades. Assim, pudemos observar que os mesmos estavam se referindo aos assistentes sociais, psicólogos, profissionais da saúde e da educação que passaram a atuar junto das instituições, fazendo com que o olhar passasse de assistencialismo para atendimento integral.

Mesmo numa instituição de longa permanência, é possível que se promova seus sujeitos, pois a individualidade precisa ser preservada, ainda que de maneira sensível, devido a todas as dificuldades de funcionamento das casas, principalmente os de ordem financeira.

Em cada instituição, foram realizados dois grupos focais, pois um somente não foi possível devido às demandas que surgiram para discussão e a dificuldade de expressão de alguns idosos que falavam pausadamente e em ritmo lento.

Nesse ensejo, foi questionado aos participantes dos grupos para que respondessem o porquê estarem acolhidos e se os mesmos compreendiam as razões do referido processo de acolhimento.

Entre todas as razões do acolhimento institucional foram elencadas quatro possibilidades destacadas abaixo (por tabela e gráfico), e de acordo com as respostas dos participantes, o que se constatou como principais razões de estarem nas instituições foram a ausência da família e o abandono, essa última de ordem grave quando se trata, por exemplo, de um idoso em situação de dependência física ou de outra ordem.

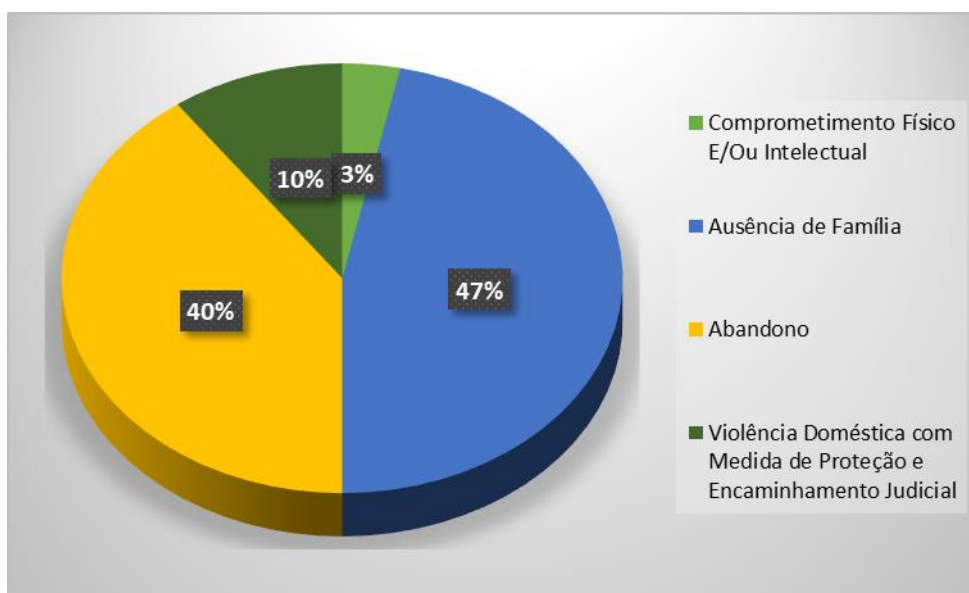
TABELA 1: Razões do Acolhimento Institucional

MOTIVOS	SUJEITOS	PERCENTUAL
Comprometimento Físico E/Ou Intelectual	1	3,33%
Ausência de Família	14	46,66 %
Abandono	12	40 %
Violência Doméstica com Medida de Proteção e Encaminhamento Judicial	3	10 %

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2019

Em muitos casos, constata-se situações de abandono e ausência de família, que conforme observamos totaliza um percentual de 86%, mas mesmo assim, muitos almejavam receber visitas de seus familiares, tal como a fala de um idoso que reclamava a ausência da família *“Gostaria muito que meus filhos viessem me visitar mais vezes, porque só no Natal demora muito”* (I6-idoso 6).

Para os mesmos, é inevitável que haja certa fragilidade nos vínculos, mas seria muito importante a visita dos familiares, pois os mesmos se sentem valorizados quando são lembrados.

GRÁFICO 1: Razões do Acolhimento Institucional (valor amostral total = 30)

Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

De acordo com as respostas dos participantes bem como das observações realizadas junto do grupo, é comum nos núcleos familiares dos idosos acolhidos a existência de conflitos constantes decorrentes da situação de vulnerabilidade emocional, física ou intelectual acometida pela velhice, e isso pode ter ocasionado

certamente as decisões das famílias em deixar seus idosos nas entidades estudadas. Conforme podemos observar, é inevitável que constatemos que ainda existem muitos idosos que não possuem familiares, ou ainda, quando os possuem, os mesmos não dispõem de condições de prover os seus cuidados.

O abandono certamente não pode ser naturalizado, pois a sociedade na atualidade dispõe de dispositivos legais que de certa forma deveriam garantir os cuidados necessários para uma velhice saudável e de qualidade. No entanto, temos que considerar as demais situações em sua totalidade, pois de nada adiante permanecer o idoso em seu meio familiar quando não há disponibilidade em proceder aos cuidados necessários e o atendimento de qualidade às suas demandas.

Muitos idosos participantes da pesquisa verbalizaram que são solteiros, porque tiveram uma vida muito recatada e não saíam de suas casas, a não ser para trabalhar, e isso comprometeu suas possibilidades de conhecer e se relacionar com alguém, pois um dado que nos chamou atenção foi os idosos (as) solteiros (as) e que depois da morte dos pais não tiveram mais convivência familiar com seus parentes que compõe a estrutura da família extensa.²⁵

Ainda, apresentaram-se os casos em que o próprio idoso (a) decidiu junto aos familiares pela institucionalização, devido à fragilidade dos vínculos familiares e situações constantes de conflitos no seio familiar. Destacamos que o processo de desenvolvimento de grupos com idosos institucionalizados requer muita perspicácia do pesquisador em gravar e/ou anotar as contribuições dos participantes, até pelo receio que muitos possuem em relatar suas experiências de vida.

A maneira mais delicada de acolhimento se dá pelo percentual apresentado quanto à questão de violência doméstica de várias formas e que são promotores de uma situação em que os próprios sujeitos acabam considerando que o ambiente familiar não é o mais saudável e garantido para um envelhecimento de qualidade e com garantia de sua integridade física e intelectual. Assim, podemos citar que o processo de acolhimento por demanda de violência e com encaminhamento judicial é realizado mediante denúncia anterior de parente ou pessoas próximas das

²⁵ Entende-se por **família extensa** ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente/idoso convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Fonte: www.normaslegais.com.br

situações em que a pessoa idosa é encontrada em situação de vulnerabilidade social ou violação de direitos propriamente ditos.

Vale ressaltar que a Medida de Proteção Judicial com encaminhamento para acolhimento em instituição de Longa Permanência é a última atitude a ser tomada inclusive pelos Órgãos de Proteção, tais como Ministério Público e Judiciário, pois anteriormente a essa decisão procura-se todas as possibilidades de encaminhamento a outro ambiente familiar que não aquele onde se desencadeou a violência, buscando sempre a manutenção dos vínculos familiares ou a sua reestruturação. Portanto, para esse feito as famílias e a sociedade como um todo podem contar com o apoio de setores públicos como o CREAS.

Se observarmos os estudos e teorias focadas na área social, acreditamos que toda pessoa, idosa ou não, gostaria de envelhecer no seio familiar, pois há uma diferença entre poder optar por um tipo de vivência e não possuir outra escolha, sendo a única opção o acolhimento institucional.

Salientamos que, quando não é possível permanecer no núcleo familiar, a situação de acolhimento ainda é uma das melhores alternativas para garantir o atendimento integral das necessidades de cada sujeito.

Assim, outro fator que foi investigado durante a realização dos grupos foi como os sujeitos pesquisados percebiam o espaço de acolhimento institucional, valendo-se da premissa de que se trata de Instituições de Longa Permanência, as quais possuem suas particularidades, inclusive no que tange aos espaços de cada uma delas bem como das atividades que são desenvolvidas.

As respostas foram coletadas e analisadas de maneira mais precisa questionando os idosos e idosas residentes nas casas de acolhimento, e reforçando/retomando as respostas quando as mesmas geravam alguma dúvida. Assim, mesmo que com palavras e pronunciamentos diferentes, foram organizadas as falas dos (as) idosos (as) a partir de seus relatos, gerando as três situações, expostas na Tabela 2, e no Gráfico 2 a seguir delimitados.

Desse modo, observamos a demanda de respostas dos idosos, visto que, segundo a tabela abaixo, conseguimos acoplar os dados e constatamos que, em sua maioria, um percentual considerável almeja da instituição um lugar onde

encontra cuidado, certamente pela ausência dos mesmos em suas vivências anteriores.²⁶

TABELA 2: Percepção dos sujeitos pesquisados (idosos) sobre o espaço de Acolhimento Institucional (Instituição de Longa Permanência) em que residem

MOTIVOS	SUJEITOS	PERCENTUAL
Um Lar, Um Lugar em Que se Constrói uma Família	5	16,66 %
Espaço para descansar	8	26,66 %
Lugar Onde Existe Cuidado	17	56,66 %

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2019

GRÁFICO 2: Percepção dos sujeitos pesquisados (idosos) sobre o espaço de Acolhimento Institucional (Instituição de Longa Permanência) em que residem



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

O idoso geralmente gosta de compartilhar suas vivências, suas experiências e deixar-se levar pelas lembranças que os acompanharam ao longo de suas vidas, porém, os idosos institucionalizados, são, em sua maioria, mais frágeis em suas relações sociais, tanto que os mesmos no início do trabalho de coleta de dados

²⁶ Vale destacar que a análise apresentada foi baseada em inúmeros relatos dos (as) idosos (as) em razão da realização dos grupos com objetivo de coleta de dados, e muitas vezes foi necessário retomar a mesma questão por muitas vezes buscando com isso maior precisão no que de fato gostariam de verbalizar.

tiveram um pouco de resistência em responder algumas questões, pois se relacionava com sua vida e as relações familiares principalmente.

O que percebemos na verdade foi uma situação de fragilidade e vulnerabilidade em relação aos seus relatos de vida, pois quase sempre remontavam à ideia de lembranças negativas em razão de sua entrada no ambiente de acolhimento.

Conforme se destaca, é notável a demanda que busca cuidados e proteção, além dos que deixaram evidente a ideia de que nos espaços onde residem constroem uma nova família, não biológica, mas sim, uma família formada por novos laços afetivos, os quais se consolidam partindo da necessidade dos mesmos em estabelecer novos vínculos afetivos.

Dessa maneira, a maioria dos idosos reclamaram, ao longo da coleta de dados, a ausência dos familiares nas casas em que residem, alegando que poderiam visitá-los sempre que pudessem, mas que temem os mesmos solicitarem o retorno às famílias.

O fato da ausência das famílias nas casas foi uma situação que se visualizou nas três instituições, sendo que aproximadamente 75% dos idosos participantes da pesquisa não recebem visitas dos familiares, nem mesmo em datas especiais, como Natal Ano Novo, Páscoa e aniversário.

Vinte e quatro idosos demonstraram grande mágoa em não serem lembrados pelos familiares, ainda que muitos deles residam no mesmo município em que as famílias.

A questão do abandono dos idosos pela família é questão de destaque nas três instituições, alguns verbalizam em suas falas que parece que o fato de terem um lugar para residir é fator decisivo e não remete mais nenhuma responsabilidade dos familiares em relação aos seus cuidados, nem sequer a visita, ainda que se busque promovê-la pelos integrantes das equipes profissionais, tais como os assistentes sociais e psicólogos.

Eu queria muito que minha família, qualquer um deles viesse me visitar por vontade própria, que ao menos lembrassem que eu existo (I6-Idoso 6)

É muito importante que nossas famílias venham nos visitar e percebam que precisamos da atenção deles, mas nem sempre eles acham tempo para virem aqui (I8-Idosa 8)

A questão do idoso ser acolhido numa Instituição de Longa Permanência já aponta a fragilidade dos vínculos familiares, pois há casos em que, segundo relatos dos profissionais, existiam possibilidades de o idoso permanecer no meio familiar, porém, a família prefere que seus cuidados sejam transferidos para uma instituição.

Apenas 27% dos idosos, oito deles, citaram a questão de almejam ali um espaço para descansar, conforme o gráfico observado, sendo que dessa demanda 100% (cem por cento) está acometido por algum problema de saúde que os limita e que os faz querer permanecer ali para descansar, ressaltando em suas falas que já trabalharam muito ao longo de suas vidas e que nesse momento necessitam que alguém os cuide.

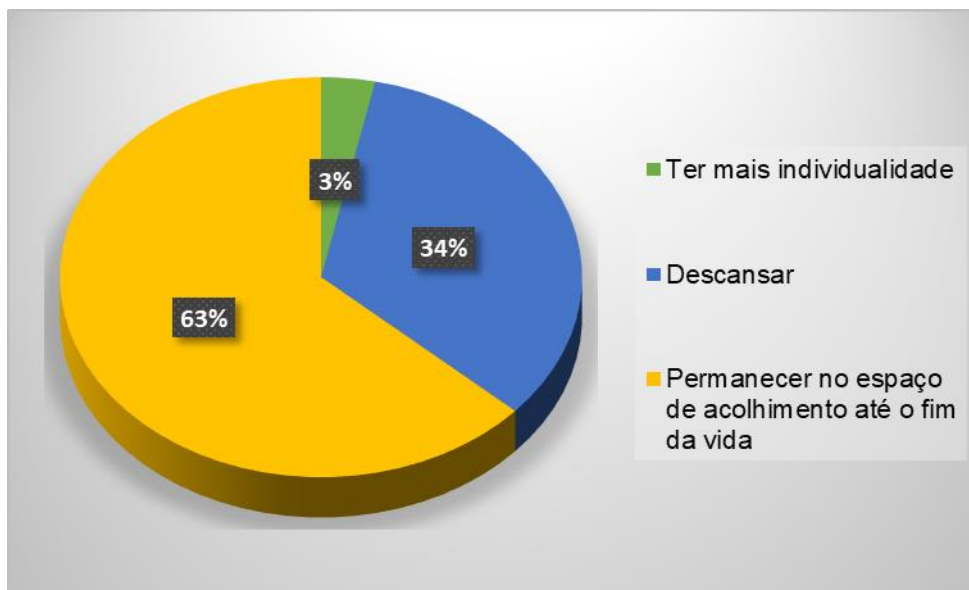
Outro tema que foi abordado junto dos idosos se refere às suas perspectivas em relação aos espaços das Instituições de Longa Permanência, e como os sujeitos pesquisados pensam e sentem em relação aos espaços de convivência no acolhimento.

TABELA 3: Perspectivas dos Idosos nos Espaços das Instituições de Longa Permanência

MOTIVOS	SUJEITOS	PERCENTUAL
Ter mais individualidade	1	3,33 %
Descansar	10	33,33 %
Permanecer no espaço de acolhimento até o fim da vida	19	63,33 %

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2019

GRÁFICO 3: Perspectivas dos Idosos nos Espaços das Instituições de Longa Permanência
(valor amostral total = 30 sujeitos)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Conforme podemos observar, a grande maioria dos idosos participantes da pesquisa veem na instituição um local seguro para viver, ou seja, 63% (sessenta e três por cento, 18 idosos), pois no decorrer da coleta de dados observamos que há muita insegurança por parte deles no que tange ao futuro, e o acolhimento de certa forma lhes insere num universo um pouco mais de segurança em relação às suas perspectivas para o futuro.

Ainda, há aqueles que reforçam a questão do descanso, totalizando um percentual de 34% (trinta e quatro por cento, 10 idosos), visto à exploração que sofreram ao longo de suas vidas em relação às suas atividades laborativas, pois em sua maioria realizaram trabalhos que exigia dos mesmos uma dedicação muito grande de tempo e de esforço físico mesmo, visto que em sua maioria desempenharam atividades que usavam muito da força física.

Por essas e outras razões, tais como a pobreza e o sofrimento que muitos viviam no seio familiar, observamos ao longo das atividades de pesquisa, que os idosos se sentem seguros quanto ao futuro de suas vidas, reafirmando várias vezes e com propriedade a necessidade de continuarem a residir na instituição devido às situações mais adversas que vivenciaram anteriormente ao processo de acolhimento.

Conforme observado no gráfico acima, uma pequena parcela da população residente nas casas pesquisadas alega que gostariam de um pouco mais de

individualidade- 3% (três por cento), visto que a maioria dos espaços de que utilizam são de cunho coletivo, visto que a demanda de pessoas idosas acolhidas é relevantemente grande em proporção à estrutura das casas.

É o que observamos quando tratamos de Instituições de Longa Permanência apresentadas no segundo capítulo e que fazem referências em relação às questões da preservação da identidade dos sujeitos em processo de institucionalização.

Um fato que foi importante nesse processo ocorreu quando os idosos pesquisados, em sua maioria, aproximadamente 90% (noventa por cento, 27 idosos) demonstraram grande afetividade em relação às pessoas que os cuidavam, tanto dos cuidadores residentes como em relação às equipes técnicas de atendimento, pois se observou grande vínculo entre os mesmos e segurança quanto às orientações que precisavam nas atividades da vida cotidiana, salientando que os idosos participantes dessa pesquisa gozavam de autonomia na elaboração e compreensão das respostas solicitadas pela pesquisadora.

Outro dado de extrema relevância se deu quando os mesmos foram questionados sobre o que mais gostam de fazer nos espaços da instituição, das atividades que são realizadas no interior das casas. Assim, a tabela e gráficos a seguir apontam que os mesmos deram respostas bastante alternativas, baseadas na individualidade dos sujeitos em tela.

Chamou-nos a atenção o fato de que a maioria dos participantes das três instituições demonstraram grande alegria em relatar o quanto gostam de contribuir com as atividades domésticas das instituições, 43% (quarenta e três por cento, 12 idosos) dos pesquisados deixaram evidenciar o quanto se sentem felizes quando são úteis na vida cotidiana. Alguns sujeitos demonstraram satisfação em responder a essa questão, inclusive exemplificando como contribuem nas casas, como, por exemplo, ajudando a cozinhar, a lavar ou enxugar louça, a arrumar os dormitórios, e alegam que essas atividades lhes dão prazer porque os lembram de quando viviam em suas casas.

A vivência e a convivência numa Instituição de Longa permanência exigem de seus moradores certa paciência em relação aos costumes anteriores ao acolhimento, pois como se trata de um ambiente coletivo, ainda que se tente preservar a individualidade, nunca substituirá um lar propriamente dito no meio familiar de cada um.

TABELA 4: Relação das atividades de preferência dos idosos nos espaços das ILP (Instituições de Longa Permanência) pesquisadas (valor amostral total = 30 sujeitos)

MOTIVOS	SUJEITOS	PERCENTUAL
Oficina de Alfabetização	5	16,66 %
Oficina de Artes Plásticas	4	13,33 %
Grupos de Oração	5	16,66 %
Auxiliar nas atividades domésticas	13	43,33 %
Oficinas Externas no CRAS (Centro de Referência em Assistência Social)	3	10 %

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2019

Tiveram destaque as atividades de oficina que são realizadas no interior das instituições, visto que as mesmas oferecem aos acolhidos uma maneira de se relacionar com a sociedade, além de que os promove individualmente. Numa instituição em específico, há o trabalho voluntário de uma professora aposentada e alfabetizadora que promove para os mesmos o que eles denominam de Oficina de Alfabetização, ofertada para todos os que não puderam estudar e/ou não concluíram o Ensino Fundamental I, objetivando a educação permanente dos mesmos, citada nos capítulos anteriores.

Em relação a essa oficina, percebemos em seus relatos o quanto dão importância, pois,

“a professora ajuda com muita paciência a gente voltar a ler, e eu me sinto importante, parece que estou voltando para a escola”. (I8- Idosa8)

“as dificuldades de permanecer na escola na época em que eu estudava me fizeram deixar de estudar, mas agora eu posso participar da aula dessa professora aqui no Abrigo”. (I5-idoso 5)

Ainda, destacamos a Oficina de Artes Plásticas, desenvolvidas em duas das instituições pesquisadas, e que despertam a criatividade e a potencialidade de seus acolhidos, pois muitos demonstraram interesse em aprender o que chamaram de “coisas novas”, em outras palavras, demonstraram interesse em serem oportunizados a desfrutar de atividades diferentes que muitos nunca tiveram acesso ao longo de suas vidas, por razões adversas que vão desde as questões de ordem

financeira até a dificuldade de locomoção devido à sua grande maioria residir em meio rural quando do período escolar.

“não queria ter abandonado a escola, mas meu pai me bateu muito e não deixou que eu continuasse. Falou que eu precisava continuar indo para a roça e que meus irmão menores precisavam ter o que comer em casa. Aí eu não fui mais para a escola”. (I24-Idosa24)

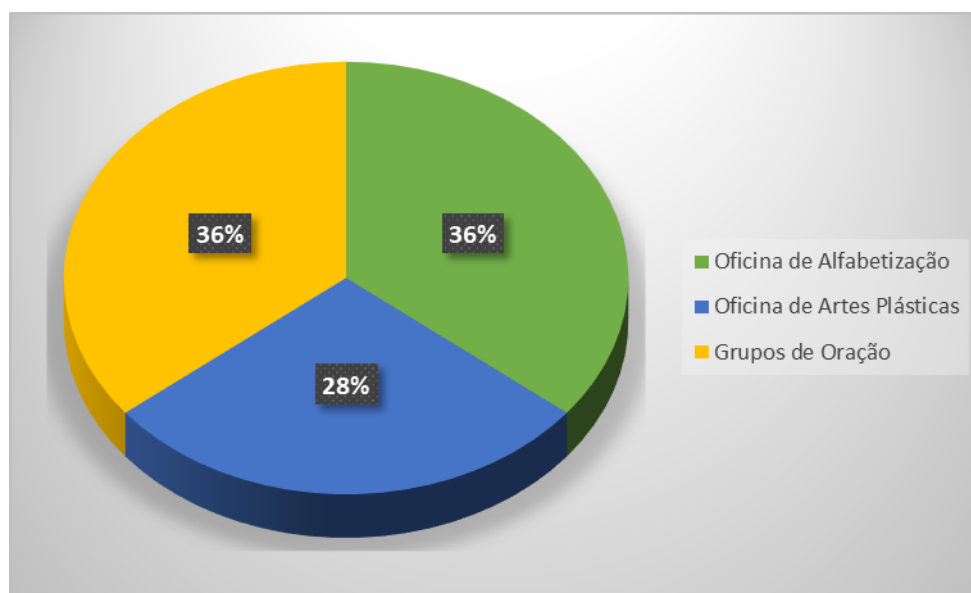
“eu gostava de andar para a escola, e é uma das coisas que mais eu sinto falta do meu passado. Talvez se eu tivesse me formado, hoje eu estaria em outro lugar, mas a professora que trabalha com a gente no asilo faz com que voltemos no tempo”. (I16-Idoso 16)

Mais de 80% (oitenta por cento, 24 idosos) relatam com muito carinho e apreço as poucas experiências que viveram o pouco tempo em que frequentaram a escola. Destacam experiências positivas que viveram quando eram crianças, e que a escola era uma forma deles se sentirem importantes, visto que as dificuldades de inclusão e permanência eram muitas e que muitas vezes, não tinham oportunidade de permanecer frequentando as aulas, pois precisavam ajudar no trabalho dos pais na lavoura para conseguir sustentar os irmãos mais novos.

Isso nos faz refletir o quanto os idosos e idosas pesquisados nos demonstram que a educação intervém em suas perspectivas de vida, pois segundo suas contribuições, fica evidente a ideia de que poderiam ter vivido de maneira diferente, e que mesmo com muitas dificuldades, poderiam ter tido uma vida mais tranquila e com uma empregabilidade mais rentável. Muitos idosos verbalizaram que não tiveram o emprego, trabalho dos sonhos porque não tiveram a oportunidade de estudar e que agora na velhice não podem custear um cuidador particular.

Isso reflete que a relação entre educação e trabalho, mais uma vez, delimitou as possibilidades de desenvolvimento de suas atividades laborativas, visto que não tiveram a profissão que quiseram, mas a que puderam exercer.

GRÁFICO 4: Relação das atividades de preferência dos idosos nos espaços das ILP (Instituições de Longa Permanência) pesquisadas



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Destacamos uma das instituições em que um grupo pequeno de idosos (quatro idosos) que gozam de certa autonomia física e mental quanto a participarem das oficinas do CRAS, sendo que os mesmos são autônomos para frequentarem os espaços dessas oficinas ofertadas nesse espaço público. Como conseguem se locomover sozinhos, e possuem discernimento necessário para sair da casa de acolhimento, os mesmos frequentam semanalmente tais atividades, destacando em vários momentos o quanto é importante para eles o convívio com outras pessoas fora da instituição, o que é promovido pelos profissionais da equipe técnica do local. Porém, é importante destacar que essas ações ocorrem quando há certa condição por parte dos idosos, pois muitos não possuem condições nem autonomia para frequentar esses locais devido ao próprio comprometimento físico e/ou intelectual.

Um grupo de pesquisados, 36% (trinta e seis por cento) destacou a atividade que denominam de oficina de oração, que na verdade trata-se de uma reunião de origem ecumênica que destaca atividades de reflexão sobre valores e formação humana, bem como relataram que a professora que ministra essa atividade respeita todas as diferenças de crenças.

Outro questionamento que foi realizado durante os grupos deu-se em relação ao nível de escolaridade dos sujeitos em questão, pois a tese em si busca saber quais são as interferências ou não da educação no processo de institucionalização, e constatou-se que, em sua maioria, não sabia ao certo responder até que “série”

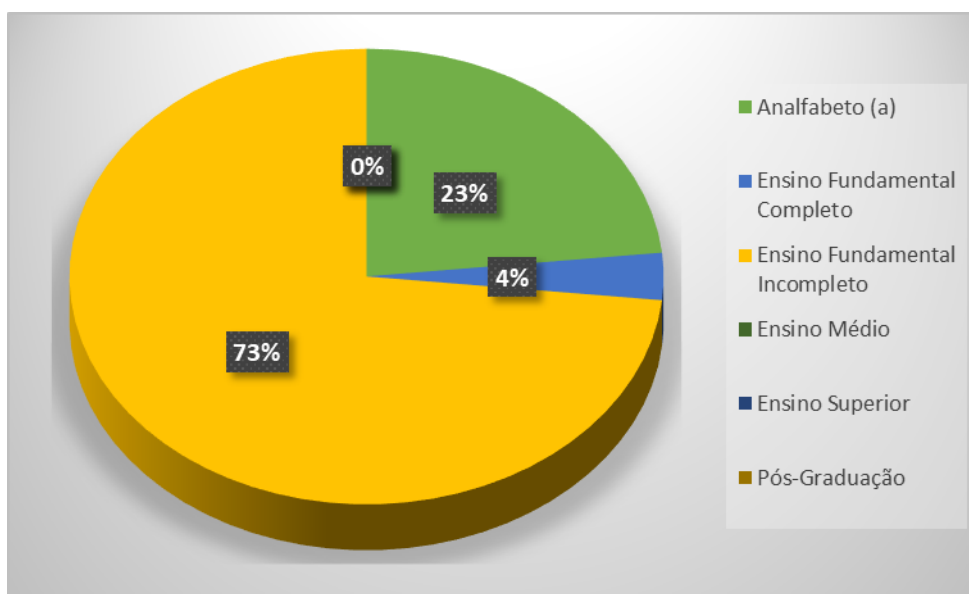
estudou, tampouco possuem documentos que comprovem o nível de escolaridade. Assim, buscamos durante as conversas no grupo focal perceber até que momento da vida escolar eles tiveram oportunidade de estudar. A tabela e gráfico a seguir evidenciam os dados coletados e demonstram que a grande maioria não teve acesso tampouco permanência em instituição escolar, sendo destaque o número de pessoas idosas que frequentaram pouco espaço de tempo numa instituição escolar em idade regular. Ou seja, praticamente 90%(noventa por cento) dos idosos não concluíram o atualmente denominado Ensino Fundamental.

TABELA 5: Nível de Escolaridade dos Idosos Acolhidos

MOTIVOS	SUJEITOS	PERCENTUAL
Analfabeto (a)	7	23,33 %
Ensino Fundamental Completo	1	3,33 %
Ensino Fundamental Incompleto	22	73,33 %
Ensino Médio	0	0 %
Ensino Superior	0	0 %
Pós-Graduação	0	0 %

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2019

GRÁFICO 5: Nível de Escolaridade dos Idosos Acolhidos (valor amostral total = 30 sujeitos)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Nesse momento, os pesquisados foram questionados sobre as razões pelas quais não puderam concluir seus estudos em idade regular, e os mesmos nos responderam que, em sua grande maioria, não puderam frequentar ou prosseguir

seus estudos devido a fatores geralmente ligados às questões da ordem do trabalho, pois a constituição das famílias era considerável e tinham que trabalhar para contribuir com o sustento de suas famílias.

As estruturas familiares se alteraram consideravelmente nos últimos anos, porém, no passado os então idosos da atualidade viveram um outro momento histórico, em que o grande número de filhos exigia que os filhos mais velhos trabalhassem auxiliando os pais nas atividades laborativas, nesse caso, a principal se dava na agricultura.

Ainda, verbalizaram em muitos casos a dificuldade de acesso até às instituições escolares, visto que os que residiam em meio rural não dispunham muitas vezes de acesso e transporte para permanecer estudando.

“não pude estudar do jeito que eu queria, pois, as necessidades de comida dentro de casa eram maiores, eu tinha muitos irmãos e tinha que ajudar meu pai e minha mãe na roça, senão não tinha comida na mesa. (I15-Idoso 15)

“quando eu era novo, queria ser um doutor, um advogado, um dentista, por exemplo, mas o sonho acabou quando a prefeitura cortou o transporte escolar, e onde eu vivia era muito longe da escola, assim, eu e meus irmãos mais velhos não podia mais ir pra escola”. (I7-Idoso7)

“Meu pai tirou eu da escola dizendo que homem de verdade tinha que trabalhar e parar com essa frescura de estudar, isso tinha que deixar para as mulheres que queriam ser professoras.” (I18-Idoso18)

Ainda, as condições materiais de subsistência das famílias lhes exigiam que deixassem os espaços escolares para trabalhar. Assim, os participantes comentaram que consideram que se tivessem a oportunidade de estudar e ter outras profissões, até mais rentáveis, teriam tido maiores oportunidades de trabalho e na atualidade poderiam usufruir de uma vida com maior qualidade e individualidade. Muitos citaram exemplos de pessoas que continuam a residir em suas casas e podem pagar um cuidador particular.

“minha conhecida não precisou vir para o asilo, ela tem dinheiro e pode pagar uma pessoa para cuidar dela, eu não, tenho que morar aqui porque não estudei e não tenho dinheiro pra isso.” (I11-Idosa 11)

“o asilo é muito bom de viver, mas eu gostava de morar na minha antiga casinha, mas eu não posso voltar, porque não posso pagar alguém para me cuidar. Se eu tivesse estudado e fosse professor ou advogado, eu podia”.(I5-Idoso 5)

Certamente as contribuições dos mesmos nos permitem perceber que eles gostam dos espaços em que residem, mas não deixam de lembrar de que poderiam preservar sua individualidade caso tivessem estudado e terem tido outras oportunidades.

Dessa maneira, começamos a perceber uma estreita relação entre educação, trabalho e a influência desta no próprio processo de institucionalização, objeto de estudo desse trabalho de pesquisa.

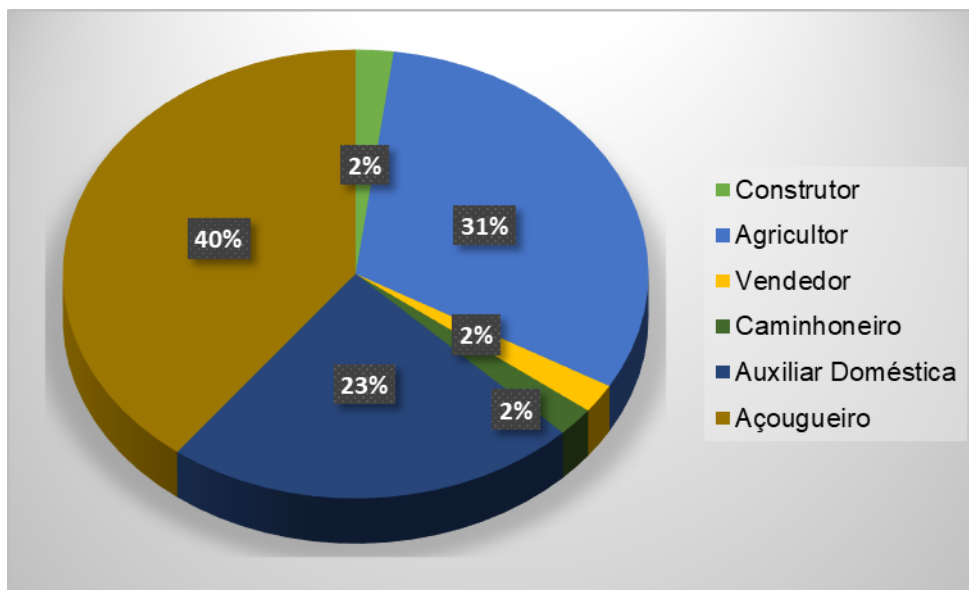
Seguindo a coleta de dados, foram observados também quais seriam as atividades laborativas desempenhadas por esses sujeitos durante suas vidas, em específico anteriormente ao acolhimento, e de maneira surpreendente verificamos que, dentre os trinta sujeitos pesquisados 50% (cinquenta por cento), ou seja, quinze idosos, trabalharam como agricultor ou agricultora, normalmente vinculado à agricultura de pequeno porte ou familiar, seguido de profissionais de auxiliar doméstico, além de um caminhoneiro, um construtor e um vendedor.

TABELA 6: Atividades Laborativas desempenhadas pelos Idosos anteriormente ao Acolhimento Institucional

ATIVIDADES	SUJEITOS	PERCENTUAL
Construtor	1	3,33 %
Agricultor	15	50 %
Vendedor	1	3,33 %
Caminhoneiro	1	3,33 %
Auxiliar Doméstica	11	36,66 %
Açougueiro	1	63,33 %

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2019

GRÁFICO 6: Atividades Laborativas desempenhadas pelos Idosos anteriormente ao Acolhimento Institucional



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Fica evidente que as profissões destacadas pelos sujeitos não exigiram dos mesmos uma formação demasiada qualificada, mas sim, aquela em que os mesmos tiveram a oportunidade de desempenhar de acordo com as condições que supostamente dispunham naquele momento de suas vidas. Nesse ínterim, os mesmos comentaram novamente e enfaticamente que não teriam essa profissão caso tivessem estudado, e muitos deles quiseram contar sobre os planos que possuíam se tivessem estudado. Quarenta por cento (40%) das idosas pesquisadas relataram seu interesse em ter seguido a carreira da docência, que no contexto em que viveram era uma das mais valorizadas.

Alguns disseram que adorariam ter seguido carreira militar, mas que a situação financeira da família não os permitiu. Apenas um caso foi relatado como a profissão desejada, que é a do idoso que seguiu a profissão de caminhoneiro, inclusive afirmando muitas vezes que se pudesse gostaria de continuar viajando, mas a saúde e a idade não o permitem.

“eu queria ter sido militar, era chique na época, a gente tinha respeito por quem era servidor do exército, mas minha mãe disse que precisava de mim para ajudar a criar meus irmãos, aí eu deixei a escola”. (I25-idoso 25)

“como era bonito se arrumar para ir para a escola, a gente até alisava o cabelo para a professora dizer que estava bonito”. (I27-Idoso 27)

Por fim, os integrantes da pesquisa foram questionados sobre qual seria ou foi o maior sonho de suas vidas, e as respostas foram surpreendentes, tal como organizados na tabela e gráficos abaixo.

TABELA 7: Qual foi o maior sonho da vida dos Idosos pesquisados

SONHO	SUJEITOS	PERCENTUAL
Ter uma família	7	23,33 %
Receber visita dos familiares	1	3,33 %
Voltar a trabalhar	22	73,33 %

Fonte: tabela elaborada pela autora, 2019

Tal como observamos na tabela anterior, um percentual considerável de idosos respondeu que gostaria muito de voltar a trabalhar, totalizando 73% (setenta e três por cento) pois associam a questão do trabalho com a saúde, e inevitavelmente com a produtividade.

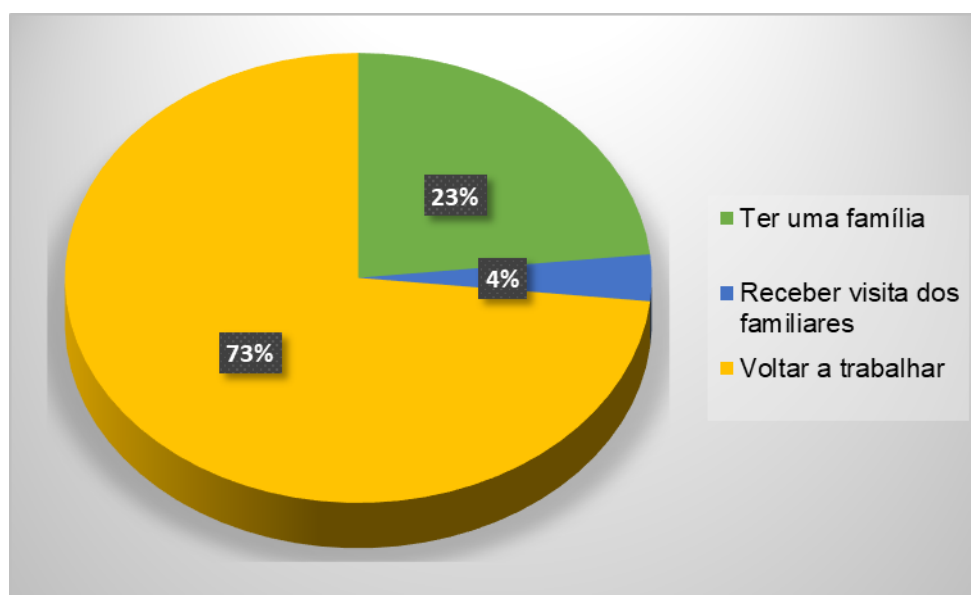
Em sua maioria, apontam que o fato de poderem trabalhar os permite se sentir útil, e a ideia de inutilidade acompanhava muitos deles em suas falas e relatos. Demonstram que pelo trabalho se sentiam valorizados no meio do qual faziam parte.

Três idosos relataram o descaso dos familiares em relação a nunca os visitarem ou sequer saberem como os mesmos se encontram, inclusive por parte de filhos.

“eu gostava de receber visitas de família, mas parece que eles não gostam mais de mim. (I10-Idosa 10)

“Não gosto de falar muito da minha família, porque eu choro, mas eles devem não ter tempo para vir me visitar, senão eles vinham! (I4-Idosa 4)

“Sou grato a Deus por ter tido uma família durante quando pude, mas agora acho que eles trabalham tanto que nenhum pode me visitar”. (I25-Idoso 25)

GRÁFICO 7: Qual foi o maior sonho da vida dos idosos pesquisados

Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Como podemos observar os vínculos familiares dos pesquisados se encontram quase que totalmente rompidos, o que os deixa muito tristes em relação às suas vivências, pois gera sensação de abandono, ainda que possuam no ambiente onde moram relações de afetividades entre todos os moradores.

Assim, essa amostra de dados já nos possibilita perceber que, as relações da educação se fizeram presentes em vários momentos da pesquisa, na qual os participantes nos indicam que suas maiores expectativas de vida, tais como emprego, condições de vida material estão intimamente relacionadas às suas condicionalidades de trabalho e de produção de sua vida material, cujos sonhos se pautam também nas antigas expectativas.

Mesmo num ambiente conforme o pesquisado, reconhecemos a importância da educação na constituição dos sujeitos, pois é da mesma que se estabelecem muitas das formas de relações sociais que se estruturam ao longo de suas vidas. Portanto, é importante que reconheçamos o papel educativo não somente na formação individual dos sujeitos, mas em sua totalidade, ou seja, nos grupos sociais que constituímos ao longo de nossas vidas.

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 2003).

Dessa maneira, o próprio processo de institucionalização atende a uma demanda social, e ainda que obedeçam às preconizações legais e o que estabelece as orientações para seu funcionamento, cada uma delas, a partir de sua demanda de acolhidos, possui sua forma de existir. Dessa maneira, novamente percebemos que as condições da vida material definem também a organização das casas, como uma totalidade.

Para Kuenzer (1998, p.64) a totalidade se caracteriza pela

[...] concepção de realidade enquanto um todo em processo dinâmico de estruturação e de autocriação, onde os fatos podem ser racionalmente compreendidos a partir do lugar que ocupam na totalidade do próprio real e das relações que estabelecem com os outros fatos e com o todo [...].

As relações que se estabelecem diante da realidade vivenciada demonstram o quanto uma instituição precisa dispor de condições de se perceber os seus residentes enquanto sujeitos na totalidade, pois suas vivências, suas histórias se traduzem no grupo, mas conservam sua individualidade perante o mesmo. Em outras palavras, mesmo num grupo estabelecido socialmente, e de convivência contínua, o idoso possui suas particularidades, as quais foram construídas mediante o espaço que ocupam no seu contexto real.

Corroborando com essa perspectiva Netto (2011, p.22), quando afirma em sentido total que “[...] alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, [...] o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou”.

Para se apropriar e compreender o idoso nas suas relações junto ao espaço de acolhimento foi importante se permitir, enquanto pesquisadora, olhar ao seu objeto de estudos como alguém que se despe de estereótipos, de estigmas sociais, de valores previamente estabelecidos diante da sociedade, sendo que às vezes seus pares nem sequer conhecem o contexto do qual traçam seus julgamentos. Assim, o espaço de institucionalização traz consigo muitas questões que se

estabelecem nas relações sociais dos sujeitos em seu interior, e que somente são possíveis de se observar quando do contato direto com a realidade total.

Nas épocas anteriores da história, em quase todos os lugares, encontramos sociedades estruturadas em vários segmentos, em uma hierarquia diferenciada das posições dos indivíduos. Na Roma antiga, temos patrícios, guerreiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, membros de corporações, artesãos e servos; além disso, em quase todas essas classes, novas subdivisões. A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas (MARX, 2011, p. 9).

É muito importante encontrar e trabalhar com as categorias do método, ou categorias analíticas, pois as mesmas permitem que percebamos a contextualizar a vida material no meio social em suas múltiplas facetas bem como em sua generalidade, relacionando o homem em suas variadas relações.

Dessa maneira, “[...] assim como do movimento dialético das categorias simples nasce o grupo, do movimento dialético dos grupos nasce a série e do movimento dialético das séries nasce todo o sistema” (MARX, 1982, p. 105).

A vida em sociedade incita o movimento, as diferenças, as vivências nas relações sociais, e essas correspondendo a fatores que se exprimem na materialidade da vida humana. Para Cury (1985, p.22)

[...] não são formas puras que dão conta de toda e qualquer realidade para todo o sempre. Elas são relativas, ao mesmo tempo, ao real e ao pensamento, ou seja, a todo o movimento no real e no pensamento. Daí o fato de tanto pertencerem ao campo do conhecimento, quanto indicarem os aspectos objetivos do fenômeno. As categorias, pois, só se dão como tais no movimento e a partir de um movimento. Consideramos isoladamente, tornam-se abstratas. Presentes em todo fenômeno, isolá-las do movimento significa torná-las objetos de contemplação e negá-las como um ponto nodal que tenta expressar, pelo movimento do pensamento, o movimento do real.

Nas instituições pesquisadas, quando da ênfase na educação enquanto fator determinante no processo de institucionalização, estamos tratando de um dado real, que se exprime não somente pelas verbalizações dos idosos, mas sim, pelas maneiras que viveram e adquiriram suas experiências.

[...] As categorias são *históricas* e *transitórias*: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado). [...] para Marx “a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção” – vale dizer: a mais *complexa* de todas as organizações da produção até hoje conhecida [...]. (NETTO, 2011, p.46 – grifo do autor).

Vale destacar que para Marx (1982) a teoria não se separa do método, mas existem em relação à historicidade que as integra em cada espaço. Assim, os homens tomam consciência de sua existência pela vida material, e as categorias não se separam, elas possuem um elo invisível que as faz serem complementares umas às outras dando sentido à realidade social.

Nas instituições pesquisadas, tem destaque nesse método de análise a categoria contradição, pois ainda que dentro dos espaços das mesmas os profissionais demonstrem grande empenho em fazer o possível para promover os idosos em suas relações sociais, há uma enorme contradição entre o que preconiza a legislação, o desejo dos profissionais e dos idosos e as condicionalidades que interferem diretamente nas ações efetivamente possíveis de serem concretizadas.

Destacamos que a categoria contradição é a qualidade da própria dialética, da totalidade, e ainda, somente há contradição quando existe movimento, o que é imprescindível, pois a própria realidade social é contraditória. Nesse sentido, contribui com essa discussão o posicionamento de Cury (1985, p. 30),

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura.

Dessa maneira, observamos que o movimento existente e necessário nas instituições pesquisadas é também de enfrentamento, tanto para suprir as mazelas expostas pelos idosos residentes, tanto pelas maneiras de se estabelecer formas de contrapor às contradições existentes e relacionadas às demandas por exemplo de ordem financeira.

Sabemos que o movimento social é constante, e por isso, já incita mudança e luta em prol daquilo que se faz necessário para melhorar a vida dos acolhidos.

Numa sociedade capitalista, é necessário que se busque a constante luta em busca de melhorar as condições de vida dos menos favorecidos e principalmente aqueles que estejam em situação de vulnerabilidade social, buscando o avanço social.

Ainda de acordo com Cury (1985, p.33)

Na sociedade capitalista, o movimento se dá em consequência do desenvolvimento das contradições que existem em seu seio. Tais contradições se revelam no papel motor da luta de classes na transformação social. É através deste jogo pugnativo que a sociedade avança.

Assim, não basta a existência de certa estrutura nos espaços sociais, é preciso que os mesmos possam gozar de possibilidades de ação em prol da melhor qualidade no atendimento. Dessa forma, o movimento da sociedade é permanente, e esse desencadeia a luta de classes, a qual é imprescindível para atingir a transformação social.

Assim, essa pesquisa destaca a questão da totalidade relacionada com a contradição, pois somente há totalidade por existir contradição. Assim, ambas as categorias nos permitem compreender de maneira mais precisa o real, onde o todo supera as partes, e ambos permanecem periodicamente em construção. Importante destacar que não existe totalidade acabada, justamente porque ela surge na dinâmica das relações sociais, sempre em movimento.

Cury (1985, p.35) contribui com essa afirmativa quando

Na totalidade, cada realidade e cada esfera dela são uma totalidade de determinações, de contradições atuais ou superadas. Cada esfera da realidade está aberta para todas as relações e dentro de uma ação recíproca com todas as esferas do real. Mas a totalidade sem contradições é vazia e inerte, exatamente porque a riqueza do real, isto é, sua contraditoriedade, é escamoteada, para só se levarem em conta aqueles fatos que se enquadram dentro de princípios estipulados a prior. A consideração da totalidade sem as contradições leva a colocar a coerência acima da contradição. Nesse caso, o objeto de conhecimento ganha em coesão e coerência, em detrimento, porém, do que há de conflituoso nele. E o privilegiamento da contradição revela a qualidade dialética da totalidade.

Concluindo, as categorias citadas foram importantes no montante de toda a análise do trabalho, pois proporcionaram a possibilidade de considerá-los de forma totalitária, e intimamente relacionada, dialeticamente organizada, pois “[...] o conceito de totalidade, implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode vir a ser compreendido como um momento definido em relação a si e em relação aos outros fenômenos, igual e indistintamente”.(CURY 1985 p, 36).

CAPÍTULO IV

A PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES QUE ATUAM NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: RELATOS, ANSEIOS E DESAFIOS

Uma pessoa permanece jovem na medida em que, ainda é capaz de aprender, adquirir novos hábitos e tolerar contradições (MARIE VON EBNER)

Diante das atuais demandas da sociedade contemporânea sobre a situação dos idosos, bem como vimos nos capítulos anteriores, observamos que existem questões de grande importância a serem discutidas e valorizadas no ambiente de institucionalização, tal como o atendimento integral aos acolhidos.

Nesse sentido, é oportuno discutir sobre a estrutura profissional ofertada nas instituições de acolhimento, que, em tese, precisa atender as demandas de cada realidade, sendo que cada sujeito traz consigo as necessidades de suas condições de acolhida e de permanência na instituição.

Sendo assim, cada local precisa atender seus idosos de acordo com as demandas que os mesmos apresentam, obedecendo as condicionalidades de funcionamento das referidas instituições, as quais são preconizadas legalmente e de acordo com as prerrogativas discutidas quanto ao atendimento político e social.

Assim, uma das questões de destaque se encontra no trabalho efetivado pelos profissionais que atuam diretamente com os idosos num contexto geralmente multidisciplinar, que incita junto das equipes a discussão sobre cada caso em específico, percebendo suas fragilidades, necessidades e desafios a serem elencados como primordiais no atendimento desses sujeitos em processo de institucionalização.

Conforme já apontado no capítulo anterior, as Instituições de Longa Permanência têm o caráter residencial, geralmente em forma de domicílio, acolhendo pessoas com sessenta anos ou mais. O diferencial é que as mesmas devem acolher idosos com ou sem suporte familiar, ou seja, os acolhidos deverão ser atendidos de forma integral, com características pessoais distintas, portadores ou não de problemas de saúde.

As Instituições de Longa permanência precisam atender sua demanda em todas as especificidades que cada caso requer, pois são entidades sociais, as quais

se destinam à prestação de serviço ao idoso, com ações aos indivíduos que apresentem ou não dependência, até mesmo aos que cujo grau de dependência indique assistências em todas as atividades da vida cotidiana, inclusive os que apresentam comprometimento cognitivo.

Destacamos que, por mais que essas instituições não sejam de caráter de saúde, muitas vezes essa é uma das maiores preocupações das equipes de atendimento, principalmente pelo nível de dependência de muitos acolhidos.

Segundo as preconizações legais, as Instituições de Longa permanência devem apresentar recursos humanos com vínculo formal de trabalho e que somem condições de, além de possuir formação acadêmica nas áreas específicas de atuação das equipes, tenha também perfil profissional para o trabalho junto dos idosos, visto que para se atuar com pessoas idosas é necessário um perfil profissional que subsidie a atenção a essa camada em razão das particularidades que integram essa fase da vida.

Para o funcionamento adequado das casas de acolhimento, é importante que o trabalho profissional seja qualificado nesses cenários, geralmente composta minimamente por profissionais da enfermagem, médico, nutricionista, psicólogo, assistente social, fisioterapeuta, cuidadores de idosos e auxiliares de serviços gerais. Portanto, a organização do trabalho das equipes pontua na articulação entre os mesmos, cada um em sua área de atuação, devido à necessidade de propiciar aos idosos residentes a atenção em todas as esferas, assegurando aos mesmos, atendimento em todas as suas especificidades, tais como sociais, de saúde, educacionais, destacando uma vez mais a importância do constante diálogo entre as equipes, buscando com isso as melhores formas de atendimento aos seus atendidos.

Dessa maneira, ao valorizar o trabalho multidisciplinar, cada um atua de acordo com as suas atribuições, porém, não deixa de valorizar o que os demais colegas têm para oferecer de contribuição no intuito de melhor atender o idoso residente, ou seja, desloca uma atenção fragmentada e valoriza um trabalho focado no atendimento integral, centrado.

O papel desses profissionais é de extrema importância, visto que o idoso passou por longo período convivendo em outro contexto, geralmente junto de seus familiares, pessoas próximas, vizinhos, amigos, e no processo de institucionalização

o mesmo se percebe alheio a essa vivência, necessitando de apoio dos profissionais que nesses espaços atuam.

[...] a equipe interdisciplinar, é formada por profissionais que trabalham interdependentemente, no mesmo local, e interagem, tanto formal, quanto informalmente. As avaliações feitas por cada profissional são discutidas, de maneira sistemática, pela equipe [...] o núcleo deve ser composto pelo menos de médico, enfermeira e assistente social, aos quais se agregarão profissionais de outras disciplinas, conforme a necessidade (MACIEL, 2002 p. 3).

Em razão de toda complexidade que envolve a decisão pelo acolhimento do idoso em instituição de longa permanência, é de suma importância que o acolhido seja atendido em todas as esferas por profissionais que compõe o atendimento interdisciplinar, buscando com isso minimizar danos causados pelo processo de rompimento de vínculos e do afastamento do seio familiar.

O trabalho das equipes profissionais, cada um em sua esfera de atuação corroboram para o processo de aceitação da nova forma de vida, de socialização entre o idoso e os demais acolhidos fazem com que se prime pela valorização da qualidade de vida dos mesmos, que independente onde estejam residindo precisa ser promovida. Dessa maneira, o acompanhamento profissional se faz pela equipe geralmente capacitada em geriatria e gerontologia educacional, os quais atuam segundo as delimitações de sua área, porém, buscando sempre o diálogo entre os profissionais em razão de melhor atender seus idosos.

Nesse sentido, o idoso institucionalizado necessita de cuidados intensivos e rotineiros em relação à sua saúde física e mental bem como que se promova a interação com a família e com a comunidade da qual integra a instituição, e assim, estabelecer formas para que o idoso ultrapasse os limites dos espaços da instituição, e ainda que nessa condição, possa exercer seu papel social, convivendo com a sociedade como um todo e supere a ideia de segregação de apenas conviver com pessoas da mesma idade e do mesmo ambiente em que vivem.

Dessa maneira, é prática inevitável das equipes de atuação a promoção da socialização dos idosos junto ao meio social, visto que os mesmos precisam estar inteirados quanto aos seus direitos de convivência, tanto familiar como social como um todo. Portanto, as instituições devem estar abertas à participação da comunidade e interação junto de seus conviventes.

[...] abrir a instituição para que a comunidade possa conhecê-la, apoiá-la e participar do trabalho desenvolvido nela. Dentro dessa integração e transparência podem ser estabelecidas parcerias muito importantes e necessárias para as instituições (BERZINS e SILVA *apud* DOMINGUES e LEMOS, 2010, p. 546).

Devido à complexidade das relações do idoso acolhido em uma Instituição de Longa Permanência é de extrema importância o processo de escuta das dificuldades do mesmo, desde as questões de adaptação até as demandas que surgirem no decorrer do período que permanecer acolhido.

Nesse contexto, o distanciamento do local de origem bem como a privação do contato diário com a família requer das equipes dedicação no atendimento, na busca de melhor atendê-los e de preservação dos vínculos familiares, em razão da fragilidade e do rompimento muitas vezes quando se trata de uma situação de violência, por exemplo.

Assim, de acordo com Maciel (2002) o primeiro passo na instituição é o acolhimento, pois é o primeiro contato, acabando por estabelecer o relacionamento entre eles e a necessidade de se sentirem de fato acolhidos pelos profissionais, como por todos que os recebem na entidade. Assim, é destaque a importância desse momento de acolhida, para colaborar com o estabelecimento de confiança e relacionamentos positivos na nova moradia.

O processo do envelhecimento coloca o indivíduo frente a uma série de problemas sociais, psíquicos, e biológicos, e como consequência, há a necessidade de adaptar-se às mudanças que estes processos irão provocar. O processo de avaliação pode significar o início destas mudanças, sendo crucial para a definição dos princípios da intervenção e sua efetividade (MACIEL, 2002, p 173).

Nesse sentido, é importante que as equipes avaliem no momento de acolhida do idoso numa instituição, as condições em que o mesmo está chegando, seus anseios, suas demandas particulares, sendo que o espaço de acolhimento deve proporcionar um local de acolhida, em que os mesmos se sintam de maneira confortável, que seja, ao mesmo tempo, um local de cuidados, mas acima de tudo, de identificação e de aconchego.

Para que isso ocorra, os profissionais envolvidos na instituição devem atuar de maneira articulada entre a coordenação e equipes, buscando a integração entre

familiares, cuidadores e técnicos, objetivando a participação de todos junto ao melhor atendimento possível ao idoso.

O ideal seria que em cada ILPI existisse um psicólogo, que trabalhasse na sua área de conhecimento e em colaboração com toda a equipe multidisciplinar (médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, dentista, educador físico, assistente social, etc.) e com as próprias famílias dos idosos, no sentido de proporcionar uma vivência digna de qualidade, naquela que será, muito provavelmente, a sua última morada na sua passagem por essa vida (ZENATTI, 2010 *apud* DOMINGUES; LEMOS, 2010, p. 538).

Cada profissional, de acordo com a área de atuação, pode contribuir positivamente no atendimento ao idoso acolhido, sendo que nenhuma especificidade de atuação se sobrepõe à outra, por isso, a importância dada ao atendimento em contexto multidisciplinar. Verifica-se a necessidade de uma abordagem ampla a respeito de cada área de abrangência profissional que devem estar articulados, no cuidado com o idoso institucionalizado a fim de que estes tenham uma boa qualidade de vida.

Percebendo a importância desse trabalho nas instituições, e para melhor compreender o objeto de estudo da tese, foi elaborado um questionário de caráter aberto para aplicar junto aos profissionais que compõe as equipes de atendimento nas entidades pesquisadas, valorizando as suas contribuições quanto ao trabalho e as relações estabelecidas entre o idoso residente e os profissionais.

Da mesma forma com que oportunizamos aos idosos a liberdade em participar desse trabalho de pesquisa, os profissionais foram convidados a responderem um questionário sobre questões específicas que contribuíssem com o estudo em tela.

Todos os profissionais participantes integram as instituições em que foi realizado os grupos interativos com os idosos. Assim, permanecendo com a perspectiva da preservação ética da pesquisa e coleta de dados, continuaremos a tratar as referidas Instituições como IA-Instituição A, IB-Instituição B e IC-Instituição C, citando os participantes da pesquisa como Participante1, Participante 2 e assim por diante, à medida em que alguns dados coletados se destacam em razão da pergunta inicial da pesquisa, que se concentra na interferência ou não da Educação no processo de institucionalização.

É importante ressaltar que trazer a participação dos profissionais que atuam nas instituições nesse trabalho foi muito importante, pois além dos mesmos se disponibilizarem prontamente para participar, percebeu-se o olhar dos mesmos diante dos casos atendidos e das formas de intervenção junto aos residentes, pois as condições individuais junto ao grupo trazem muitas questões a serem discutidas e valorizadas quanto ao objeto de estudos.

Em relação à seleção de quais profissionais participariam do trabalho, foi realizada uma reunião em cada instituição buscando explicar do que se tratava a pesquisa e de como seria importante a participação dos mesmos em sua concretização. Dessa maneira, prontamente tivemos participantes de todas as áreas em cada uma das unidades institucionais pesquisadas. Ainda, ressaltamos, uma vez mais, que a presente pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética, estando o parecer em anexo desse trabalho.

Dessa forma, foi aplicado um questionário de caráter aberto aos profissionais que compunham as equipes técnicas de atendimento e aos profissionais de apoio administrativo, visto que os mesmos se disponibilizaram em participar da pesquisa e demonstraram grande interação com os idosos integrantes da mesma. Portanto, foram participantes dessa pesquisa, profissionais que atuavam nas demandas da vida cotidiana dos idosos residentes nas três instituições.

Na instituição A, participaram desse trabalho de pesquisa os profissionais que serão tratados como. P1-Profissional 1 a P6-Profissional 6; na Instituição B participaram profissionais que foram nominados como. P7-Profissional 7 a P14-Profissional 14, e na instituição C compuseram a pesquisa os profissionais tratados como P15-profissional 15 a P19-Profissional 19.

A primeira pergunta realizada aos profissionais foi sobre qual seria sua atuação junto às instituições, para que pudéssemos saber qual a esfera de trabalho cada um compunha.

Nesse sentido, a tabela e o gráfico sob número oito identificam as áreas e quantos profissionais de cada uma delas respondeu as perguntas, sendo importante destacar que a quantidade abaixo retrata o percentual integral dos participantes, ou seja, das três instituições.

Somam oito profissionais de áreas diversificadas que participaram do processo de pesquisa, salientando que diante os 19(dezenove) participantes, todos

participaram de livre e espontânea vontade, se prontificando a colaborar desde os primeiros momentos do trabalho de coleta de dados.

Tratando de uma abordagem qualitativa, os dados coletados por meio dos questionários foram de extrema valia para se observar questões pertinentes ao funcionamento das instituições e do trabalho realizado efetivamente junto dos idosos.

Destacamos que as três instituições possuem um profissional atuando na área do Serviço social, visto que as demandas de idosos exigem uma avaliação social de cada idoso acolhido, pois desde o primeiro momento da entrada do mesmo na instituição há a necessidade de acompanhamento social, sendo que ambos os profissionais da área social destacaram a importância de se realizar o PIA - Plano Individual de Atendimento, o qual contempla todas as condições dos sujeitos desde a entrada na casa de acolhimento. Ainda, tal Plano ressalta tudo que envolve o idoso em sua totalidade, desde as relações familiares até o seu estado físico e mental, bem como o acompanhamento e anotações de todas as atividades desenvolvidas junto de cada caso.

Os profissionais destacam em seus relatos a necessidade de constante articulação entre todos os pares que integram a equipe, pois cada um, de acordo com a sua área de atuação, tem muito a contribuir para as melhores formas de atender cada um dos idosos residentes.

Ainda, os Assistentes sociais destacam em suas respostas de maneira incisiva a importância de se realizar visitas domiciliares na família de origem dos idosos quando existem condições e de se promover o contato da família junto dos mesmos ainda que nesse processo de rompimento de vínculos ou de fragilidade extrema nas relações, pois o contato com a família ainda é fator primordial para o processo de adaptação dos idosos junto ao meio institucionalizado.

Cabe ao serviço social em sua forma educativa e política, trabalhar os direitos sociais do idoso, resgatar sua dignidade, estimular consciência participativa do idoso, objetivando sua integração com as pessoas, trabalhando o idoso na sua particularidade e singularidade, levando em consideração que ele é parcela de uma totalidade que é complexa e contraditória (SOUZA, 2003, p.5).

Dessa maneira, cabe ao serviço social fomentar com o apoio de equipe a participação da sociedade como um todo, deixando de lado a ideia ultrapassada de

que as ILP's devem estar distantes do mundo externo, pelas dificuldades de trabalho e muitas vezes excesso de acolhidos e poucos profissionais, inclusive dificuldade financeira de manutenção. Nada desses desafios deve estar acima do que a necessidade de se promover os idosos quanto à participação social, bem como instigar os meios sociais de acesso das pessoas na instituição.

O serviço social deve orientar a família acatar a decisão do idoso consciente, respeitando sua autonomia e liberdade pessoal. É preciso lembrar dos idosos que não possuem autonomia e contam com a família para acompanhar, administrar, decidir questões relacionadas à sua vida. Nesse caso, o assistente social poderá contribuir com a família no sentido de encontrar soluções adequadas para o idoso, assegurando-lhe o respeito e a dignidade (BERZINS; SILVA, 2010 *apud* DOMINGUES; LEMOS, 2010 pp. 544- 545).

Nesse momento, podemos destacar que não se trata de sobrepor uma profissão à outra, mas sim, de evidenciar os papéis específicos que cada uma delas representa na Instituição, que, quando somadas todas as contribuições trazem à tona possibilidades de discussão e de melhor atender cada caso em específico, pois alguns deles pode inclusive ser realizado um trabalho junto da família, e em raros casos, o retorno do idoso ao lar, talvez em outras condições e com o apoio da família. Destacamos que são raras exceções porque em sua grande maioria quando se chega ao acolhimento é porque a família já esgotou as possibilidades de poder cuidar de seus idosos.

O objeto do serviço social é o conjunto de problemas, necessidades, interesses e dificuldades que se expressam em nível microssocial, atingindo pessoas individualmente, grupos sociais e comunidades. Seu objetivo é prestar assistência às situações-problema, mas também promover a prevenção de problemas sociais, a reabilitação e reinserção social (...) (MACIEL, 2002, p. 103).

Assim, o profissional em Serviço Social pondera sua atuação em prol de constatar os desafios a serem vencidos para cada caso, percebendo as particularidades que integram cada um deles aliada a novas maneiras de intervir num contexto multidisciplinar que abarque todas as possibilidades de propiciar ao idoso um envelhecimento saudável e promissor na sua nova forma de viver em processo de institucionalização.

Ainda, o Assistente social atua em demandas diferentes, muitas vezes atua no caráter preventivo, evitando maiores transtornos em prol de seus assistidos enquanto acolhidos. A seguir, podemos visualizar os dados que demonstram a área de atuação dos profissionais participantes da pesquisa.

TABELA 8: Área de atuação dos profissionais entrevistados

ÁREA	IDOSOS	PERCENTUAL
Assistente social	3	15,7 %
Psicóloga	1	5,2 %
Enfermeiro	5	26,31 %
Fisioterapeuta	1	5,2 %
Cuidador de idoso	6	31,57 %
Guardião	1	5,2 %
Auxiliar de serviços gerais	1	5,2 %
Auxiliar administrativo	1	5,2 %

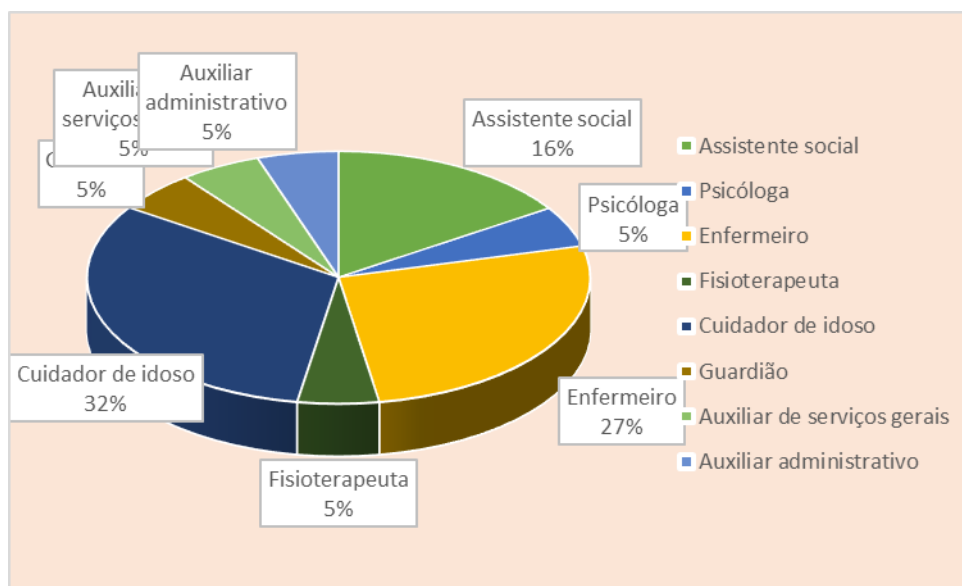
Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2019

Conforme tabela acima, observamos que apenas uma instituição possui Psicóloga, trata-se da IA-Instituição A, a qual atua junto dos mesmos há aproximadamente quatro meses, relatando que a instituição percebia a necessidade da atuação de um psicólogo faz muito tempo, entretanto, as condições de sobrevivência da mesma, por se tratar de filantropia, somam grandes dificuldades financeiras de manutenção e contratação de novos profissionais.

Destacamos que o atendimento realizado aos idosos é relativamente pouco devido ao grande número de acolhidos e apenas uma profissional para efetivar esse atendimento. O atendimento ao idoso não trata necessariamente de atendimento terapêutico, pois a condição dos mesmos, na maioria das vezes, não permite tal atuação, porém, o apoio psicológico até mesmo em ações em grupos promove a socialização dos mesmos, a atenção às suas principais fragilidades, bem como os integra no novo meio de vida, pois as condições de uma ILP, por melhores que sejam, são diferentes do meio familiar do qual faziam parte antes do processo de institucionalização.

O gráfico a seguir demonstra de maneira mais detalhada os integrantes da pesquisa e suas respectivas áreas de atuação, conforme exposto na tabela anterior.

GRÁFICO 8: Área de atuação dos profissionais entrevistados



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Ainda em relação à profissional de Psicologia, podemos destacar que, segundo a mesma, inevitavelmente os idosos a procuram para falar de suas angústias em momentos diversificados e não necessariamente nos espaços agendados para atendimento, o que demonstra o estabelecimento de vínculo entre a profissional e os residentes.

Nesse contexto,

O ideal seria que em cada ILPI existisse um psicólogo, que trabalhasse na sua área de conhecimento e em colaboração com toda a equipe multidisciplinar (médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, dentista, educador físico, assistente social, etc.) e com as próprias famílias dos idosos, no sentido de proporcionar uma vivência digna de qualidade, naquela que será, muito provavelmente, a sua última morada na sua passagem por essa vida (ZENATTI, 2010 *apud* DOMINGUES; LEMOS, 2010, p. 538).

De acordo com a citação acima, é pertinente que em cada instituição possa existir, além dos outros profissionais, o Psicólogo, que contribui significativamente no

atendimento dos residentes, destacando a parceria importante entre todos os componentes da equipe, pois como já comentado, cada um colabora de acordo com suas condições e esfera de atuação.

Nesse sentido, mais uma vez destacamos o enfoque interdisciplinar, valendo-se da ideia de que o profissional da Psicologia realiza um papel norteador em relação às etapas de transição que os idosos residentes estão vivenciando, e diante dos espaços das ILP's, muitos sentimentos e anseios precisam ser trabalhados e superados muitas vezes em razão do relacionamento familiar diante desse processo.

É importante comentar que não se trata de não valorizar o profissional de psicologia atuando nas instituições que ainda não dispõe de seu trabalho, mas sim, das dificuldades em encontrar meios de prover a contratação e manutenção das equipes num cenário de tantas dificuldades financeiras.

As três instituições pesquisadas, por meio de seus pares de profissionais, promovem constantemente ações em prol da manutenção e melhorias nos espaços de atendimento das unidades, tanto em questão de espaços físicos como no que se relaciona à contratação de profissionais para ampliar as equipes técnicas de atendimento.

Tem destaque nesse trabalho a participação de número considerável de enfermeiros e de cuidadores de idosos, os quais são em número maior de profissionais nas três instituições, devido aos cuidados das atividades da vida cotidiana, que requer dos mesmos uma participação mais efetiva em relação às atividades diárias.

Os profissionais de Enfermagem e os cuidadores de idosos trabalham em constante parceria e diálogo, participando da vida dos mesmos além do simples ato profissional, pois durante os atendimentos os mesmos verbalizam seus anseios, suas angústias a partir do vínculo de confiança que passam a ter junto dos profissionais.

Uma profissional de fisioterapia participou da pesquisa, sendo que a mesma pertence ao quadro de funcionários da Instituição A, destacando que a mesma fez questão de participar da pesquisa, apontando que todas as áreas são importantes para o melhor atendimento dos residentes.

(...) a intervenção de uma equipe multidisciplinar que inclua a fisioterapia é de fundamental importância para melhorar o convívio dos idosos nas ILPI, pois o desempenho funcional obtido por meio de um programa de reabilitação possibilita semi-independência ou independência total ao idoso em suas atividades de vida diária (FLOR, 2010 apud DOMINGUES; LEMOS, 2010 p. 491).

Conforme citado, a fisioterapia é uma área bastante significativa na vida dos idosos residentes, pois muitos deles apresentam situações de comprometimento físico causado pela própria idade avançada ou por questões ligadas a problemas de saúde. Assim, esse profissional colabora para que os residentes tenham maior confiança em si e no grupo com o qual convive nos espaços coletivos das instituições.

Destacamos ainda a participação de três profissionais de Auxiliar de Serviços Gerais, um auxiliar administrativo e um vigia (guarda noturno), que participaram prontamente da pesquisa, relatando que possuem, cada um a seu modo, relação com os idosos residentes e que ouvem e observam muitos relatos dos mesmos em relação às suas vidas e aos seus anseios e perspectivas na instituição.

A segunda pergunta realizada dizia respeito em que consistia o trabalho de cada profissional junto aos idosos, e cada um buscou explicar as formas de intervenção profissional, o contato que tem com os mesmos e de que seus relatos poderiam contribuir com a análise dessa pesquisa.

Dessa maneira, alguns relatos foram selecionados para compor a análise, valorizando a equipe e a relação com os idosos. Dentre esses, destacamos a citação da psicóloga, a qual cita que,

...procuro desempenhar um trabalho conjunto com a equipe multidisciplinar, tendo maior abrangência na contribuição para o idoso em sua qualidade de vida, contribuindo na interatividade com o grupo, melhorando a auto estima, priorizando o apoio psicológico. (PI-Profissional I)

Podemos destacar também as contribuições dos três profissionais do Serviço Social, sendo que destacam algumas questões pontuais da atuação do Assistente Social, que são respectivamente:

Na instituição fazemos o parecer de acolhimento, estudos sociais dos casos, fortalecimento de vínculos familiares e entre os acolhidos. (P12-Profissional12)

Dentre as diversas atividades, o Serviço social atua na garantia dos direitos dos idosos, assegurando o acesso aos atendimentos demandados, bem como acesso à renda, encaminhamentos, interação, escuta qualificada, observação participante, acesso à família, fortalecimento de vínculos, visita domiciliar quando necessário e entre outros, conforme a demanda apresentada. (P2-Profissional 2)

Realizamos o acolhimento, acompanhamento junto às famílias, garantia de direitos, resgate dos vínculos familiares, fortalecimento de vínculos e estudo da história de cada um. (P19-Profissional 19)

Pelos relatos dos profissionais da área do Serviço Social, os mesmos atendem o idoso desde o momento da acolhida na instituição, buscando informações sobre cada caso em específico, bem como das questões pertinentes ao melhor atendimento possível em cada situação. Destacam ainda a questão do fortalecimento de vínculos que é uma das preconizações em qualquer trabalho junto ao processo de acolhimento, e ainda que o idoso não retorne ao meio familiar, e que em alguns casos isso nem seja o melhor a se fazer. É importante que se promova de fato as visitas às famílias e o estímulo para que as famílias venham até a instituição de acolhimento visitar seu familiar idoso, primando dessa forma, a convivência familiar, o que certamente evitaria maiores transtornos dos idosos em suas vivências.

O diálogo constante entre os profissionais que atuam nas instituições é de extrema importância para discutir sobre cada caso, sobre os diferentes “olhares” que cada um teve sobre o acolhido e as relações familiares, das verdadeiras razões do acolhimento e das formas de intervenção buscando a promoção dos sujeitos junto à família e aos demais grupos sociais que o mesmo tinha convivência.

A terceira pergunta realizada no questionário dizia respeito se os profissionais acreditavam que o processo de acolhimento em Instituições de Longa Permanência seriam a melhor opção para os idosos, e fomos surpreendidos em relação aos dezenove (100%) participantes da pesquisa, pois apenas cinco deles comentaram e ponderaram sobre as condições em que se deve pensar o acolhimento como a melhor alternativa. Em sua maioria, ou seja, quatorze dos participantes da pesquisa responderam que sim, o acolhimento em instituição ainda é a melhor alternativa.

Dessa maneira, pontuamos e destacamos algumas das respostas que justificaram positivamente o acolhimento, valendo-se de que cada instituição possui suas particularidades e cada profissional possui sua forma de pensar e perceber a realidade que os cerca.

De acordo com a P1-profissional 1,

De acordo com os acolhimentos realizados, se leva em consideração toda a história de vida do indivíduo, e na maioria dos casos, a melhor forma é ser acolhido em uma Instituição de Longa Permanência, sendo proporcionado os cuidados necessários, onde o mesmo tenha uma forma digna de viver.

Acredito na complexidade dos casos, por isso, é necessário a realização de estudo de caso com equipe multiprofissional, somado ao trabalho em rede para melhor decisão. Em sua maioria, o acolhimento institucional oferece um suporte qualificado e benéfico ao idoso, oferecendo assim, maior qualidade de vida, bem-estar e muitas vezes dignidade. (P2-Profissional2)

Atualmente é uma das melhores opções, pois acreditamos muito no trabalho que desenvolvemos junto aos nossos idosos. Então nesta instituição esgotadas as possibilidades de vínculo familiar o idoso encontrará paz, amor e cuidado. (P4-Profissional4)

Acredito que para alguns é a melhor opção, para outros é a única opção. (P6-Profissional 6)

De acordo com os relatos dos profissionais acima citados, observamos que existe a preocupação em estudar cada caso e suas especificidades, mas que pela experiência profissional, em sua maioria, acreditam que a institucionalização é ainda a melhor alternativa em muitas situações, principalmente pelo suporte qualificado em atender os idosos em todas as suas demandas.

Houveram respostas que indicaram que depende de cada caso, pois em alguns o acolhimento é fator determinante para o bem-estar da pessoa idosa, em outros momentos é preciso ponderar para que seja realizado o trabalho entre vários profissionais e decidir o que será melhor e benéfico ao sujeito em tela.

Tem casos que sim e tem casos que não, depende da situação da família e situação do idoso. Essa instituição é a melhor opção para quem não tem família e para quem está maltratado na família dele. (P16-Profissional 16)

Sim, se tiver em maus tratos, nesses casos daí sim. Mas do contrário não, porque cada um tem sua família e deveria continuar com sua família porque é muito importante o vínculo familiar. (P17-Profissional 17)

Para alguns sim, outros deveriam estar junto de seus familiares, pois ao conversar com eles percebe-se a falta que a família faz. (P18-profissional 18)

Outro fator importante e que merece destaque novamente é a questão dos maus tratos, pois muitos idosos apresentam traços de violência e certamente se retornassem ao ambiente familiar sofreriam essa violação de direitos.

Apenas um participante foi incisivo e respondeu que não, acreditando que a Instituição não é a melhor alternativa para a vivência dos idosos, justificando que,

Não. Somente quando esgotar todas as possibilidades, mas ainda ocorrem casos de idosos com vários familiares e todos se eximem deste compromisso, causando muito sofrimento a cada um deles. (P19-profissional 19).

Conforme observamos em seu relato, essa profissional do Serviço social remonta a ideia de que é de suma importância se esgotar todas as possibilidades antes de se decidir pelo acolhimento, ou seja, o trabalho multidisciplinar aparece novamente como uma premissa para melhor atender cada caso em específico.

A quarta pergunta fazia referência aos vínculos formados entre idosos e profissionais, e se estes lhes permitiam perceber ou constatar se os acolhidos desejavam retornar ao meio familiar. As respostas foram bastante alternativas, pois cada um observa a realidade da forma com que os mesmos relatam durante seu atendimento.

Em sua maioria, os profissionais corroboram com a ideia de que os idosos sentem falta da família, principalmente em datas festivas, como festas de final de ano e data de aniversário. Muitos relatam que ao idoso ficam à espera da visita dos familiares, mas essa é uma das principais dificuldades que as equipes enfrentam, a ausência da família junto à instituição.

Muitos deles não tem familiares, e os que têm não demonstram vontade de estar no meio familiar, parecem entender que o melhor lugar é aqui devido ao bom atendimento, cuidado e assistência que eles tem. O que eles necessitam são as visitas dos familiares, que para eles é suficiente. (P11-Profissional 11)

Percebe-se durante os atendimentos psicológicos que ainda o vínculo familiar sobrepõe a maioria dos acolhidos, devido ao envelhecimento, a pessoa idosa sente a necessidade do afeto que transmite segurança e bem-estar. (P1-Profissional 1)

É importante comentar que geralmente os idosos almejam conviver com a família, pois verbalizam aos profissionais o desejo de receber visitas de seus familiares, e que sentem solidão porque a instituição em que residem é um espaço geralmente de coletividade, mas a presença da família, ainda que esporadicamente, lhes oferece certa segurança e alegria em recebê-los.

Os idosos sentem falta sim, pois apesar de estarem sendo bem cuidados, sentem falta do carinho e aconchego da família. (P5-Profissional 5)

Sim, percebo que tem muitos que gostariam de estar com sua família, porque querem ter o aconchego do lar e da família. Ainda, temos alguns que estão aqui por opção própria, e se sentem muito bem aqui (P6-Profissional 6)

O profissional 6 (seis) demonstra um fato inusitado em instituição de Longa Permanência, pois nesse caso citado acima, o idoso decidiu estar acolhido na instituição por vontade própria, pois acreditava que ali receberia o melhor atendimento possível, e não gostaria de retornar ao lar porque considerava que estava “atrapalhando” a vida cotidiana da família.

Uma profissional do Serviço social comenta sobre uma situação infelizmente comum nos núcleos familiares, que é o que se relaciona com as questões financeiras. Assim, relata que em alguns momentos os idosos, mesmo estando acolhidos, demonstram preocupação com a família que ficou para trás, e verbalizam que ajudavam nos gastos domésticos.

Dessa forma, a P2-Profissional 2 relata que,

Dentre os casos, quando há presença de familiares, mesmo vivendo em situação de violência de diversos gêneros, os idosos optam por estar no seio familiar muitas vezes movidos pela fragilização e queixas dos próprios familiares com alegações que não conseguem se manter financeiramente sozinhos e etc. Com isso, o idoso se vê compelido e sensibilizado em estar em casa para “ajudar” os familiares. Por outro lado, estar em uma ILP significa que as outras possibilidades já foram esgotadas, então, o idoso compreende que seu lar é a instituição.

Resumindo, a convivência familiar é de extrema importância para os idosos institucionalizados, pois todos eles, independente de condições específicas, possuem sua família e esta faz parte de sua história, de seus anseios e de suas

fragilidades emocionais. Portanto, independente do contexto em que cada idoso esteja inserido, a convivência familiar é imprescindível para uma vida saudável.

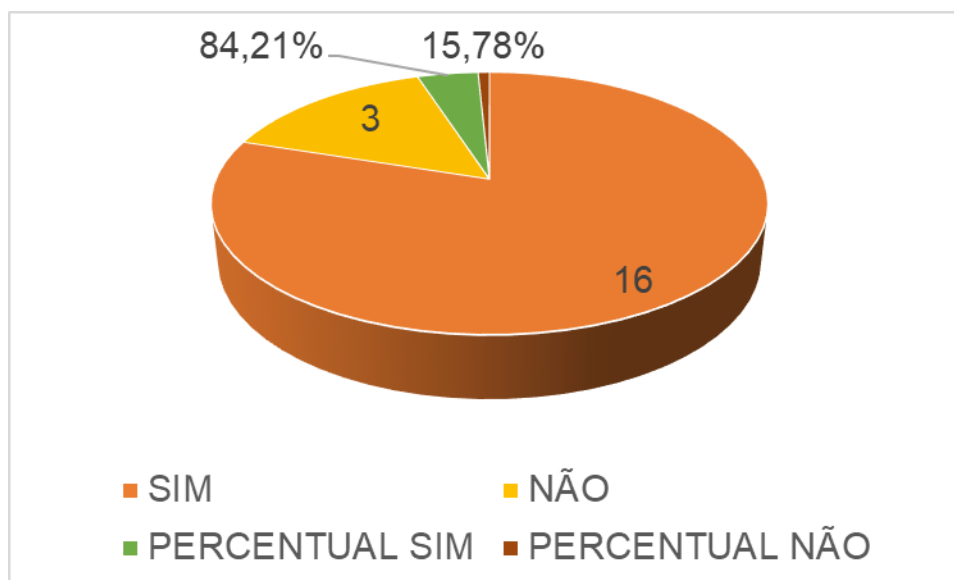
O próximo item investigado no questionário dizia respeito aos aspectos em que a educação interferiu ou não no processo de institucionalização, ou seja, se a formação educacional dos idosos interferiu nesse processo. Assim, observamos na tabela abaixo que mais de 80% dos participantes (16) apontam que a educação interfere significativamente no processo, justificando por várias razões tais afirmativas.

TABELA 9: A formação educacional dos idosos intervém no processo de institucionalização?

SIM	NÃO	PERCENTUAL SIM	PERCENTUAL NÃO
16	3	84,21 %	15,78 %

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2019

GRÁFICO 9: A formação educacional dos idosos intervém no processo de institucionalização?



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

A P2-Profissional 2 comenta que,

Tenho compreensão que grande parte de acolhidos não tiveram uma vida escolar ativa por diversos fatores, como por exemplo: dificuldade de acesso à alfabetização, o mercado de trabalho devido às necessidades familiares é um fator preponderante. Contudo, a educação é um fator preponderante principalmente no sentido do idoso conhecer seus direitos e deveres previstos e assegurados.

A profissional destaca que há interferência sim da Educação, inclusive no que tange aos aspectos de conhecer seus direitos. Destaca também a questão do trabalho, pois é muito comum os idosos na época que teriam idade escolar deixarem de frequentar a escola para trabalhar no intuito de ajudar no sustento da família, pois a estrutura das famílias daquele contexto era diferente da família na sociedade atual, pois em sua maioria possuíam muitos filhos, e geralmente os filhos mais velhos tinham que abandonar os estudos em razão de contribuir com o sustento da família.

Essa realidade é observada em vários contextos familiares de alguns anos atrás, pois em sua maioria eram famílias de poder aquisitivo menor e que necessitavam se ajudar para manter o sustento da casa.

Sim, a porcentagem maior de idosos saiu da área rural, onde nunca tiveram a oportunidade de ir para a escola, dificultando a condição de trabalho formal, muitos viviam em terras como agregados, chegando na fase idosa foram descartados numa Instituição de Longa permanência. (P19-Profissional 19)

A profissional destaca alguma dificuldade de muitos idosos para estudar, por residirem na fase de escolarização em espaços afastados de escolas, além de muitas outras dificuldades, como, por exemplo, acesso e permanência em espaços educacionais.

De acordo com alguns relatos de profissionais que atuam junto dos idosos, podemos observar que as suas afirmativas apontam questões que relacionam, inclusive, educação e trabalho como um fator determinante, pois segundo seus relatos, a formação educacional interfere quanto ao salário que cada idoso tem e ainda poderia contribuir com o discernimento dos idosos em relação aos seus próprios cuidados e relações familiares.

Acredito que a educação interfere sim, principalmente no aspecto financeiro, pois sem uma renda, os mesmos não tem condições de sobreviver fora da instituição. (P 5-Profissional 5)

Sim, na busca de seu empoderamento muitos desconhecem alternativas de direitos, ainda, relatam que gostariam de ter estudado e “hoje” teriam uma renda melhor que poderia custear um cuidador particular. (P12-Profissional 12)

Sim, faria uma diferença enorme! Para quem estuda ia ter melhores condições de viver e pagar um cuidador particular, poderia estar vivendo na sua residência. (P16-profissional 16)

É certo que não podemos generalizar tais afirmativas, pois os relatos emergem de um contexto institucional específico, e assim, as repostas dos profissionais sinalizam a realidade vivida por estas instituições e suas demandas, pontuando assertivamente o entendimento da formação educacional e suas inferências junto à vida dos idosos residentes.

Destacamos também a resposta de uma profissional do Serviço Social que aponta:

Sim, a educação interfere certamente. Tendo em vista a idade de cada idoso institucionalizado 60(sessenta) anos ou mais. Se estes tivessem tido a oportunidade de estudar, porque muitos são analfabetos, com certeza mudaria esta realidade, seria diferente, há sessenta anos atrás quem estudava tinha uma qualidade de vida que favorecia uma condição de fazer um tratamento médico mais adequado, o que não puderam. Todos os que foram acolhidos tiveram doenças que a família relatou não poder cuidar. Assim, se houvesse uma formação educacional que lhes garantisse um trabalho que na fase idosa teriam melhores recursos para gerir sua vida. (P19-Profissional 19)

Dessa forma, observamos na contribuição da profissional que a educação interfere diretamente na institucionalização, chamando a atenção para o cuidado do próprio idoso quando oportunizado a gerir sua própria vida, desde as questões que envolvem tratamentos de saúde como o discernimento de tudo que lhe é conferido como direito assegurado.

Num contexto geral, as respostas dos profissionais sinalizam para um percentual de que a educação contribui de forma incisiva no processo de institucionalização, pois a mesma se relaciona com o poder social, com as questões de ordem econômicas, com a compreensão do seu papel enquanto sujeito

socialmente constituído, e ainda, de como gerir sua própria vida tendo oportunidades de realizar algumas escolhas.

Nesse sentido, temos um parecer favorável de que a educação é fator determinante nas vivências de idosos acolhidos em Instituições de Longa Permanência, confirmando, a partir desses dados, o objeto central da tese.

Relacionados com o objetivo central do trabalho, foi indagado acerca das dificuldades ou não encontradas pelos profissionais junto ao trabalho com os idosos residentes. Portanto, a tabela e gráfico expostos abaixo expõe e clarificam uma das principais dificuldades encontradas pelos participantes, que é, respectivamente, a dificuldade de relacionamento interpessoal dentro dos espaços de vivência dos acolhidos.

Ainda nos capítulos anteriores, destacamos a importância em se manter a identidade dos que vivem em espaços coletivos, tal como as ILP's, pois o residente acaba perdendo um pouco de sua privacidade e acaba tendo que se adaptar a um novo momento de sua vida, em que muitas vezes deixa suas vontades para estabelecer laços coletivos dentro de um grupo.

Aí se reafirma, uma vez mais, a importância de as equipes atuarem de maneira dialogada, observando cada detalhe do comportamento de seus assistidos, bem como delineando com flexibilidade as ações a serem efetivadas em cada momento de trabalho a ser executado.

Nesse ensejo, a profissional P1-Profissional 1 destaca que,

Considero como desafio lidar no processo de aceitação da fragilidade humana, quando a pessoa idosa precisa enfrentar a realidade, a qual em muitos casos compromete a parte física, memória e fisiológica.

A profissional destaca a dificuldade de se trabalhar com os idosos em suas fragilidades e inquietações, visto que muitos deles chegam às instituições com situação de grande vulnerabilidade social, e para estabelecer um vínculo de confiança para iniciar um trabalho efetivo muitas vezes ocupa um tempo considerável para ser efetivado.

Ainda, a profissional P2 pontua que,

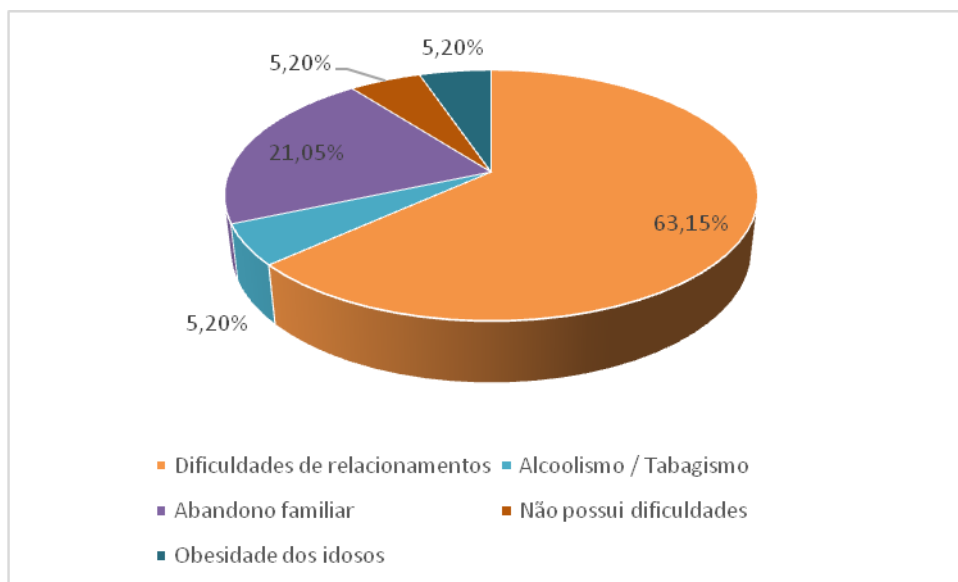
Muitos dos acolhidos, apresentam resistência nos atendimentos, na participação das atividades propostas. Zona de conforto eminente onde é necessário trabalhar e insistir individualmente para a socialização dos mesmos. Essa é uma das limitações profissionais, também são necessários recursos como carros adaptados para locomoção.

Assim, observamos que as equipes fazem uma grande diferença no funcionamento das casas de acolhimento institucional, e dessa maneira, estão certamente respeitando a individualidade de cada um a partir das condições de atuação profissional que dispõe em cada contexto.

TABELA 10: Maiores dificuldades junto ao trabalho profissional com os idosos (as)

DIFICULDADE	IDOSOS	PERCENTUAL
Dificuldades de relacionamentos	12	63,15 %
Alcoolismo / Tabagismo	1	5,2 %
Abandono familiar	4	21,05 %
Não possui dificuldades	1	5,2 %
Obesidade dos idosos	1	5,2 %

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2019

GRÁFICO 10: Maiores dificuldades junto ao trabalho profissional com os idosos (as)

Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

Outra questão que também se destaca é o abandono familiar, não somente em relação à necessidade de acolhimento do idoso, mas também da negligência na não realização de visitas, que é um fator que aparece constantemente nos relatos dos idosos, as queixas por não receberem a família, e nesse sentido, sentem uma relação de abandono, o que é muito negativo nessa fase da vida e nas condições que os mesmos se encontram, que já denota certa fragilidade.

A profissional P19 destaca:

O abandono familiar é fator determinante nas relações estabelecidas dentro dos espaços institucionais, há muita cobrança dos idosos para que os profissionais telefonem para os familiares, essa cobrança é uma constante (filhos, irmãos, etc.), nunca aparecem, isso causa sofrimento nos idosos e nos deixa também sem ação. O contato é realizado, mas sem sucesso.

Foram ainda citadas as questões de tabagismo, alcoolismo e obesidade por um profissional, que certamente são questões importantes nesse contexto de institucionalização, pois desperta a vontade de utilizar de álcool e fumo por outros idosos residentes que também estão em processo de tratamento, inclusive por situação acometida de saúde.

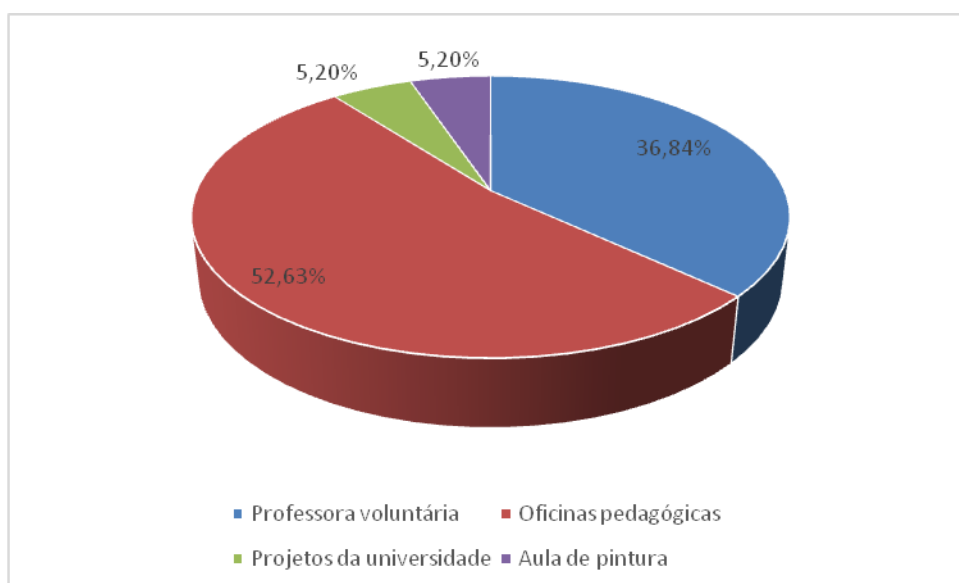
Finalmente, a última questão definida se relacionava às ações educacionais existentes ou não no ambiente institucional, conforme demonstra a tabela e gráficos abaixo.

TABELA 11: Ações educacionais nos espaços de acolhimento

AÇÃO	IDOSOS	PERCENTUAL
Professora voluntária	7	36,84 %
Oficinas pedagógicas	10	52,63 %
Projetos da universidade	1	5,2 %
Aula de pintura	1	5,2 %

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2019

GRÁFICO 11: Ações educacionais nos espaços de acolhimento



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, 2019

De acordo com as respostas dos participantes, observamos que há, nos espaços internos das instituições, trabalho pedagógico educacional, com algumas iniciativas de trabalho voluntário, ou oriundos de parcerias como, por exemplo, com a universidade local.

Os profissionais apontam como sendo muito positivas as atividades de cunho educacional realizadas nas instituições, muitas por iniciativa de parcerias ou ainda do trabalho voluntário de profissionais que se dispõe a atuar junto dos idosos acolhidos. A P1 destaca que “[...] *contamos com trabalhos voluntariados que estimulam o processo educacional, cultural e social*”.

Em outros relatos, a profissional P15-Profissional 15 destaca o trabalho voluntário realizado por uma professora aposentada que oferece trabalho de pintura e crochê.

Ainda, os idosos participam de uma oficina de alfabetização, a qual se realiza duas vezes por semana e atende a todos os idosos (as) que desejam participar e aprender a ler e a escrever. Destacamos que é uma ação muito importante, pois temos idosos que somente no ambiente institucional teve contato com aprendizagem da leitura e da escrita, por exemplo.

A professora voluntária traz para o ambiente um novo olhar, ajudando os idosos a realizarem um sonho que não foi realizado, pois ao ler e escrever se sentem mais alegres e realizados. (P16-Profissional 16)

Nesse sentido, percebemos que em nenhuma instituição ocorre a contratação de um profissional para trabalhar com os idosos num processo de educação permanente, mas sim, ações que contemplam oficinas pedagógicas, de arte, pintura, alfabetização, geralmente caracterizados pelo voluntariado de pessoas que se dispõe a efetivar esse trabalho.

Existe uma professora que atua com uma oficina de alfabetização que consiste mais no empoderamento de conhecer valores, tendo em vista que os idosos têm atividades de passeios onde tem vontade e necessitam saber discernir, saibam conhecer dinheiro e algumas marcas de produtos (P19-Profissional 19).

O que se percebe é que são muitas as iniciativas dos profissionais em melhor atender a demanda de idosos residentes, com ênfase na autonomia dos mesmos e no processo de os tornar mais ativos e independentes, observadas as condições individuais de cada um em relação ao mundo que o cerca.

Dessa maneira, esse trabalho de pesquisa chega ao seu resultado final, onde constatamos finalmente que a educação, enquanto processo de formação humana, contribui significativamente para o futuro dos idosos, visto que na relação educação

e trabalho ponderaram outras questões, como as de ordem financeira e de realização pessoal.

A maioria dos idosos participantes da pesquisa e dos profissionais que colaboraram para as conclusões desse trabalho, contribuem para afirmarmos que o processo educacional é de suma importância na constituição do ser humano enquanto sujeito social, que se apodera do conhecimento quando oportunizado a relacionar a educação e a sociedade na promoção de seu construto biológico, psicológico e social.

Por essas razões, a participação desses profissionais que integram as casas de acolhimento institucional foi de extrema importância na efetivação das conclusões desse trabalho de pesquisa, que confirma seu objeto inicial de problemática, na qual reconhecemos a educação enquanto fator primordial de formação e delimitação de influências nas vivências humanas futuras. A educação é processo, e como tal, está em constante movimento de transformação, de materialização, e assim, merece especial atenção quanto aos seus desdobramentos junto a diferentes meios e perspectivas.

CONSIDERAÇÕES

“De nada valem as ideias sem homens que possam pô-las em prática” (KARL MARX)

A sociedade está em constante movimento a partir de suas condições materiais de relações entre os sujeitos que a integram. Tais relações englobam as esferas econômicas, políticas, educacionais, sociais, dentre outras.

Nesse ensejo, algumas questões passaram a ser evidenciadas, tanto pela promulgação de leis que foquem a conquista de direitos, tanto pelas demandas que surgem no próprio meio social, onde somos convidados a repensar alguns papéis e alguns espaços conquistados ao longo das vivências humanas.

Assim, discutimos ao longo do trabalho o idoso no contexto social, em específico o idoso acolhido em Instituições de Longa Permanência, denominados de idosos residentes, os quais são vinculados a essas instituições por diversas causas, apontadas nos capítulos que estruturaram esse trabalho de tese.

O objetivo central foi a discussão focada no idoso enquanto sujeito de direitos, o qual ocupa, na atualidade, diferentes espaços na conjuntura social. Entretanto, um dos direitos primordiais de toda pessoa é o direito à vida e à qualidade dessa em razão da sua existência.

O enfoque principal da pesquisa centrou-se na indagação da educação enquanto fator determinante ou não junto ao processo de institucionalização.

Num contexto geral, a presente pesquisa de tese oportunizou a aproximação entre a pesquisadora e os sujeitos participantes da pesquisa, bem como a constatação de que, ainda que em ambiente institucionalizado, é importante uma equipe atuante em defesa dos direitos da pessoa acolhida, pois muitos dos pesquisados souberam de seus direitos depois de estarem na instituição. Isso demonstra que não basta existir a preconização legal se os maiores interessados não sabem como usufruir desses direitos.

Destacamos também que a conscientização da sociedade como um todo em relação ao idoso como sujeito que precisa ser valorizado na esfera social, promove-os e contribui para maior integração, revertendo a ideia de que idoso somente gera prejuízos ao meio social.

Observadas as leituras realizadas no decorrer de todo o processo, bem como da revisão de literatura na área (s) afim, constatamos que não há trabalhos que

relacionem a educação com o processo de institucionalização, entretanto, a literatura aponta avanços em relação ao idoso na atual conjuntura, onde o mesmo ocupa maior visibilidade e consequentemente maior respeito na sociedade.

Como já citado anteriormente, todas as mudanças, conquistas e demais feitos relacionados à educação ocorre como um processo gradativo de construção, principalmente de valores, momento em que as pessoas passam a perceber as diferenças existentes ao longo dos anos, como um construto humano.

É inevitável reconhecer o idoso como um sujeito que se destacou ao longo dos anos em diferentes espaços, e nesse ínterim as relações que o mesmo estabelece com diferentes grupos são de extrema importância para o fortalecimento de seus vínculos, tanto na família como em outros grupos.

Diante desse quadro, constatamos que, ao final desse trabalho de tese, confirmamos que a educação interfere significativamente no processo de institucionalização, visto que foi evidente nos grupos realizados junto aos idosos a ênfase dada ao desejo de estudar, as verbalizações sobre suas vivências na juventude, das dificuldades de acesso e permanência no ambiente escolar, das lembranças vividas enquanto estudavam, e dos objetivos que tinham para o futuro, que até então, se pensava estar muito longe de ser alcançado.

Como sujeitos participantes dessa pesquisa, os mesmos se posicionaram positivamente em relação ao processo de formação educacional, valorizando as pessoas que conheciam no passado e que “estudavam”, como sujeitos de destaque no âmbito social. Muitos lamentaram não terem tido essa oportunidade como fator decisivo inclusive na atividade laborativa que desempenharam ao longo da vida, relacionando a não oportunidade de algumas escolhas profissionais melhor gratificadas pela falta/ausência de formação educacional.

Ainda, muitos lamentam o fato de não terem estudado e sua interferência na velhice, pois apontam que se tivessem atuado profissionalmente numa profissão melhor qualificada poderiam custear um cuidador particular e talvez não precisariam estar acolhidos em um ambiente coletivo, pois uma das maiores queixas dos mesmos é perder um pouco da privacidade por estarem vivendo em um ambiente onde precisam dividir espaços coletivos.

Em relação à participação dos profissionais que atuam nas equipes de atendimento, podemos dizer que, em sua maioria, também confirmam o objeto de tese, pois conforme discutido no capítulo quatro, os mesmos apontam questões

primordiais para se avaliar a importância do idoso ter tido uma formação educacional ao longo da vida, tanto no que se refere às vivências e oportunidades que poderiam ter, tanto pelo conhecimento inclusive do que lhes é conferido como direito diante dos espaços institucionais onde se encontram.

Destacamos ainda as ações educacionais realizadas dentro dos espaços das instituições, as quais somam importante contribuição para os idosos residentes, pois muitos estão aprendendo ler e escrever nos espaços das ILP's, além de reconhecer seus direitos enquanto sujeitos constituídos socialmente.

Finalizando, confirma-se a tese inicial, sendo que a educação interfere no processo de institucionalização sob vários aspectos, principalmente quanto à relação entre educação e trabalho, momento em que tanto os idosos como os profissionais participantes confirmam essa relação, desde a oportunidade de atividade laborativa até o salário que receberam durante sua vida, que na velhice interfere nas condições para que se mantenha vivendo em sua residência ou não.

Acreditamos que esse trabalho de tese contribuirá com a visão do idoso enquanto um sujeito que vem desafiando a sociedade como um todo a percebê-los como ativos no meio social, superando a ideia de inatividade e ampliando as formas de inserção dos mesmos, ainda aqueles que residem em Instituições de Longa Permanência.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada, 283, de 26 de setembro de 2005. Disponível em: www.portalsaude.gov.br acesso em 09 de mar de 2019

BERZINS, M. A. V. da S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 75, p. 19-35, 2003.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social. **Plano de ação governamental para o desenvolvimento da Política Nacional do Idoso**. Brasília: 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: Lei Federal nº 10.741, de 01 de Outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Data de acesso: maio de 2017.

BERGO, A.M.A; MALAGUTTI, W. **Abordagem interdisciplinar do idoso**. Rubio, 2010.

BEAUVOIR, S.A. **A velhice**. Rio de Janeiro, Difusão Européia, 1970.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira**: uma contribuição demográfica. Texto para discussão n. 858. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CAMARANO, A. A. **Estatuto do Idoso: Avanços com contradições**. Texto para discussão n. 1840. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

CACHIONI, M.; NÉRI, A. L. **Educação e Gerontologia: Desafios e Oportunidades**. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2004.

COUTO, M.C.P.P. **Fatores de Risco e de Proteção na Promoção de Resiliência no Envelhecimento**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal do Rio Grande Do Sul: Porto Alegre, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

D'ALENCAR, R. S. **A velhice na sociedade de consumo: cultura acessível?** in OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; CURY, **A velhice e o envelhecimento no contexto ibero-americano**. Edunioeste, 2016.

ESCOBAR, K. A. do A.; SOUZA, F. A. de. Análise de políticas sociais para idosos no Brasil: um estudo bibliográfico. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 30, p. 47-55, abr. 2016.

FEIJÓ, M.C.C. **A Aplicabilidade do Estatuto do Idoso junto ao Ministério Público de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2011.

FERNANDES, F. S. **As pessoas idosas na legislação brasileira: direito e gerontologia**. São Paulo: LTr, 1997.

FERNANDES, M. T. de O.; SOARES, S. M. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, p. 1494-1502, 2012. Acesso em 20 dez. 017.

FERNANDES, A., CASTRO, C., MARON, J. **Desafios para a implementação de políticas públicas: intersectorialidade e regionalização**. Anais do VI Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília (DF), 2013.

FREITAS, E. V. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. PY, L. et al. (orgs). **Tempo de Envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro. NAU Editora, 2004.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro 2005.

GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, PUC/SP, n. 22, 2001, p. 102-110. Disponível em: http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf Acesso em: 14/02/2018.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S. **Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza**. XI Concurso de ensayos del clad “el tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones”. Caracas, 1997. Disponível em: http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/junqueira_inojosa_komatsu_1997.pdf Acesso em: 14 mar.2018.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S. Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, FGV, v. 3, n. 3, mar-abr, 1998. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/12980> Acesso em: 14 mar. 2018.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S.. Novas formas de gestão na saúde: Descentralização e intersectorialidade. **Revista Saúde e Sociedade**, São

Paulo, USP, v. 6, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v6n2/05.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2018.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S.. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, USP, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan-abr, 2004. Disponível em: <www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/7105/8577> Acesso em: 21 mar.2018.

KACHAR, V. **A Terceira Idade e o Computador: Interação e Produção no Ambiente Educacional Interdisciplinar**. 206f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7 ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toribio. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MACIEL, Arlindo. **Avaliação Multidisciplinar do Paciente Geriátrico**. Editora Revinter: Rio de Janeiro, 2002.

MEDEIROS, S. L. **Atenção ao idoso em unidades ambulatoriais. O Enfoque do Serviço Social**. In MEDEIROS, S. L. DOMINGUES, M. A.; LEMOS N. D. (orgs) Gerontologia, Os desafios nos diversos cenários da atenção. Ed Manole: São Paulo, 2010.

MARX, K; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1979

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MASSON, G. O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social. In: SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. **Marxismo(s) E Educação**. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2016.

MORIN, E. **O homem e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

MORIN, E. **A cabeça bem feita – repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999a.

MORIN, E. **Por uma reforma do pensamento**. In: PENA-VEGA, A; NASCIMENTO, E. P. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Gramond, 1999b. p. 21-46.

MORIN, E. **Meus demônios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX - neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.

NASCIMENTO, S. do. **Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan-mar, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/06.pdf> Acesso em 10/01/2018.

NETTO, J. P.. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Trabalho, sociedade e valor. In: NETTO, J. P. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 29-53.

NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1990.

OLIVEIRA, A.D.de, RAMOS, O.A., PANHOCA, I. ALVES, V.L. dos S. A intersectorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil. **Revista Kairós Gerontologia**, 17, pp.91-103, 2014. Acesso em 21 abr. 2018.

OLIVEIRA, P. de S.. **Universidade aberta e co-educação de gerações. A Terceira Idade**, São Paulo, n.12, p. 6-9, 1996.

OLIVEIRA, R. C. S. **Docência para a terceira idade**. Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-32, 2001.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis**. Campinas: Papirus, 1999.

OLIVEIRA, R. C. S. (org). **Sociologia: consensos e conflitos**. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001.

OLIVEIRA, R. C. S. **Velhice: teorias, conceitos e preconceitos. A terceira idade**, São Paulo, v.12, n. 25, p. 37-52, ago. 2002.

OLIVEIRA, R. C. S. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

PAPALÉO NETTO, M. Questões metodológicas na investigação sobre velhice e envelhecimento. In: FREITAS, E. V. et al (Ed.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002. cap. 10, p. 91-105.

PEREIRA, E. M.; BONINI, J. S.. **Envelhecimento e suas implicações para a área da saúde**. Guarapuava, Unicentro, 2014.

PEREIRA, P.A.P.. **A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética**. In: MONNERAT, G.L. ALMEIDA, N.L.T.de, SOUZA, R.G.de. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas (SP): Papel Social 2014.

RODRIGUES R.A.P; KUSUMOTA L, Marques S, FABRÍCIO S.C.C; CRUZ I.R; LANGE C. **Política nacional de atenção ao idoso e a contribuição da enfermagem**. Texto Contexto Enferm. 2007;16(3):536-45.

SÁ, J. L. M. **A formação de recursos humanos em Gerontologia: fundamentos epistemológicos e conceituais**. In: FREITAS, E. V. *et al* (Ed.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002.

SAVIANI, D. Introdução. In: SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Autores Associados, 1994.

SILVA, M. do R. de F. e. **As necessidades da população idosa e as políticas de proteção social na realidade brasileira**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL; XIII ENPESS, 2012. Juiz de Fora, Minas Gerais. Anais, 2012, p. 8.

SILVA, M. do R. de F.. Políticas públicas na área do envelhecimento: possibilidades e limites da atuação do Serviço Social. **Revistas de Políticas Públicas**, São Luís, volume especial, p. 205-210, out. 2005.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. **Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2008, vol.15, n.1, pp.155-168.

SOUZA, E.R. *et al*. O idoso sob o olhar do outro. In: MINAYO, M.C.S; COIMBRA Jr., C.E.A. (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 191-209.

SOUZA, R.M.; GALLO, S. Por que matamos o barbeiro? Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 23, n. 79, p. 39-63, ago. 2002.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

APÊNDICE A- Questionário e Roteiro de Trabalho com os Grupos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-UEPG
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO-DOUTORADO

Doutoranda: Sheila Fabiana de Quadros

Orientadora: Rita de Cássia da Silva Oliveira

Questionário de coleta de dados com o objetivo de conhecer melhor o trabalho multidisciplinar das equipes técnicas que atuam junto às Instituições de Longa Permanência que acolhem idosos.

Agradecemos antecipadamente a participação de todos(as) no processo de minha qualificação acadêmica!

1. Qual sua área de atuação (formação acadêmica) e há quanto tempo atua na instituição?
2. Em que consiste seu trabalho junto dos idosos (as) acolhidos (as)?
3. Acredita que o processo de acolhimento em instituição de longa permanência é a melhor opção para o atendimento dessa demanda?
4. Diante do vínculo firmado enquanto profissional, percebe que os idosos (as) acolhidos (as) gostariam de estar no meio familiar? Por quê?
5. Acredita que a formação educacional dos mesmos interviu de alguma maneira no processo de institucionalização dos idosos (as)? Se sim, em que aspectos?
6. Quais as maiores dificuldades na sua atividade profissional junto dos (as) idosos (as) acolhidos (as)?
7. Existe alguma ação educacional no espaço do acolhimento institucional, tais como projetos, educação permanente ou outro?
8. Outras questões que julgue importante em relação ao trabalho desempenhado.

ROTEIRO DE TRABALHO COM OS GRUPOS REALIZADOS NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PESQUISADAS

1. Dados de identificação dos idosos;
2. Relatos de históricos individuais dos idosos em relação às suas vivências dentro e fora da Instituição de Longa Permanência em que residem;
3. Observar e indagar para que os mesmos contem como percebem o acolhimento institucional e o que mais gostam no espaço da instituição;
4. Verbalizar o que mais gostam de fazer na Instituição de Longa Permanência, objetivando perceber as diferenças desenvolvidas no interior de cada unidade pesquisada;
5. Solicitar que relatem como foi o processo de formação educacional dos mesmos a partir de relatos de experiências e das maneiras que compreendem a formação que tiveram;
6. Indagar a respeito das questões de acesso e permanência na educação escolar e de outras questões relevantes a esse trabalho de pesquisa que envolva o processo educacional;
7. Relatar as perspectivas de vida e quais os sonhos que tinham ou tiveram em suas vidas;
8. Demais questões que julguem necessárias e que surjam no decorrer dos grupos e que se relacionem estreitamente com o objeto de estudo.

Observação: Os grupos devem ocorrer com a participação ativa de todos os participantes, portanto, muitas questões ocorrem no decorrer de sua aplicabilidade e se desdobram no momento de sua execução, ainda que não fossem componentes do roteiro.

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Idosos(as) em processo de institucionalização.

Pesquisador: Sheila Fabiana de Quadros

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 04739118.9.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.103.387

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

Instituições de Longa Permanência: o acolhimento e a educação permanente de idosos. A pesquisa tratará de estudar acerca do processo de intervenção da educação quanto à institucionalização de idosos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a interferência ou não da educação no processo de institucionalização de idosos.

Objetivo Secundário:

Investigar as relações entre idoso, velhice e envelhecimento; como segundo objetivo da pesquisa de tese, serão investigadas as Políticas Públicas

de atenção à pessoa idosa, permeando tal discussão entre as esferas da Saúde, da Assistência Social e da Educação, visto que a temática se

envolve numa política de atenção ao idoso que certamente teve seus direitos negados diante das circunstâncias de sua própria existência .

Realizar uma pesquisa de campo a partir da aplicação de grupos interativos nas instituições pesquisadas e aplicação de questionários junto aos profissionais da equipe técnica de cada unidade pesquisada.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.103.387

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O maior risco observado é a fragilidade dos idosos em razão de sua situação de vida.

Benefícios:

Observa-se como benefícios da pesquisa a contribuição da mesma para profissionais de várias áreas em relação à compreensão das vivências e situação social dos idosos em processo de institucionalização

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O trabalho que se apresenta caracteriza-se como um projeto de produção de tese intitulado Instituições de Longa Permanência: o acolhimento e a educação permanente de idosos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, compondo a linha de pesquisa História e Políticas Educacionais, sob a orientação da professora doutora Rita de Cássia da Silva Oliveira. O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo principal discutir as interferências do processo educacional quanto ao acolhimento de idosos em ILP-Instituições de Longa Permanência, tendo o viés educacional como fio condutor de toda a pesquisa. Em relação à metodologia e seu percurso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e revisão de literatura como componentes essenciais para constituição histórica do objeto a ser estudado, valendo-se da concepção teórica e metodológica pautada no Materialismo Histórico e Dialético, partindo de uma abordagem qualitativa. Ainda, como instrumentos para coleta de dados foram utilizados a observação direta e o grupo focal junto aos sujeitos (idosos) pesquisados nas instituições de acolhimento, além da aplicação de questionários aos profissionais que atuam nas equipes técnicas das referidas instituições. Como delimitação da pesquisa, foram selecionadas três instituições localizadas em municípios da região sudeste do Estado do Paraná. Têm-se como referencial teórico a perspectiva marxista, trazendo a dialética em toda a discussão teórica e análise dos dados coletados. Em resumo, a pesquisa discute sobre o idoso na sociedade contemporânea junto aos conceitos de velhice e envelhecimento, buscando ater-se a contextualizar historicamente o objeto de estudo, que é o idoso institucionalizado. Assim, busca-se a constatação ou não de que a educação é fator

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.103.387

determinante no processo de institucionalização
de idosos em processo de acolhimento

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar relatório final após o término do projeto de pesquisa via Notificação pela Plataforma Brasil para evitar pendências

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1273627.pdf	11/12/2018 22:45:15		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	brochura.docx	11/12/2018 22:44:35	Sheila Fabiana de Quadros	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimento.docx	10/12/2018 22:22:15	Sheila Fabiana de Quadros	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termolivre.docx	10/12/2018 22:21:31	Sheila Fabiana de Quadros	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	10/12/2018 22:18:35	Sheila Fabiana de Quadros	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.103.387

PONTA GROSSA, 27 de Dezembro de 2018

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br